

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO
VALE DO ZAMBEZE



MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Avaliação Ambiental Estratégica, Plano Multisectorial, Plano Especial de Ordenamento Territorial do Vale do Zambeze e Modelo Digital de Suporte a Decisões

PERFIL AMBIENTAL DISTRITAL DE MÁGOÈ

[Dezembro, 2015]





PERFIL AMBIENTAL DISTRITAL DE MÁGOË

[Dezembro 2015]

ÍNDICE DE TEXTO

1	ENQUADRAMENTO	7
1.1	Objectivo e Método	7
1.2	Enquadramento Geográfico.....	7
2	SITUAÇÃO ACTUAL	8
2.1	Caracterização e Diagnóstico Ambiental.....	8
2.1.1	Componente Biofísica.....	8
2.1.1.1	Clima	9
2.1.1.2	Geologia e Recursos Minerais	11
2.1.1.3	Morfologia.....	12
2.1.1.4	Solos	13
2.1.1.5	Paisagem.....	15
2.1.1.6	Recursos Hídricos.....	16
2.1.1.7	Conservação da Natureza	17
2.1.1.8	Poluição.....	20
2.1.1.9	Riscos Naturais e Antrópicos e Vulnerabilidades às Alterações Climáticas.....	21
2.1.2	Uso Actual da Terra e Padrões Uso e Ocupação.....	21
2.2	Caracterização e Diagnóstico Social e Económico	24
2.2.1	Organização Administrativa e Governação.....	24
2.2.2	Perfil da População	26
2.2.3	Questões de Género	27
2.2.4	Perfil Epidemiológico	28
2.2.5	Etnografia e Património Material e Imaterial	29
2.2.6	Actividades Económicas – Sector Primário.....	31
2.2.6.1	Agricultura.....	32
2.2.6.2	Pecuária	33
2.2.6.3	Floresta.....	34
2.2.6.4	Pesca	35
2.2.6.5	Indústria Extractiva.....	36
2.2.7	Actividades Económicas – Sector Secundário	37
2.2.7.1	Indústria Transformadora	37
2.2.7.2	Indústria Energética	38
2.2.8	Actividades Económicas – Sector Terciário	38
2.2.8.1	Turismo.....	39
2.2.8.2	Serviços e Equipamentos Sociais.....	40



3	PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS.....	45
3.1	Sector Agricultura	46
3.2	Sector Pecuária	47
3.3	Sector Floresta	48
3.4	Sector Pescas.....	49
3.5	Sector Conservação da Natureza	50
3.6	Sector Mineração.....	52
3.7	Sector Energia	53
3.8	Sector Indústria – Indústria Transformadora.....	54
3.9	Sector Água e Saneamento.....	55
3.10	Sector Turismo	56
3.11	Sector Transportes.....	57
4	POTENCIALIDADES, OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS.....	58
4.1	Sector Agricultura	59
4.2	Sector Pecuária	60
4.3	Sector Floresta	61
4.4	Sector Pescas.....	62
4.5	Sector Conservação da Natureza	63
4.6	Sector Mineração.....	64
4.7	Sector Energia	65
4.8	Sector Indústria – Industria Transformadora.....	66
4.9	Sector Água e Saneamento.....	67
4.10	Sector Turismo	68
4.11	Sector Transportes.....	69
5	SENSIBILIDADES AMBIENTAIS E SOCIAIS.....	70
6	LACUNAS DE INFORMAÇÃO.....	73
6.1	Sector Agricultura	73
6.2	Sector Pecuária	74
6.3	Sector Floresta	74
6.4	Sector Pescas.....	75
6.5	Sector Conservação da Natureza	76
6.6	Sector Mineração.....	76
6.7	Sector Energia	77
6.8	Sector Indústria Transformadora	77
6.9	Sector Água e Saneamento.....	78
6.10	Sector Turismo	78
6.11	Sector Transportes.....	79
6.12	Riscos e Alterações Climáticas.....	79
7	ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO FUTURA DO PERFIL AMBIENTAL.....	80
7.1	Sector Agricultura	81
7.2	Sector Pecuária	82
7.3	Sector Floresta	83
7.4	Sector Pescas.....	83
7.5	Sector Conservação da Natureza	84
7.6	Sector Mineração.....	85



7.7	Sector Energia	85
7.8	Sector Industria Transformadora	85
7.9	Sector Água e Saneamento.....	86
7.10	Sector Turismo	87
7.11	Sector Transportes.....	87
7.12	Riscos e Alterações Climáticas.....	88

ANEXOS

ANEXO 1 – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

ANEXO 2 – PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Limites Geográficos do Distrito de Mágoè	7
Quadro 2 – Distribuição da Temperatura Média no Distrito de Mágoè, em %	9
Quadro 3 – Distribuição da Precipitação Média no Distrito de Mágoè, em %	9
Quadro 4 – Distribuição das Unidades de Paisagem Média no Distrito de Mágoè, em %	15
Quadro 5 – Comunidades Envolvidas no Projecto Tchuma-Tchato	23
Quadro 6 – Nº de Explorações Agro-Pecuárias, 2010.....	23
Quadro 7 – Saldo Migratório e Taxas de Imigração e Emigração, 2002-2007.....	26
Quadro 8 – Taxa Específica de Analfabetismo, 2007.....	28
Quadro 9 – Tendência de Doenças de Notificação Obrigatória e Endémicas 2006-2013	29
Quadro 10 – Regadios Existentes em Mágoè.....	32
Quadro 11 – Sector da Pesca Artesanal.....	35
Quadro 12 – Indústria Extractiva – Concessões de Exploração.....	36
Quadro 13 – Indústria Extractiva – Pedidos de Exploração	36

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento Administrativo.....	8
Figura 2 – Distribuição da Temperatura Média no Distrito de Mágoè.....	9
Figura 3 – Distribuição da Precipitação Média no Distrito de Mágoè.....	9
Figura 4 – Distribuição dos Tipos de Clima no Distrito de Mágoè	10
Figura 5 – Distribuição dos Tipos de Clima no Distrito de Mágoè, em %.....	10
Figura 6 – Geologia e Recursos Minerais.....	11
Figura 7 – Altimetria	12
Figura 8 – Declives Agro-Florestais.....	12
Figura 9 – Declives Agro-Florestais, em %	12
Figura 10 – Solos (WRB).....	13
Figura 11 – Unidades de Paisagem	15





Figura 12 – Rio Impata e Albufeira Cahora Bassa (Mphende-Sede).....	16
Figura 13 – Recursos Hídricos Superficiais	16
Figura 14 – Recursos Hídricos Subterrâneos	16
Figura 15 – Cartografia de Habitats presentes no Distrito de Mágoè	17
Figura 16 – Distribuição das Espécies de Mamíferos mais Relevantes no Distrito de Mágoè (apenas para as espécies para as quais estes dados existem – elefante, leão e mabeco).....	18
Figura 17 - Áreas de Conservação abrangidas pelo Distrito de Mágoè.....	19
Figura 18 – Ocupação do Solo.....	22
Figura 19 – Uso Actual da Terra	22
Figura 20 – Limites Administrativos.....	24
Figura 21 – Organograma Governo Distrital	25
Figura 22 – Edifício do Governo Distrital	25
Figura 23 – Pirâmide Etária da População de Mágoè	26
Figura 24 – Habitações Tradicionais	27
Figura 25 – Quotidiano da Mulher.....	28
Figura 26 – Danças Tradicionais.....	30
Figura 27 – Mercado Mukumbura; Área Agrícola.....	32
Figura 28 – Efectivos Pecuários em Mphende-Sede e Chinthopo	33
Figura 29 – Cobertura Florestal	34
Figura 30 – Floresta Mopane em Daque; Área de Floresta Aberta	34
Figura 31 – Pesca na Albufeira de Cahora Bassa.....	35
Figura 32 – Indústria Extractiva.....	36
Figura 33 – Banca de Venda de Insumos e Géneros Alimentares.....	37
Figura 34 – Distribuição de Energia	38
Figura 35 – Principal Fonte de Energia na Habitação, no ano de 2007.....	38
Figura 36 – <i>Casindira Lodge; Panyame Lodge</i>	39
Figura 37 – Parque Nacional de Mágoè	39
Figura 38 – Equipamentos de Ensino e Educação.....	40
Figura 39 – Alunos do Ensino Primário	40
Figura 40 – Unidades de Saúde.....	41
Figura 41 – Abastecimento de Água	42
Figura 42 – Latrina Tradicional e Melhorada.....	42
Figura 43 – Rede Viária (R601)	43
Figura 44 – Rede de Transportes.....	43
Figura 45 – Transporte Fluvial	43
Figura 46 – Antena de Comunicações.....	44
Figura 47 – Rede de Telecomunicações	44
Figura 48 – Regadios e Zonas Expansão de Novos Regadios	46
Figura 49 – Gado Bovino em Mphende (R601); Tracção Animal em Chinthopo (R602)	47





Figura 50 – Coberto Florestal.....	48
Figura 51 – Centros de Pesca.....	49
Figura 52 - Áreas de conservação existentes e potenciais para o Distrito de Mágoè.....	50
Figura 53 – Áreas Sujeitas a Concessões de Exploração e Pedido de Pesquisa de Minério	52
Figura 54 – Projectos de Produção de Energia.....	53
Figura 55 – Evidências Patrimoniais/ Arqueológicas.....	56
Figura 56 – Trabalhos de Conservação Troço Nhamdando –Mphende (R601) e Mphende - Mukumbura (R602)	57



PERFIL AMBIENTAL DISTRITAL DE MÁGOÈ

[Dezembro 2015]

1 ENQUADRAMENTO

1.1 Objectivo e Método

O presente Perfil Ambiental Distrital (PAD) visa dotar o Distrito de Mágoè de informação de base, que lhe permita a avaliação da situação actual ambiental e socioeconómica, assim como de informação relativa a planos, projectos e compromissos conhecidos para cada sector de actividade.

Outro objectivo-chave do Perfil Ambiental é o de identificar as oportunidades e os constrangimentos ambientais e sociais, decorrentes do processo de desenvolvimento em curso, assim como identificar lacunas de informação, que devem ser posteriormente colmatadas.

O presente documento baseou-se na informação recolhida durante as visitas ao terreno, as reuniões técnicas com os governos distritais, a recolha de informação existente e relevantes junto das instituições de âmbito provincial e nacional, complementada com consulta bibliográfica. Para além desta informação que permitiu a realização da caracterização e do diagnóstico a nível distrital, foram ainda integrados os contributos recolhidos nos eventos participativos realizados (reuniões de 1ª Audiência Pública e Workshops Interactivos).

Este documento constitui a base para o desenvolvimento de uma ferramenta dinâmica, de actualização contínua, que sirva de apoio à decisão, no âmbito dos futuros processos de planeamento e gestão.

Por fim, é da maior relevância que a Equipa Técnica do Distrito fique habilitada a assegurar a implementação da futura monitorização e actualização, do PAD de Mágoè.

1.2 Enquadramento Geográfico

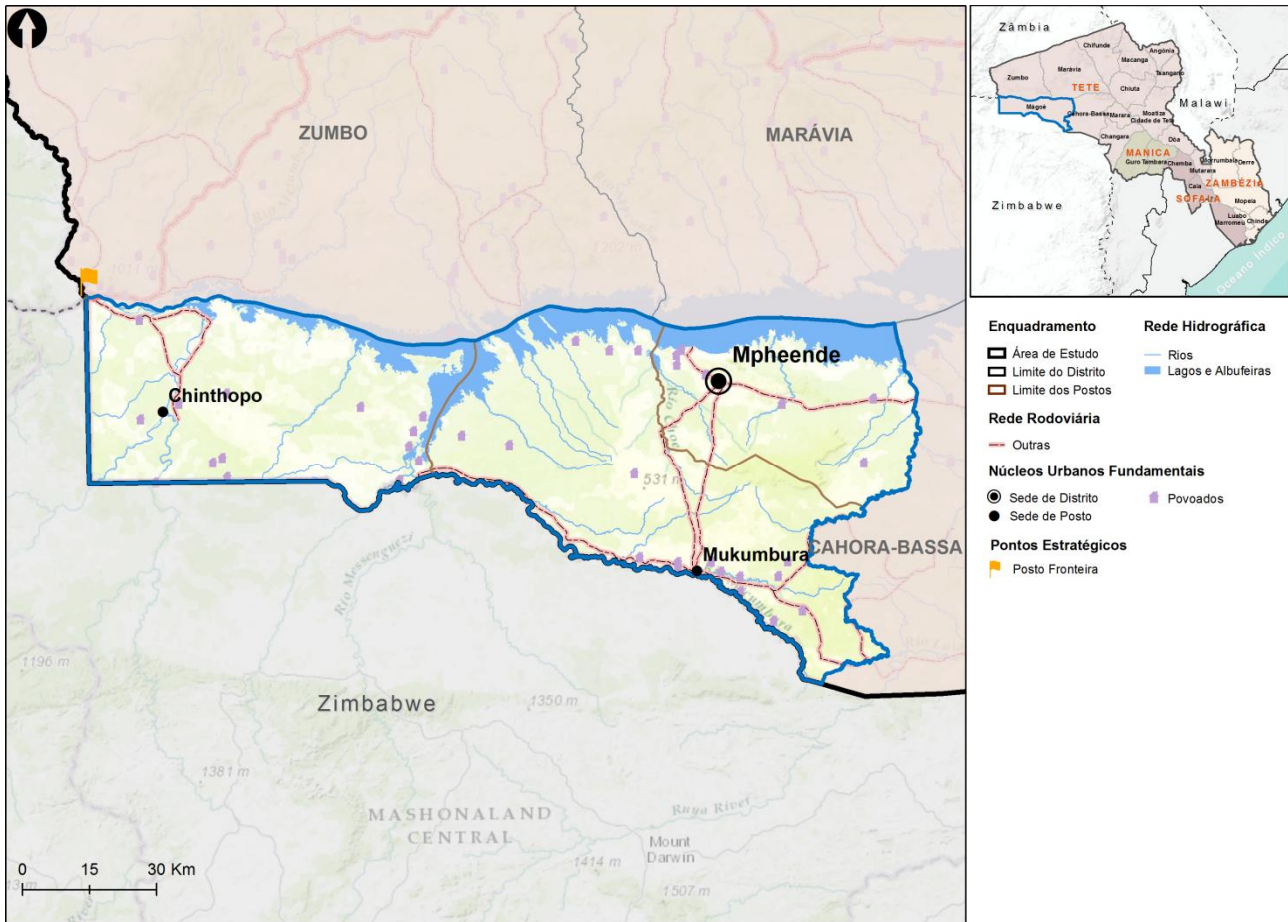
O Distrito de Mágoè localiza-se na região do Baixo Zambeze, Província de Tete, tendo como limites geográficos os seguidamente apresentados.

Quadro 1 – Limites Geográficos do Distrito de Mágoè

DISTRITO	LIMITES			
	Norte	Sul	Este	Oeste
Mágoè	Distritos de Zumbo e Marávia (Província de Tete)	República do Zimbabwe	Distritos de Cahora Bassa (Província de Tete)	República do Zimbabwe

A área total do Distrito de Mágoè é de aproximadamente 8 554 km².





Fonte. Modelo Digital Zambeze

Figura 1 - Enquadramento Administrativo

2 SITUAÇÃO ACTUAL

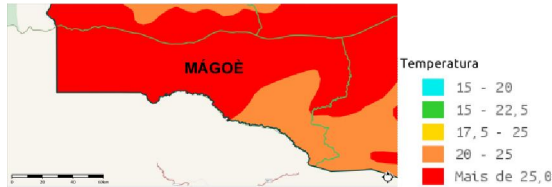
2.1 Caracterização e Diagnóstico Ambiental

2.1.1 Componente Biofísica

No presente ponto é efectuada a caracterização e diagnóstico da componente biofísica no território do Distrito de Mágoè. A compreensão do panorama do sistema biofísico de Mágoè (e de todas as partes que o constituem) permite conhecer as suas características físicas, biológicas e humanas do território, criando uma base sólida para a sua gestão sustentável.

2.1.1.1 Clima

TEMPERATURA



Fonte: Modelo Digital Zambeze

Figura 2 – Distribuição da Temperatura Média no Distrito de Magoé

Quadro 2 – Distribuição da Temperatura Média no Distrito de Magoé, em %

Temperatura Média (°C)	Área (%)
Entre 20° e 25°	20,0
Mais de 25°	80,0

Fonte: ARA Zambeze

- Segundo a informação obtida junto da estação meteorológica de Songo (estação mais próxima e localizada a norte do Distrito de Magoé), a temperatura média anual é de cerca de 24°C, observando-se uma amplitude térmica anual relativa inferior a 9°C. O mês de Outubro é o mais quente do ano (27,2°C). Em Julho regista-se a temperatura mais baixa de todo o ano (18,8 °C);
- Da análise do quadro à esquerda, verifica-se que cerca de 20% do Distrito de Magoé apresenta uma temperatura média anual que se situa entre os 20° C e os 25°C, nos restantes 80% da área a temperatura média anual situa-se acima dos 25° C.

PRECIPITAÇÃO



Fonte: Modelo Digital Zambeze

Figura 3 – Distribuição da Precipitação Média no Distrito de Magoé

Quadro 3 – Distribuição da Precipitação Média no Distrito de Magoé, em %

Precipitação Média (mm)	Área (%)
500	33,4
600	43,6
700	23,0

Fonte: ARA Zambeze

- De acordo com a informação obtida junto da estação meteorológica de Songo (estação mais próxima e localizada a norte do Distrito de Magoé), a precipitação média anual é de cerca de 705 mm, com 99,5% desta a ocorrer entre os meses de Novembro a Março. Fevereiro apresenta-se como o mês mais chuvoso, com precipitação mensal de cerca de 183 mm. O período seco ocorre tipicamente entre Abril e Outubro, com médias mensais de precipitação inferiores a 3 mm;
- Da análise do quadro à esquerda, verifica-se que cerca de 44% do Distrito de Magoé apresenta uma precipitação média anual de 600 mm, 33% apresenta uma precipitação média anual de 500 mm e os restantes 23% do território apresenta uma precipitação média anual de 700 mm.



Fonte: Consórcio TPF/Modelo Digital Zambeze

Figura 4 – Distribuição dos Tipos de Clima no Distrito de Mágoè

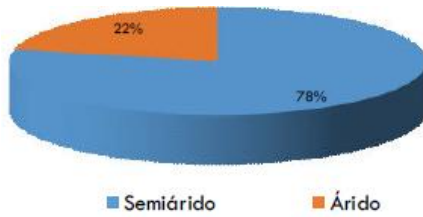
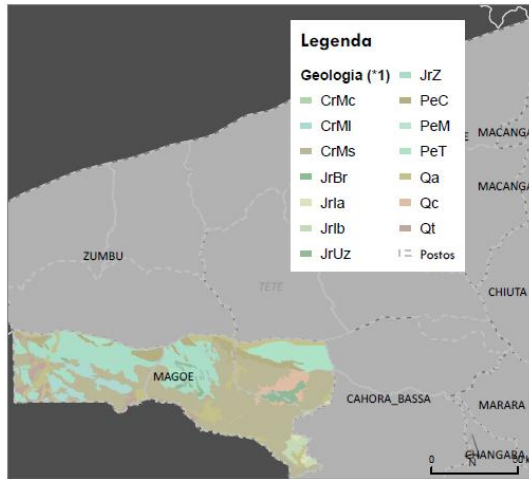


Figura 5 – Distribuição dos Tipos de Clima no Distrito de Mágoè, em %

- Atendendo aos valores registados na estação meteorológica de Songó, a classificação de Köppen, que atende à relação temperatura/precipitação, para o Distrito de Mágoè, é de clima tipo estepe local;
- De acordo com o gráfico à esquerda, que representa a classificação do clima de Thornthwaite (sistema de classificação climática), no qual o factor mais importante é a evapotranspiração potencial e a sua comparação com a precipitação, verifica-se que cerca de 78% do Distrito de Mágoè é abrangido pelo clima Semiárido, sendo que os restantes 22%, são abrangidos pelo clima Subhúmido/Subárido.

2.1.1.2 Geologia e Recursos Minerais



(*1) Descodificação da Legenda (*2) da Carta Geológica (1:250 000).

Código	Designação Simplificada
CrMc	Conglomerados
CrMI	Calcários e grés
CrMs	Membro gresoso
JrBr	Riolito, tufo, ignimbrito
JrIa	Andesito amigdalóide
JrIb	Basalto amigdalóide
JrUz	Grés

Código	Designação Simplificada
JrZ	Areia vermelha e grés
PeC	Grés arcósico
PeM	Siltito, grés e argilito com carvão
PeT	Grés, marga e argilito com carvão
Qa	Aluvião, areia, silte, cascalho
Qc	Coluvião
Qt	Areia e cascalho de terraço fluvial

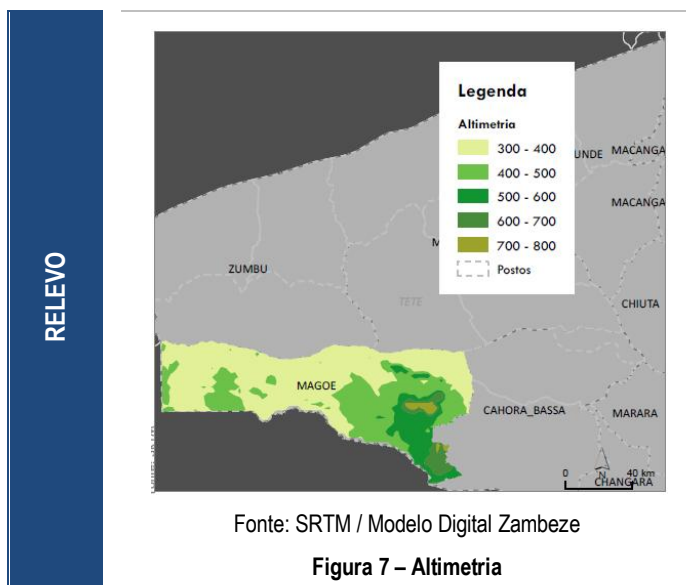
(*2) Legenda simplificada construída a partir da legenda oficial da Carta Geológica (1:250 000), fornecida pela Direcção Nacional de Geologia.

Fonte: Direcção Nacional de Geologia / Modelo Digital Zambeze

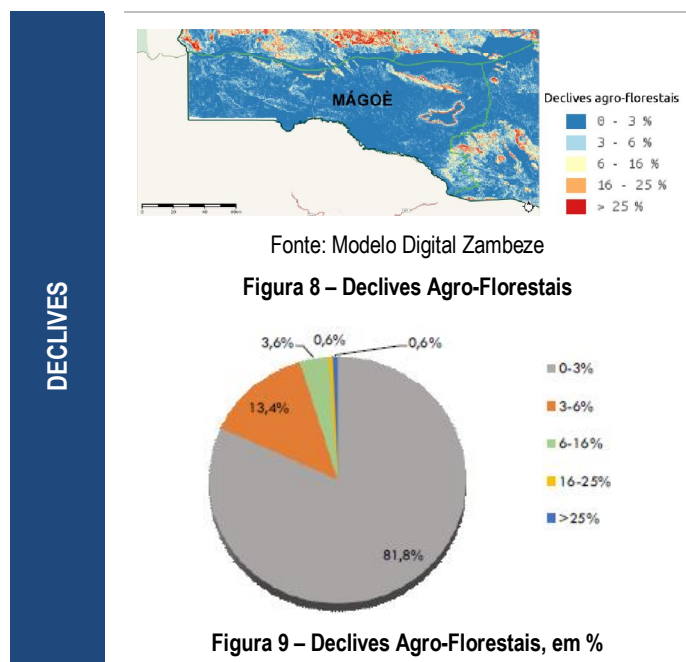
Figura 6 – Geologia e Recursos Minerais

- Na figura à esquerda é apresentada a distribuição das principais formações geológicas que ocorrem em Magoé (código e respectiva designação simplificada).
- Em seguida, apresentam-se as unidades litológicas que afloram no presente Distrito, das mais antigas para as mais recentes:
 - a) o **FANEROZÓICO**, corresponde a 100% da área do Distrito, e que inclui a era geológica Cenozóico e respectivo período Quaternário, a era geológica Mesozóica, que inclui o período Jurássico e a era Paleozóica que integra o Permiano/Triássico.
- Inexistência de recursos minerais no Distrito de Magoé.
- Verifica-se a existência de um Geosítio do tipo Tronco Fossilizado designado por Troncos de árvores fossilizados de Cadzewe-Magoé

2.1.1.3 Morfologia



- A superfície do Distrito de Magoé varia entre as altitudes 300 m e os 800 m;
- O relevo do Distrito é caracterizado por uma única região física: - extensos planaltos, com altitude média que ronda os 350m.
- Os montes principais existentes no distrito são: Zunza (665,0 m), Camuenje (490,2 m), Munhande (469,3 m), Benga (461,5 m), Messussa (426,9 m) e Cainaina (407,0 m).

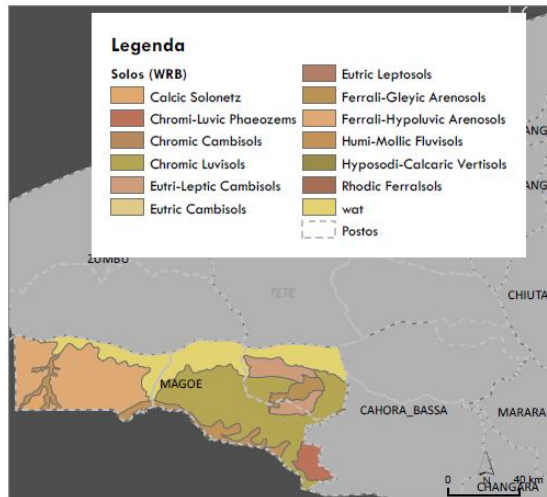


- Nesta análise foram adoptadas cinco classes de declive de grande relevância para a diferenciação de classes de aptidão agro-florestal dos solos (0-3%, 3-6%, 6-16%, 16-25% e >25%);
- Da análise da figura e do gráfico à esquerda, verifica-se que cerca de 95% do território de Magoé apresenta-se em terrenos planos com declives muito suaves a suaves entre 0-6% (82% entre 0-3% e 13% entre 3-6%), sendo que os restantes 5% do Distrito de Magoé traduzem a transição para áreas mais acidentadas (3,6% com declives medianos entre 6-16%, 0,6% com declives acentuados entre 16-25% e 0,6% com declives muito acentuados > 25%).



2.1.1.4 Solos

SOLOS



Fonte: ISRIC (2003) / Modelo Digital Zambeze

Figura 10 – Solos (WRB)

- A análise dos solos do Vale do Zambeze teve como referência três cartas de solos do território moçambicano, a referir: à escala 1:1 000 000, a base publicada pelo INAM; à escala 1:2 000 000, a base publicada pelo Soil and Terrain Database for Southern Africa – International Soil Reference and Information Center (SOTERSAF, 2003); e à escala 1:3 000 000, a base do Atlas de Solos de África (Soil Atlas of Africa, 2013). As três referências utilizam classificação da Base de Referência para os Solos do Mundo – *World Reference Base for Soil Resources* (WRB) (FAO, 2006).
- No Distrito de Magoé, no que se refere à natureza pedológica dos solos, verificam-se como principais ocorrências, as seguidamente apresentadas, atendendo às suas principais características, percentagem de área ocupada, formas de utilização, fertilidade e susceptibilidade à erosão:



Agrupamento de Solos	Descrição	Sub-Agrupamento de Solos	Principais Características	Área (%)	Formas de Utilização	Fertilidade/Susceptibilidade à Erosão
Arenosols	Solos compostos por sedimentos de quartzo e/ou outros minerais, de granulometria predominantemente arenosa e por vezes bastante profundos. Nas zonas cobertas com vegetação, estes solos podem apresentar horizontes de acumulação de matéria orgânica, argila e de complexo húmus-alumínio.	Ferrali-Gleyic Arenosols	Tem um horizonte férrico apresentando frequentemente condições de redução a menos de 1 m de profundidade.	3,00	- Utilizados para pastagem extensiva e produção florestal. - Quando dotados de alguma argila e de matéria orgânica e disponibilidade de água para rega, proporcionam boas condições para a prática de culturas de raízes e tubérculos (batata, cenoura, mandioca, amendoim).	- Baixa capacidade de retenção de nutrientes, de água e baixo teor de matéria orgânica. - Alto risco de erosão eólica, quando desprotegidos.
		Ferrali-Hypoluvic Arenosols	Crescente aumento de materiais argilosos em profundidade, com formação de um horizonte com propriedades ferralíticas a menos de 1,0 m.	27,00		
Cambisols	Solos jovens e pouco desenvolvidos, geralmente sem horizontes definidos ou apresentando ligeiros indícios de processos geoquímicos como ligeiras variações de cor ou de acumulação de minerais argilosos.	Chromic Cambisols	Com horizonte subsuperficial de 30 ou mais cm de cor avermelhada a menos de 1,5 m de profundidade.	0,50	- Estes solos são dos mais aptos para a agricultura.	- Bastante propensos à erosão, sobretudo quando os solos estão a descoberto. - Dependendo da sua profundidade, a sua capacidade utilizável também poderá ser elevada. - Quando associados à agricultura mantém considerável capacidade de retenção de nutrientes.
		Eutric Cambisols	Apresenta um grau de saturação de bases de 50% ou superior entre os 20 cm a 100 cm de profundidade.			
		Eutri-Leptic Cambisols	Com rocha dura contínua a menos de 1,0 m de profundidade e um grau de saturação de bases de 50% ou superior abaixo dos 20 cm			
Ferrasols	Solos profundamente meteorizados e com reduzida capacidade de retenção de nutrientes, onde dominam elementos estáveis como óxido de ferro, óxido de alumínio e caolinite (imprimindo-lhes as suas típicas cores vermelha e amarela). A agregação de partículas pelo óxido de ferro confere aos Ferrasols uma aparente textura arenosa ou limosa (pseudo-areia). A delimitação dos seus horizontes é algo difusa e apresentam frequentemente grande profundidade.	Rhodic Ferrasols	Com horizonte pelo menos 30 cm de espessura e cor vermelha intensa, a menos de 1,5 m de profundidade	0,50	- A prática de agricultura está dependente da incorporação de matéria orgânica na camada superficial, promovendo a retenção de água e nutrientes.	Solos intrinsecamente pobres e de muito baixa capacidade de retenção de nutrientes. A sua textura é normalmente grosseira, impondo uma reduzida capacidade de retenção de água (capacidade utilizável) e elevada friabilidade.
Fluvisols	Solos típicos de áreas frequentemente inundadas, tais com planícies e baixas aluvionares, zonas estuarinas e mangais. Apresentam uma notória estratificação, em resultado de sucessivos depósitos sedimentares de origem fluvial e/ou marinha. As suas características e fertilidade estão intimamente relacionadas com a natureza e sequência dos sedimentos depositados, assim como com a duração dos períodos de pedogénese entre cheias.	Humi-Mollic Fluvisols	Com um horizonte superficial espesso, de cor escura, elevado grau de saturação de bases e com pelo menos 1,0% de matéria orgânica nos primeiros 50 cm de profundidade.	7,00	- Utilização altamente condicionada pelo controlo dos níveis salinos, pela disponibilidade de água doce e pelas práticas culturais adequadas. - A presença de matéria orgânica resultante das frequentes cheias confere-lhe um elevado potencial produtivo, em especial quando de textura média a fina e pH próximo de neutro. Com a proximidade de água doce, apresenta condições favoráveis para culturas como o arroz.	- Baixa capacidade de retenção de nutrientes. - Solos de baixa capacidade utilizável, quando os depósitos sedimentares são de natureza arenosa.
Leptosols	Solos pouco profundos (com menos de 10 cm) sobre rocha dura ou ligeiramente meteorizada, caracterizam-se pela sua reduzida profundidade, fraca estrutura e elevada perigosidade.	Eutric Leptosols	Apresenta um grau de saturação de bases de, pelo menos, 50% abaixo dos 20 cm.	0,50	- A sua utilização reduz-se à pastagem em regime extensivo. - Solos impróprios para a prática agrícola.	- Reduzida capacidade utilizável e de retenção de nutrientes. - Possuem também elevada propensão para a erosão.
Luvissols	Solos ligeiramente ácidos que apresentam um notório aumento de materiais argilosos com a profundidade, em resultado da migração das argilas para camadas mais profundas. Solos bem estruturados, têm uma boa capacidade de retenção de nutrientes e de água.	Chromic Luvissols	Com um horizonte subsuperficial, de 30 cm ou mais, de cor avermelhada e a menos de 1,0 m de profundidade	30,00	- Boa aptidão para grande variedade de culturas de rendimento, nas zonas menos declivosas. Nas zonas de maior declive, privilegiar as florestas e pastagens.	- Solos férteis. - Suscetíveis de degradação com o excesso de mobilização e de água. - Suscetíveis à erosão, onde os declives são acentuados.
Phaeozems	Solos ligeiramente ácidos, caracterizados por apresentar um espesso horizonte superficial, de cor escura, rico em húmus e bem dotado de nutriente.	Chromi-Luvic Phaeozems	Com horizonte de cor avermelhada e um horizonte subsuperficial mais rico em argila, com moderada a alta capacidade de retenção de nutrientes e grau de saturação de base de pelo menos 50%, entre os 50 cm a 100 cm de profundidade.	3,00	- Elevado potencial produtivo, tanto para culturas de rendimento (como cereais e hortícolas), como para pastagens melhoradas (pecuária intensiva de carne e de leite).	- Moderada a alta capacidade de retenção de nutrientes. - Sensíveis à erosão hídrica e eólica, quando descobertos
Solonetz	Solos bastante alcalinos, caracterizados por apresentar um horizonte subsuperficial argiloso, bem estruturado e com um elevado teor em sódio e/ou magnésio adsorvido. O horizonte superficial, quando existe, é pouco espesso e pouco estruturado.	Calcic Solonetz	Com um horizonte cálcico, de 15 cm ou mais de espessura e com pelo menos 15% de minerais carbonatados na forma dispersa ou em aglomerados descontínuos		O pH elevado limita a prática da grande parte das culturas, não apresentando aptidão para a agricultura.	- Solos férteis. - Quando seco, é bastante duro e de difícil mobilização e propenso à erosão eólica
Vertisols	Solos com alto teor de argila, do tipo montmorilonite, que lhes confere uma cor cinza escura – preta. Caracterizam-se pela sua elevada expansividade, conferindo-lhes um pronunciado fendilhamento quando secos e grande plasticidade e adesividade, quando em estado húmido.	Hyposodi-Calcaric Vertisols	Com horizonte de materiais calcários, apresentando 6% ou mais de Sódio no complexo de troca de uma camada, de 20 cm ou mais de espessura e a menos de 1 m de profundidade.	0,50	Permite a prática de várias culturas (mapira, mexoeira, feijão, algodão, arroz, trigo e a cana-de-açúcar), tanto de sequeiro como de regadio. Potencial produtivo dos solos pode ser francamente optimizado com práticas culturais adequadas.	- Solos férteis. - Pouco propensos à erosão.
wat	---	---	---	21,00	---	---

2.1.1.5 Paisagem



Fonte: Consórcio TPF / Modelo Digital Zambeze

Figura 11 – Unidades de Paisagem

- O Distrito de Mágoè abrange duas unidades de paisagem, Savanas Abertas que compreende cerca de 79% do seu território e Vale do Zambeze, que compreende cerca de 21% do mesmo;
- De acordo com os critérios utilizados para a valoração das unidades de paisagem (diversidade, harmonia e identidade), as unidades Savanas Abertas apresenta valoração baixa (3) e Vale do Zambeze apresenta ambas a valoração alta de 7 (escala de 0 a 9);
- Estas unidades de paisagem abrangem um território mais alargado que o do Distrito de Mágoè. Nos pontos seguintes apresentam-se as principais características de cada uma delas;

Quadro 4 – Distribuição das Unidades de Paisagem Média no Distrito de Mágoè, em %

Unidades de Paisagem	Área (%)
Vale do Zambeze	41,4
Delta do Zambeze	0,0
Savanas Abertas	58,6
Matas Densas	0,0

- As características da unidade de paisagem Vale do Zambeze compreendem:
 - Relevo, de vigoroso a montante a suave a partir do troço médio;
 - Uso do solo variável, de acordo com o grau de humanização; ocupação agrícolas em zonas de aluvião;
 - Humanização baixa nos troços montantes, elevada no troço médio, baixa no troço jusante;
 - Carácter, unidade marcada pelo grande elemento hidrográfico do rio Zambeze, um dos maiores de África e o maior em Moçambique; o delta a jusante é um dos elementos de forte carácter particular.
- A unidade de paisagem Savanas Abertas apresenta como características:
 - Relevo suave;
 - Uso do solo com Formações alteradas pela agricultura de subsistência, pastorícia e recolha de lenha;
 - Humanização média;
 - Carácter de formação muito comum na zona de estudo e áreas envolventes; baixa identidade mas elevada plasticidade de uso.

2.1.1.6 Recursos Hídricos

RECURSOS HÍDRICOS

- O principal curso de água permanente no Distrito de Magoè é o rio Zambeze, que desagua no Oceano Índico (foz do Chinde). Para além deste rio existem outros rios com maior caudal permanente como é o caso dos rios Mphanhame e Mussenguezi, no Posto Administrativo de Chinthopo.



Figura 12 – Rio Impata e Albufeira Cahora Bassa (Mphende-Sede)

- O Distrito é banhado pelas águas da Albufeira de Cahora Bassa em toda a sua costa norte, que constitui fronteira com os Distritos vizinhos da Marávia e do Zumbo, sendo uma referência que atrai pescadores nacionais e estrangeiros.



Fonte: CENACARTA/Modelo Digital Zambeze

Figura 13 – Recursos Hídricos Superficiais

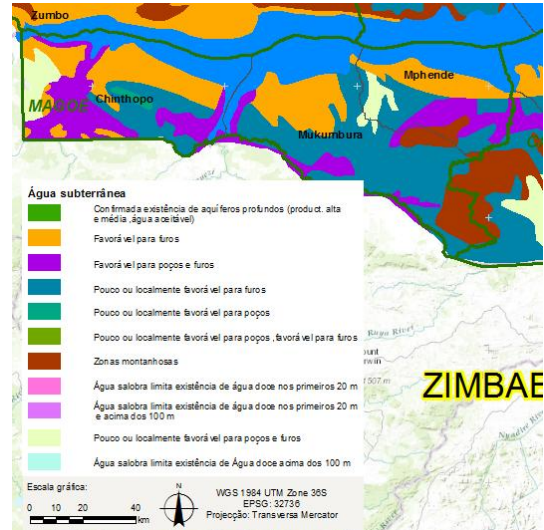


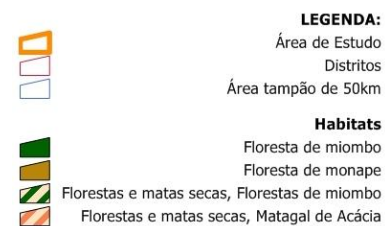
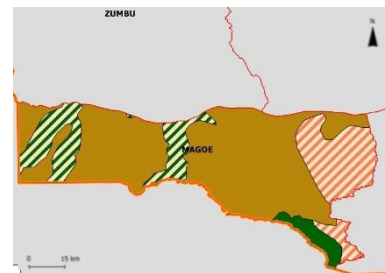
Figura 14 – Recursos Hídricos Subterrâneos

- Nas regiões envolventes da albufeira de Cahora Bassa as condições são, em geral, favoráveis a poços e/ou furos, em qualquer um dos três postos administrativos.
- Apenas as zonas montanhosas (sobretudo na orla da serra de Purongoe) do PA de Mphende apresentam limitações à construção e furos e poços.

2.1.1.7 Conservação da Natureza

FLORA

- A pesquisa bibliográfica permitiu inventariar um total de 799 espécies de flora com possibilidade de ocorrência na Província de Tete, assumindo-se portanto que as mesmas espécies poderão estar presentes no Distrito de Mágoè. Este inventário florístico inclui 6 plantas com estatuto de Vulnerável na Lista Vermelha de Flora de Moçambique (Izidine & Bandeira, 2002). Neste Distrito podem ainda ocorrer 9 espécies endémicas de Moçambique, 2 quase endémicas.
- Através da consulta do Herbário LMU (Herbário da Universidade Eduardo Mondlane) e LMA (Herbário do Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique) foi possível confirmar a presença da seguinte espécie endémica: *Mimosa mossambicensis* Brenan, classificada como vulnerável na Lista Vermelha de Flora de Moçambique.
- A vegetação de Mágoè é bastante diversa e possui diversos tipos de habitats, sendo o mais comum no seu território a floresta de mopane, que ocupa 65% do mesmo.
- Em mosaico com estas formações arbóreas é possível ver outros habitats, como florestas e matas secas, florestas de miombo e matagal de acácia, em áreas mais ou menos extensas. Podem ainda observar-se áreas de savana e vegetação ripícola ao longo das linhas de água aí existentes.



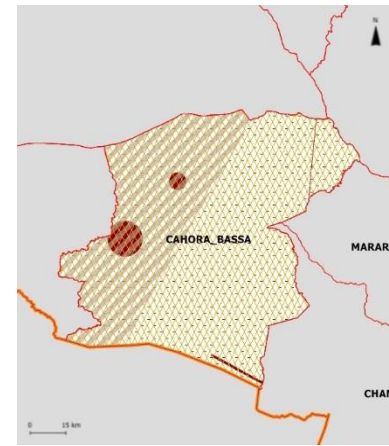
Fonte: Consórcio TPF

Figura 15 – Cartografia de Habitats presentes no Distrito de Mágoè

- Descreve-se em seguida o habitat mais comum no Distrito (a descrição detalhada dos habitats pode ser consultada no Anexo 1):
 - As florestas de mopane são matas dominadas pela espécie arbórea *Colophospermum mopane*.
 - Observa-se uma crescente pressão humana sobre estas áreas e um conseqüente declínio das florestas de mopane, devido à maior procura dos seus recursos (Musvoto et al., 2007), o que altera a composição e estrutura destas florestas (Mapaure and Ndeinoma, 2011). Estes recursos incluem madeira para construção, ferramentas, esculturas e utensílios de cozinha, lenha, corda, goma, tanino, medicamentos e resina e a muito procurada Larva do Mopane (*Gonimbrasia belina*) (Musvoto et al., 2007; Makhado et al., 2009).

FAUNA

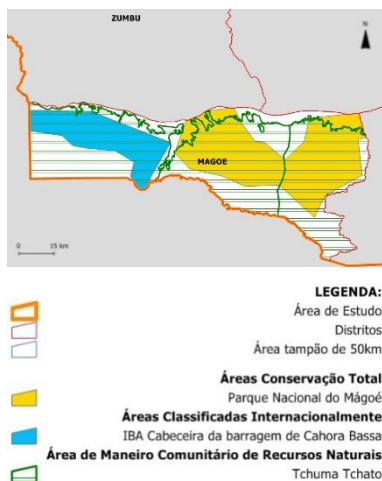
- Segundo pesquisa bibliográfica foi possível inventariar um total 765 espécies de fauna com possibilidade de ocorrência no Distrito de Magoè.
- O grupo com maior número de espécies é o da avifauna, estimando-se que ocorram neste 382 espécies de aves. Segue-se o grupo dos mamíferos com 130 espécies, os insectos com 112, os répteis com 78, os peixes com 38 e os anfíbios com 25 espécies inventariadas.
- Segundo a Direcção Nacional de Terras e Florestas no ano de 2013 foram registados cinco mortos e três feridos resultantes do ataque de crocodilos, havendo também o registo de culturas destruídas por elefantes e hipopótamos.
- Entre as espécies com estatuto de conservação desfavorável, segundo a IUCN (2014), contabilizam-se: 1 peixe - Tilápia de Kariba (*Oreochromis mortimeri*) - 9 aves Garça-do-lago (*Ardeola idae*), Grou-coroado-austral (*Balearica regulorum*), Calau-gigante (*Bucorvus leadbeateri*), Falcão de Taita (*Falco fasciinucha*), Abutre-de-dorso-branco (*Gyps africanus*), Abutre-de-capuz (*Necrosyrtes monachus*), Águia-marcial (*Polemaetus bellicosus*), Secretário (*Sagittarius serpentarius*) e o Abutre-real (*Torgos tracheliotos*) - e 6 mamíferos - Hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*), Elefante-africano (*Loxodonta africana*), Mabeco (*Lycaon pictus*), Leão (*Panthera leo*) e o Pangolim (*Smutsia temminckii*).
- Refere-se ainda a ocorrência histórica na zona é o Rinoceronte (*Diceros bicornis*), espécie classificada na categoria “ criticamente em Perigo ” (CR) pela IUCN, sendo que estudos recentes realizados a nível nacional (ex: Belfiuss 2010, Agreco 2011, Couto 2014), não detetaram a sua presença em áreas com habitat favorável à sua ocorrência, sendo considerada extinta em Moçambique.
- A Caça furtiva está relacionada sobretudo com o abate de elefantes e o tráfico de marfim, atingindo níveis preocupantes. Regista-se ainda a caça de outras espécies por parte da população local (como o Kudu e a impala) devido a carências alimentares.



Fonte: Adap. Dunham (2010)/Ntumi (2012)/Chardonnet (2008)/Fusari (2010)

Figura 16 – Distribuição das Espécies de Mamíferos mais Relevantes no Distrito de Magoè (apenas para as espécies para as quais estes dados existem – elefante, leão e mabeco)

- Distrito de Mágoè integra os limites de uma Área de Conservação Total, o Parque Nacional do Mágoè. Esta área ocupa cerca de 328497 ha, pelo que 38,4% da área total do Distrito se encontra classificada como Área de Conservação Total.
- No Distrito de Mágoè existem ainda outras áreas importantes para a conservação da natureza, que não se incluem nas Áreas de Conservação definidas pela Lei nº 16/2014, de 20 de Junho, como a Área de Maneio Comunitário de Recursos Naturais "Tchuma Tchato" e a Área de Importância Internacional para as Aves IBA Cabeceira da Barragem de Cahora Bassa.
- Encontra-se também projetada para este Distrito, nomeadamente para Chinthopo, a criação e operacionalização de novas Coutadas Oficiais, desconhecendo-se para já a dimensão e localização exacta das mesmas.



Fonte: Adap. CENACARTA e Birdlife International

Figura 17 - Áreas de Conservação abrangidas pelo Distrito de Mágoè

PARQUE NACIONAL DO MÁGOÈ

- O Parque Nacional do Mágoè foi criado pelo Decreto nº 67/2013, de 11 de Dezembro, com o intuito de desempenhar um papel fulcral na conservação de solos e outros recursos naturais renováveis e essenciais para a vida, estando instalado numa área pouco habitada por pessoas.
- Neste contexto, um dos principais objetivos do parque é a proteção da palanca-cinzenta (*Hippotragus equinus*), espécie animal cuja distribuição é limitada, ocorrendo apenas nesta área. Esta Área de Conservação é também muito importante para diversas espécies de fauna, como o elefante (*Loxodonta africana*), o leão (*Panthera leo*) e o mabeco (*Lycaon pictus*).
- O parque tem também como objetivos a conservação dos ecossistemas frágeis e sensíveis ao longo da Albufeira de Cahora-Bassa e da Serra Comboio.

ÁREA DE MANEIO COMUNITÁRIO DE RECURSOS NATURAIS DE "TCHUMA TCHATO"

- O projeto "Tchuma Tchato" é um projecto de maneio comunitário de recursos naturais iniciado em 1995 e financiado pela Fundação Ford
- Inicialmente o projecto foi implementado no Distrito de Mágoè, mais especificamente no Vale do Rio Zambeze. Ao longo do tempo o projecto estendeu-se aos Distritos de Zumbo, Cahora Bassa, Marávia, Changara, Chifunde, Chiúta, Marara e Macanga. Refere-se no entanto que, aparentemente, o projeto tem estado menos activo nos últimos anos.
- O turismo cinegético e ecológico é a principal actividade desenvolvida na área do Tchuma-Tchato, havendo aqui diversas empresas que exploram de forma sustentável os recursos existentes e criando também emprego local.

IBA CABECEIRA DA BARRAGEM DE CAHORA-BASSA

- Foi criada em 2001, localiza-se entre a confluência dos Rios Luangwa e Mussangezi com o Rio Zambezi, na cabeceira da albufeira formada pela barragem de Cahora-Bassa, ocupando uma área de 150000 há.
- Os principais habitats incluem campos de herbáceas inundáveis, savana de palmeiras, floresta ribeirinha, floresta semiárida com Imbondeiros (*Adansonia digitata*) e encostas arborizadas.
- A principal ameaça detectada nesta IBA pela Birdlife International (2014) é o crescente aumento de assentamentos ao longo das áreas ribeirinhas, aumentando as áreas agrícolas presente, ocorrendo uma consequente perda de habitat para as espécies de aves ali ocorrentes



2.1.1.8 Poluição

POLUIÇÃO

- Na área do Distrito predomina essencialmente o sector primário, tratando-se de uma zona rural e florestal, sendo que o sector secundário, embora em crescimento na província, apresenta ainda pouca expressão local. Desta forma, a poluição causada pela actividade industrial será pouco significativa, à excepção de situações pontuais e localizadas.
- A pouca expressão das actividades agrícolas e agropecuárias intensivas no Distrito é de molde a considerar que as situações de poluição dos solos e do meio hídrico devido a este sector de actividade serão pouco relevantes, salvo situações pontuais e localizadas.
- As insuficiências dos sistemas de saneamento podem implicar a ocorrência de situações de poluição das águas, designadamente nas imediações das principais áreas habitadas.
- A frequente utilização de queimadas para a abertura de áreas para a agricultura (machambas), como estratégia de caça, para a produção de carvão de uso doméstico e outros fins, constitui uma das principais fontes de poluição do ar. Esta actividade tem implicações significativas na qualidade do ar nas épocas mais secas do ano, com a agravante de se ocorrer em extensas áreas e de forma generalizada.
- Outra importante fonte de degradação da qualidade do ar resulta do arraste natural de poeiras pelo vento durante a estação seca, quando o solo se apresenta seco e nas áreas onde esteja desprovido de vegetação.
- A queima doméstica de biomassa (lenha ou carvão) constitui, à semelhança do que acontece na generalidade das áreas rurais de Moçambique e de todo o continente Africano e de outras regiões, o principal problema de poluição do ar, com reflexos ao nível da saúde das populações como é demonstrado em vários estudos internacionais.
- Deve ser salientar a existência de importantes lacunas ao nível da monitoria da qualidade ambiental, o que dificulta a cabal quantificação e a determinação das áreas efectivamente afectadas por fenómenos de poluição.



2.1.1.9 Riscos Naturais e Antrópicos e Vulnerabilidades às Alterações Climáticas

RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS E VULNERABILIDADE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- O risco de cheias no Distrito é baixo.
- O risco de ocorrência de secas no Distrito é considerado como sendo alto.
- O Distrito situa-se numa zona já relativamente afastada da costa, permitindo que o risco de ser afectado por ciclones seja relativamente baixo.
- O Distrito está situado numa região em que é de contar com a possibilidade de ocorrência de sismos de intensidade moderada a elevada.
- De acordo com o Plano de Acção para a Prevenção e Controlo da Erosão de Solos 2008 – 2018, elaborado pelo MICOA em 2007, o Distrito apresenta, no geral, uma situação pouco crítica em termos de erosão.
- A existência a montante do Distrito da barragem de Kariba (situada entre o Zimbabué e a Zâmbia) leva a que o tema do risco de ruptura dessa barragem deva ser salientado. A rotura de uma barragem é um exemplo paradigmático de um tipo de acidente tecnológico muito pouco frequente mas com consequências potenciais muito significativas no vale a jusante, com grande potencial de consequências graves em termos de perdas de vidas e de danos ambientais e materiais. Note-se que a frequência dos acidentes associados a grandes barragens tem diminuído ao longo do tempo em resultado da melhoria nos conhecimentos científicos e tecnológicos e do controlo da qualidade e da segurança, respectivamente nas fases de projecto, construção e de exploração.
- Actualmente os riscos de acidentes no Distrito relacionados com estabelecimentos industriais são reduzidos e circunscritos a áreas relativamente reduzida nas proximidades das instalações existentes.
- O relatório relativo ao período entre 1 de Janeiro de 2013 e 31 de Maio de 2014 apresentado por Moçambique no quadro da Convenção Sobre a Proibição da Utilização, Armazenagem, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e Sobre a sua Destruição referia que a zona de N'Soluwamuthu ainda se encontrava por desminar. Informação prestada posteriormente, em Agosto de 2014, pelo Instituto Nacional de Desminagem, não assinalava áreas do Distrito ainda minadas.
- Em termos de vulnerabilidades às alterações climáticas, e com as ressalvas decorrentes das incertezas que os conhecimentos científicos actuais encerram, é de admitir que na região se possa verificar um aumento da temperatura, um aumento da inconstância da pluviosidade (com mudanças nos inícios das épocas de chuvas, épocas de chuvas mais húmidas e épocas secas mais secas) e um agravamento dos riscos de secas e de ciclones.
- No geral, deverá admitir-se que a exposição ao risco de desastre natural poderá aumentar significativamente, acompanhada de um agravamento de riscos para a produção de alimentos, para a saúde das populações e para as infraestruturas existentes.

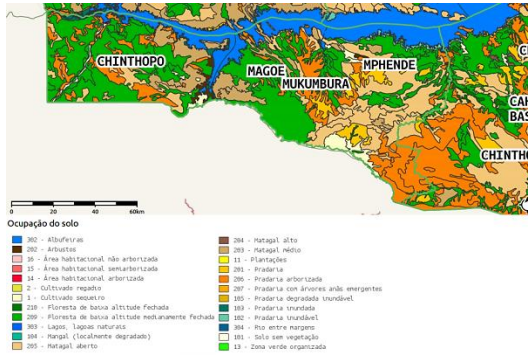
2.1.2 Uso Actual da Terra e Padrões Uso e Ocupação

O desenvolvimento socioeconómico da região do Baixo Zambeze, a prática continuada de deflorestação/queimadas, a agricultura itinerante e a sobreexploração florestal têm-se reflectido em alterações na paisagem, nos ecossistemas e no ambiente.

Muitos problemas ambientais têm origem na utilização dos solos, que provoca perda de biodiversidade, alterações ao nível da qualidade das águas, do solo (erosão) e do ar. Os impactos podem ser directos, como a destruição de paisagens e habitats naturais, ou indirectos, como a impermeabilização dos solos e a deflorestação que aumentam os riscos de inundações (devido à menor capacidade de reservatório do coberto vegetal).

Apesar do dinamismo associado ao uso da terra e ocupação do solo, o quadro paisagístico que se apresenta de seguida, reflecte apenas uma imagem temporal, não representando a análise mensurável do ponto de vista de perdas/ganhos que ocorreram nos solos agrícolas, agro-florestais ou outros.

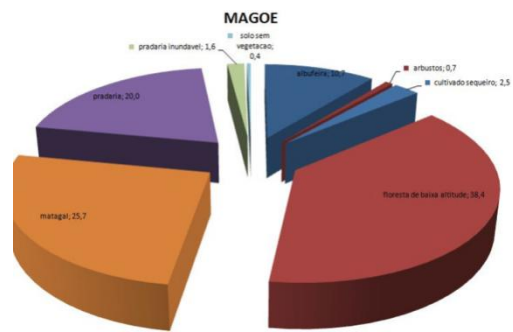
- O Distrito de Magoé é, maioritariamente, ocupado por florestas abertas de baixa altitude, matagal e pradarias.



Fonte: Adap. CENACARTA
Figura 18 – Ocupação do Solo

- No Distrito, as áreas cultivadas não têm expressão, sendo que a produção agrícola é feita predominantemente em sequeiro.

- A agricultura irrigada está presente sobretudo ao longo da zona da albufeira e alguns pequenos rios afluentes.
- As zonas verdes estão localizadas nos riachos Nyamalima e Mphende, onde se pratica a produção de hortícolas; as machambas estão, por norma, localizadas em zonas distantes da zona habitacional.
- As áreas mais próximas dos rios apresentam maiores densidades populacionais e estão associadas às áreas mais expostas ao risco de cheia.



Fonte: Adap. CENACARTA
Figura 19 – Uso Actual da Terra



- O uso e aproveitamento da terra são coordenados pelos Serviços Distritais, existindo áreas reservadas para a construção de infra-estruturas, para serviços públicos, habitações, comércio e outros. No quadro seguinte apresentam-se as localidades abrangidas pelo projecto de advocacia ambiental de Tchuma-Tchato:

Quadro 5 – Comunidades Envolvidas no Projecto Tchuma-Tchato

Comunidade	Área (ha)
Cazindira	122 602
Chitsico	165 258
Bucho	132 261
Chinthopo	207 330
Mphende	92 335
Daque	95 718
Luia Sede	128 011
Messenguezi	97 373

Fonte: MINAG/MITUR CTV/Associação Rural de Ajuda Mútua e Africa Wildlife Foundation

- No que respeita à posse da terra, quase 85% das explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas.
- A maioria dos terrenos não é titulada e, quando explorados em regime familiar, têm quase sempre como responsável o homem da família.
- De um modo geral a agricultura é praticada em pequenas explorações familiares (por norma com menos de 1,0 ha), em regime de consociação de culturas, com base em variedades locais.
- O sistema de produção agrícola é complementado pela criação de gado.
- Recorrentemente surgem situações de fogo descontrolado, contribuindo sobremaneira para a desflorestação de elevadas áreas.
- De notar, ainda, a abertura de machambas nas encostas mais íngremes da albufeira de Cahora Bassa, com consequências em termos de aumento da erosão.

Quadro 6 – N.º de Explorações Agro-Pecuárias, 2010

Tipo de Explorações	N.º Explorações
Pequenas e Médias	17 257
Grandes	2
Total	17 259

Fonte: INE/MINAG Censo Agro-Pecuário 2010/2011

- As queimadas descontroladas verificam-se um pouco por todo o Distrito estando referenciado como principais causas o sistema tradicional de cultivo e as técnicas tradicionais de caça onde o fogo é utilizado para cercar ou encurralar os animais bravios. Este flagelo está a conhecer relativa redução face às campanhas de educação cívica e surgimento de programas de preservação, conservação e manejo dos recursos naturais com envolvimento das comunidades.
- Mágoè é caracterizado por dois tipos de ocupação da terra: Urbanizada e Desordenada e espontânea.
 - A área urbanizada está localizada no extremo Norte do povoado, bairro nyalutchena, onde estão concentradas Instituições e residências dos funcionários seniores do estado. As construções são de alvenaria e obedecem um plano de ordenamento da circunscrição elaborado no tempo colonial.
 - O governo colonial português construiu um aldeamento onde as construções obedeciam a um plano de ordenamento elaborado para o efeito. Mais tarde, devido à insegurança causada pela situação da guerra, a população proveniente de outras zonas à procura de segurança, foram ocupando espaços não recomendados pelo plano, incluindo as ruas, tornando a área desordenada. Esta área é caracterizada por construções precárias, na sua maioria, havendo uma e outra construção melhorada e convencional.
- A Iniciativa de Terras Comunitárias (ITC) ainda não teve projectos no Distrito, apesar de já estarem presentes na Província de Tete.

2.2 Caracterização e Diagnóstico Social e Económico

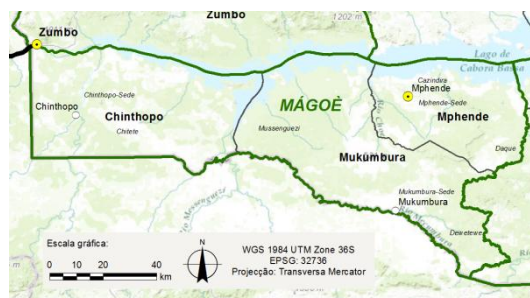
2.2.1 Organização Administrativa e Governação

Os órgãos locais do Estado têm como função a representação do Estado ao nível local para a administração e o desenvolvimento do respectivo território. Ao mesmo tempo, eles contribuem para a integração e unidade nacionais (Art.º 262 da Constituição da República de Moçambique). A organização e funcionamento dos órgãos locais do Estado obedecem aos princípios da descentralização e desconcentração (Art.º 263, n.º 2 da Constituição da República de Moçambique).

Em termos administrativos, para a realização da sua função administrativa e de desenvolvimento territorial, a estrutura governamental é assegurada ao nível local (províncias, Distritos, postos administrativos, localidades, povoações e aldeias) através dos chamados Órgãos Locais do Estado. A Lei n.º 8/2003, de 5 de Maio, vulgarmente conhecida por lei dos órgãos locais do Estado (LOLE), estabelece princípios e normas de organização e funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de província, Distrito, posto administrativo e de localidade.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Ao nível do Distrito, o mesmo é composto por Postos Administrativos e Localidades. Os postos administrativos são as unidades territoriais base da organização da administração local do Estado. Por sua vez as Localidades compreendem as aldeias e outros aglomerados populacionais inseridos no seu território.
- Actualmente, o Distrito de Mágoè é composto pelos seguintes postos administrativos e principais localidades:
 - Posto Administrativo de Mphende:
 - Mphende
 - Daque
 - Cazindira
 - Posto Administrativo de Mukumbura:
 - Mukumbura
 - Dewetewe
 - Posto Administrativo de Chinthopo:
 - Chinthopo
 - Musseguezi



Fonte: Adap. CENACARTA

Figura 20 – Limites Administrativos

- Ao nível do Distrito, o aparelho do estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais.
- Ao nível da comunidade, a liderança tradicional é assegurada pelos seguintes representantes do poder: Régulos e/ou Mambos. As áreas de jurisdição dos régulos vão desde a povoação até localidade inteira, dependendo da coincidência da sua área de influência em relação aos limites administrativos. Os mambos são chefes de grupos de povoados e recebem ordens do régulo.
- O grau do envolvimento dos líderes da comunidade nos processos de desenvolvimento é tão elevado, que confere uma relevância especial ao protagonismo local, fenómeno pelo qual a comunidade se reconhece como sujeito do seu próprio destino, tornando-se no actor social.

- O Distrito de Mágoè está sob a alçada do Governo Provincial de Tete e ao nível das entidades Distritais a administração do poder está a cargo do Governo Distrital, o qual é composto por um Administrador Distrital e um Secretário Permanente e restantes elementos que compõem o Governo Distrital.
- Os Serviços Distritais são unidades orgânicas do Governo Distrital dotadas de autonomia administrativa, podendo gerir os seus recursos materiais, humanos e financeiros. O Distrito de Mágoè é dotado dos seguintes Serviços Distritais (SD) conforme a figura seguinte.
- A organização e funcionamento dos órgãos locais do Estado obedecem aos princípios da descentralização e desconcentração (Art.º 263 n.º 2 da Constituição da República de Moçambique) e são consagrados na Lei n.º 8/2003 de 19 de Maio (Lei dos Órgãos Locais do Estado) com o seu Regulamento.



Figura 21 – Organograma Governo Distrital

- O Governo do Distrito funciona em estrita ligação com a estrutura tradicional. Os líderes tradicionais tratam principalmente de aspectos como cerimónias, ritos, resolução de conflitos sociais, nomeadamente pelo seu papel interventivo na resolução de conflitos relacionados com a utilização e posse da terra.



Figura 22 – Entrada do Governo Distrital

- O bairro e/ou povoado são encabeçadas pelas autoridades comunitárias que tanto podem ser secretários de bairro ou aldeia ou chefes tradicionais, tudo depende da vontade das respectivas comunidades.
- Foram identificados 141 líderes comunitários, todos homens; 8 do 1º escalão, 43 do 2º escalão e os restantes 90 do 3º escalão.
- A Administração local, na sua actuação quotidiana, trabalha aos diferentes níveis com os conselhos locais que são órgãos de consulta na busca de soluções para as questões fundamentais que afectam a vida das populações, o seu bem-estar e desenvolvimento sustentável, integrado e harmonioso das condições de vida das comunidades locais, no qual participam também as autoridades comunitárias.
- Todas estas autoridades têm incidência administrativa (são os mediadores do Estado), jurídica (com jurisprudência suportada no direito costumeiro e na articulação com o direito estatal para alguns conflitos e crimes) e económica (são, fundamentalmente, gestores dos recursos naturais produtivos, em particular da terra agrícola).
- Nestas actividades todas elas são acompanhadas por um tribunal comunitário, composto por notáveis da sua população.
- Com vista a complementar e apoiar as realizações do Governo local, operam no Distrito várias ONGs nacionais e estrangeiras.

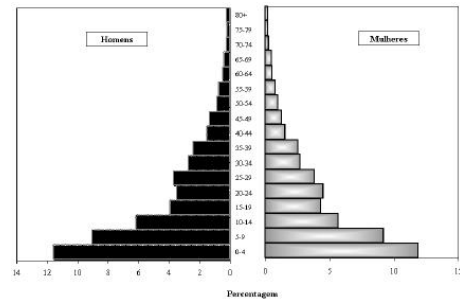
2.2.2 Perfil da População

Os dados a seguir apresentados referem alguns dos aspectos descritivos mais relevantes da população do Distrito de Magoé.

PERFIL DA POPULAÇÃO

- Segundo os Resultados Definitivos do Censo de 2007 (INE), o Distrito tinha um total de 68.852 habitantes e uma densidade demográfica de 8,0 hab/km².
- Grande parte da população de Magoé pertence à etnia M'tawara. As raças nativas da região são os Sengas, Tauaras, Pimbes, Chicundas e Mazezulos. Quanto aos grupos etno-linguísticos destacam-se os Tawane/Taware nos postos administrativos de Mphende e Magoé e os Cishona no posto administrativo de Chinthopo.
- A língua materna dominante é o Cinyungwè. Cerca de 80% da população com 5 ou mais anos de idade não têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.
- No Distrito fala-se Chissenga, Chitauara, Chipimbe, Chichicunda, Chizezulo e Chinhungué. No entanto as línguas mais faladas são o Chona, nas zonas fronteiriças e o Nhúnguè ao longo da albufeira de Cahora Bassa.
- De uma forma geral, a população encontra-se desigualmente distribuída ao nível do Distrito, devido a conjugação de factores físico-naturais (solos férteis, recursos faunísticos e florestais) e sociopolíticos (devido à guerra dos 16 anos, e vias de acesso). O povoamento concentra-se sobretudo na orla da albufeira e ao longo dos principais acessos, o interior está relativamente despovoado.
- A maioria das famílias do Distrito é do tipo sociológico nuclear com filhos com uma média de 3 a 5 membros.
- A preservação do respeito à família constitui uma das pedras basilares. A família deve obedecer e respeitar as regras impostas pelos membros mais velhos da linhagem, transmitindo-as também aos mais novos.
- A divisão do trabalho é feita segundo o género e a idade.
- Os rapazes permanecem mais ligados aos pais sendo instruídos e educados ao quotidiano dos homens (caça, derrube de árvores para abertura de machambas, controlo e gestão dos bens do lar), os rapazes mais novos cuidam do gado.
- As raparigas ficam vinculadas às mães onde, para além de aprender a fazer os trabalhos da mulher, recebem a educação, instruções da vida e a conduta própria do género. As mulheres e as raparigas dedicam-se aos trabalhos domésticos e agrícolas.

- Em termos de religião, há um predomínio de pessoas não crentes, registando-se nas confissões religiosas um predomínio da religião São/Zione.
- A pirâmide etária evidencia uma população muito jovem (mais de metade da população tem idade igual ou inferior a 17 anos).



Fonte: INE – III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007

Figura 23 – Pirâmide Etária da População de Magoé

- A taxa de mortalidade infantil (125,2‰) é acentuada (segunda mais alta da Província de Tete) e a esperança média de vida baixa, inferior a 60 anos (57,3 anos). A taxa bruta de natalidade por ano era de 43,2 ‰; a taxa global da fecundidade, estimada em 6,5 (abaixo da média da província).

Quadro 7 – Saldo Migratório e Taxas de Imigração e Emigração, 2002-2007

INDICADOR	MÁGOÊ
Índice de Masculinidade (saldo migratório)	-0,1
Taxa de Imigração	1,2
Taxa de Emigração	1,3

Fonte: INE/DEMOVIS (2010); dados referentes a 2007

- O Censo relativo ao período 2002/2007 registou, um saldo negativo de migração interdistrital.

HABITAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA

- A população é predominantemente de matriz rural e, de uma forma geral, bastante pobre. Como consequência, os pais sentem-se limitados para colocar as suas crianças nas escolas.



Figura 24 – Habitações Tradicionais

- A habitação tipo do Distrito de Mágoè é a palhota, com pavimento de adobe e terra batida (87,6%), tecto de capim/colmo/palmeira (90,5%) e paredes de paus maticados (53,6%), sem latrina e com água recolhida em poços ou furos e rios ou lagos.
- O regime alimentar é baseado no elevado consumo de hidratos de carbono, obtidos a partir da farinha de milho/mapira/mexoeira, acompanhada de quiabo, feijão manteiga e nhemba, verduras, peixe e carne.
- A caça e a pesca são recursos de que o Distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. As gazetas, cudos, búfalos, impalas, javalis e o cabrito-montês são os animais mais caçados e importantes na dieta.
- Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a diversas estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de “comida pelo trabalho”. O Índice de Pobreza na Província ronda os 55.1, mas tem vindo a descer.

2.2.3 Questões de Género

Os padrões, tanto de discriminação de raça como de género, ainda são evidentes. As desvantagens históricas e estruturais podem ser vistas como a causa de raiz deste tipo de discriminação.

- No Distrito de Mágoè cerca de 15% dos agregados familiares do tipo monoparental é chefiado por mulheres, por isso socialmente mais vulnerável.
- Um indicador intrinsecamente relacionado com as questões de género e o bem-estar da mulher diz respeito à taxa de analfabetismo.
- No Distrito, a taxa de analfabetismo é mais elevada na população feminina do que na população masculina. Existe muita pressão para as raparigas abandonarem a escola e se dedicarem à machamba ou ao cumprimento de outras tarefas de índole doméstica.

Quadro 8 – Taxa Especifica de Analfabetismo,2007

GRUPO ETÁRIO	Total	Homens	Mulheres
15 - 19	24.6	18.5	30.7
20 - 24	33.2	22.2	43.1
25 - 29	36.9	26.0	49.0
30 - 39	42.2	26.7	58.8
40 - 49	56.0	31.5	78.3
50 - 59	69.9	43.7	90.4
>60	80.4	66.0	96.3

Fonte: INE/DEMOVI

- Das mulheres do Distrito com mais de 5 anos, cerca de 75% nunca frequentaram a escola e somente 6% concluíram o ensino primário.
- A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 aos 14 anos, em que cerca de 40% das raparigas frequentam a escola. Este indicador evidencia a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.
- A falha na formação escolar contribui, em parte, para as mulheres serem discriminadas, no entanto as mulheres alfabetizadas tendem a obedecer às regras sociais estabelecidas nas famílias e na comunidade.



Figura 25 – Quotidiano da Mulher

- A educação constitui um instrumento chave para a melhoria das condições de vida, sendo fundamental para a materialização dos direitos civis, políticos, económicos e sociais, bem como, para a redução das desigualdades.
- A distribuição das mulheres activas residentes no Distrito, de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade, resume-se ao sector agrícola e comercial em que cerca de 94% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria, 4 % são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal e as restantes são, na maioria produtoras artesanais e trabalhadoras de serviços industriais (INE, Censo Agro-pecuário, 1999-2000).
- A acção social no Distrito tem sido coordenada com as organizações não-governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos os aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

2.2.4 Perfil Epidemiológico

O perfil epidemiológico é caracterizado basicamente pela ocorrência de doenças epidémicas que praticamente se tornaram endémicas (Malária e o HIV/SIDA). Surgem, recorrentemente, surtos de doenças gastrointestinais associadas a maus hábitos de higiene, má qualidade da água potável e inexistência de adequados sistemas de tratamento de águas residuais.



- O perfil epidemiológico de Magoé é caracterizado por um aumento na generalidade das doenças.
- Nota-se, também, uma forte incidência de ITS/HIV/SIDA.
- Referência ao aumento abrupto dos casos de raiva, em 2013.

MALÁRIA

- A malária é das principais causas de mortalidade do Distrito, atingindo com mais severidade as zonas mais baixas e pantanosas e nos locais com sérios problemas de saneamento do meio e drenagem das águas pluviais. É uma das principais causas de internamento e de absentismo laboral.

DIARREIAS COMUNS

- As diarreias estão fortemente associadas às condições inapropriadas do meio ambiente, ao acesso deficitário à água potável e como efeito secundário de outras doenças infecciosas.
- Apesar dos esforços dos profissionais de saúde na educação sanitária com vista a reduzir esta doença, alguns hábitos tradicionais e culturais (nomeadamente o fecalismo a céu aberto) impedem que sejam tomadas atitudes mais saudáveis.
- Situações de pobreza e carência alimentar contribuem, ainda mais, para o aparecimento das diarreias e, consequentemente para o aumento da mortalidade por esta doença.

DISENTERIA

- É mais uma doença relacionada com o deficiente estado do meio ambiente, associado a situações como o fecalismo a céu aberto, lixo mal acondicionado e escassez de água potável. Nos períodos de grandes enxurradas observa-se, normalmente, o aparecimento da doença principalmente pelo alastramento descontrolado de todo o material infectante.

Quadro 9 – Tendência de Doenças de Notificação Obrigatória e Endémicas 2006-2013

DOENÇAS	Casos Notificados			Óbitos Notificados		
	2006	2010	2013	2006	2010	2013
Malária	11 135	8 316	12 675	0	0	1
Diarreia	2 103	3 277	4 109	0	0	1
Disenteria	429	514	672	0	0	0
Raiva	0	7	102	0	0	0

Fonte: SDSMAS

RAIVA

- Em 2013 registou-se um aumento vertiginoso de casos de raiva, provavelmente, consequência da ausência de campanhas de vacinação da raiva canina.

ITS/HIV/SIDA

- As ITS representam um factor de risco importante na transmissão do HIV/SIDA. O último relatório INSIDA de 2009 mostra que os indivíduos que contraíram uma ITS nos últimos 12 meses apresentavam quase o dobro (24%) de prevalência do HIV comparados com aqueles que não tinham tido uma ITS (13%).
- Foram criados Comitês de Assistência Social para trabalho de mobilização e sensibilização dos perigos do HIV/SIDA.

2.2.5 Etnografia e Património Material e Imaterial

A população do Distrito de Magoé é originária da tribo Tawala e os primeiros habitantes do Distrito de Mphende, vieram da região do monte Matiwi liderados por Mutota.

Boroma filho de Mutota era um guerreiro, saiu de Gonauthwa, passando por Magoé em direcção a região da foz do rio Mufa no vale do Zambeze. Devido à presença dos Portugueses nesta zona e com receio de ataque, Boroma, regressa à Magoé fixando-se em



Mphende, onde encontrou a população proveniente de Matiwi. Boroma guerreou com o espírito Nkhomawasha, venceu a guerra e fixou-se em definitivo em Mágoè, região conhecida por Mphende, nome de um riacho que atravessa a zona habitacional da sede do Distrito.

Os Portugueses vindos de Chicôa, fixaram-se em Cachomba, onde construíram Residência Oficial do Senhor Administrador ou fortaleza. Macombe, rei Bárue, não gostou da presença dos portugueses na região, convidou os reis Kaponda e Kanhembanhamba, para atacá-los em Cachomba.

A primeira Administração colonial foi montada em Mágoè- velho, donde saíam carregados nas machilas, passando pelos povoados do rei Kaponda, recenseando as populações, para estabelecer o sistema eficaz de cobrança de impostos. Em Mphende, o primeiro edifício de administração, foi construído de pau-a-pique em 1940 e mais tarde construíram de alvenaria, o actual edifício do Comando da PRM e em Setembro de 1962 ergueram o actual edifício da Administração Distrital.

A intensa actividade cultural alicerçada na sua tradição oral, constitui a maior riqueza patrimonial de Mágoè. Para além das comemorações históricas, convívios culturais e interpretações musicais, há ainda a salientar as danças tradicionais. As danças têm significado histórico-cultural pelo facto de terem serem usadas pelos seus executantes como instrumentos de identidade cultural (p. exe., a dança e música). Noutro patamar, realce para a beleza e diversidade da paisagem natural de toda a região.

ETNOGRAFIA E PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL

- Em termos de património imaterial a língua faz parte do património da população de Mágoè.
- A manifestação cultural do Distrito é caracterizada por diversas expressões artísticas entre elas as artes cénicas, destacadas pelas músicas e danças tradicionais típicas. De referir as danças milenares Nhau, Mafue, Bendi e Goteca. Estas danças estão associadas, por norma, a momentos de alegria ou tristeza sendo praticadas em situações como festas várias, recepção a pessoas importantes e cerimónias relacionadas com falecimento.
- As cerimónias mágico-religiosas de evocação de espíritos ancestrais e de pedido de chuva e afastamento de calamidades são realizadas pelos N'vula. Estas cerimónias são realizadas em tempo de aflição ou quando os povoados são assolados por epidemias e secas.
- No Distrito existem muitos espíritos, o Mphondolo de Nhangome é o que tem maior relevância O local da evocação dos espíritos e onde se empossam os mambos tem o nome de “*Massangano Mpata Nhantseua*”. A transmissão de poderes de um mambo para o outro é feito nesse local onde os dois ficam em margens diferentes do rio, pegam em duas pontas de um pano e puxam cada um na sua extremidade; se o sucessor conseguir puxar até o outro largar a extremidade do pano, assim se considera empossado.

- Em caso de epidemias o espírito aparece ao N'vula e diz o que se deve fazer para salvar as populações.



Figura 26 – Danças Tradicionais

- Salientam-se os lugares históricos do Distrito associados às Bases da Luta Armada (um total de 18 bases, na sua maioria em mau estado de conservação) e de locais onde ocorreram massacres de populações como Caluwe, Caponda, Dowe, Nhamaipa ou Chiwiti (num total de 10 locais, alguns deles em boa estado de conservação; 5 em Mphende, 3 em Mukumbura e 2 em Chinthopo).
- É prática corrente que os representantes das hierarquias religiosas se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.



2.2.6 Actividades Económicas – Sector Primário

Para além do grande potencial para aproveitamento hidroeléctrico, a barragem de Cahora Bassa oferece condições para o desenvolvimento de outros sectores de extrema importância para a economia da região que são os casos do turismo (associado à pesca e caça), agricultura, pecuária e indústria extractiva (exploração mineira), para além do total aproveitamento da albufeira para a pesca.

A agricultura e pecuária são reconhecidamente as actividades mais importantes para a subsistência da população (pesca sobretudo nas povoações ribeirinhas da albufeira). Juntamente com a pesca, constituem as actividades predominantes, envolvendo quase todos os agregados familiares sendo, de um modo geral, praticada em pequenas explorações familiares, em regime de consociação de culturas com base em variedades locais e pequeno efectivo de animais.



2.2.6.1 Agricultura

AGRICULTURA

- No Distrito de Mágoè, a actividade agrícola é bastante fraca. Pratica-se, predominantemente, uma agricultura de subsistência cuja área cultivada por família é inferior a 1,0 ha.
- A agricultura é praticada, maioritariamente, em regime de sequeiro e em consociação de culturas com base em variedades locais. As principais culturas alimentares praticadas são: o milho, a mexoeira, a mapira, o feijão manteiga e nhemba, o amendoim, a batata-doce e a mandioca. As hortícolas também estão presentes (couve, alface, cebola, tomate e quiabo), essencialmente, para a subsistência do agregado familiar.
- A monocultura é praticada na única cultura de rendimento, o algodão, fomentado pela empresa OLAM AVZ e tabaco.
- Não existe um mercado de algodão em Mágoè nem infra-estruturas de armazenamento com capacidade para absorver a produção.
- Estima-se apenas 18 mil hectares de terrenos agrícolas (sobretudo sequeiro) são explorados pelo sector familiar (4% do Distrito). De acordo com dados da Campanha de 2004-2005, cerca de 8 882 famílias praticavam actividades agrícolas.
- Os agricultores, para além da tracção animal em pequena escala, recorrem a instrumentos de trabalho de baixo custo, como é o caso das enxadas, machados e catanas. Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como a incorporação no solo de restos de plantas, estrume ou cinzas; em geral, não utilizam fertilizantes nem pesticidas, com excepção da produção do algodão.
- Apesar das actividades referidas serem controladas por seis técnicos afectos a dois postos administrativos – Mphende e Mukumbura – os agricultores sentem falta de um programa específico de extensão rural direccionado, principalmente, a partir da preparação do solo até ao armazenamento, bem como da implementação de variedades de sementes resistentes, com vista ao melhoramento da sua produtividade.



Figura 27 – Mercado Mukumbura; Área Agrícola

- Há uma quase ausência total do sector privado na exploração do potencial do sector agrícola, o que contribui negativamente na expansão e aumento da produção.
- Em Cazindira existe uma área de 4 hectares, aproveitada para produção de milho, sob gestão de 10 famílias, e com apoio de um privado. Usa-se sistema de regadio. Há perspectivas de expansão da área de produção, para abranger mais famílias.
- Quanto às infra-estruturas de regadio, o Distrito dispõe de sistemas de rega de pequena escala, constituídos por represas, tanques e bombas pedestais.

Quadro 10 – Regadios Existentes em Mágoè

Nome	Posto Administrativo
Nascente Cacondua	Mphende
Guivite William	Mukumbura
Sistema de Cegonhas	Mukumbura

Fonte: DNHA – FDHA/GT/PAI/003, Coop. Italiana

- Para além das questões climáticas, os principais condicionantes à produção agrícola são: falta de sementes ou sementes com baixo poder germinativo, inexistência de estabelecimentos comerciais vocacionados à venda de insumos agrícolas como instrumentos de trabalho agrícola, ausência de fertilizantes e a invasão de animais selvagens.
- O Distrito tem beneficiado das actividades da Agência do Zambeze, através da constituição de parque de máquinas, reabilitação de tanques veterinários e outras infra-estruturas.

2.2.6.2 Pecuária

PECUÁRIA

- O Distrito de Magoé possui boas condições para o fomento da pecuária que se reflecte pela presença de boas áreas de pastagem.
 - A actividade pecuária envolve, sobretudo, o sector familiar, destinando-se ao auto consumo (complemento à dieta alimentar) e à venda local (muitas vezes para a aquisição de outros bens de utilidade comunitária). Dados dos Serviços Distritais (apontavam indicavam que o sector familiar detinha cerca de 7 774 bovinos, 7 180 aves, 4 563 caprinos, 560 ovinos e 541 suínos.
 - As mulheres e crianças participam, principalmente, na produção de aves (galinhas domésticas, patos, kangas e pombos) com base em conhecimentos e práticas ancestrais, susceptíveis a redução drástica.
 - Para as famílias que se dedicam à criação do gado, este serve, também, para a tracção animal na lavoura dos campos.
 - No que se refere à sanidade animal, as instalações e o acondicionamento ambiental, estão muito longe do fundamental.
- As doenças ocorrem ao longo de todo o ano, afectando as espécies em criação como é o caso da Newcastle, febre aftosa, dermatose nodular, carbúnculo sintomático e hemático, peste suína africana e raiva. No Distrito existe muita dificuldade em arranjar medicamentos.
 - Os maiores condicionantes ao desenvolvimento da pecuária são as doenças, a falta de tanques carracidas, o zonamento dos elefantes, a falta de recursos financeiros e a inexistência de serviços de extensão.

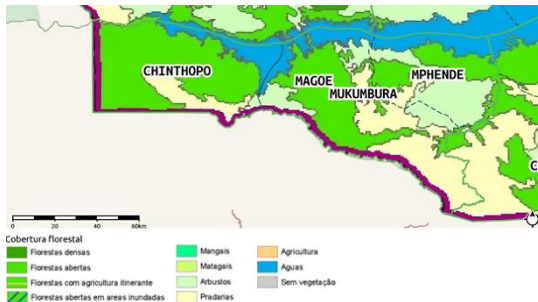


Figura 28 – Efectivos Pecuários em Mphende-Sede e Chinthopo

2.2.6.3 Floresta

FLORESTA

- A área florestal de Mágoè ocupa uma parte importante do Distrito, são cerca de 6 955 ha.
- Em termos da floresta e fauna bravia, Mágoè possui um potencial muito rico. Tem florestas compostas de árvores valiosas, para a exploração madeireira tais como: Chanfuta, Umbila, Pau-ferro e Ntondo.
- A envolvente à albufeira de Cahora Bassa está ocupada com extensas áreas de floresta de Mopane.



Fonte: Adap. MINAG/DNTF

Figura 29 – Cobertura Florestal

- A exploração de madeira é feita através da concessão de licença simples, para o uso sustentável dos recursos florestais.
- Foram reportadas aproximadamente 97 florestas comunitárias.
- Nas áreas da intervenção do Tchuma Tchato, que envolve a participação das comunidades locais, o objectivo principal do projecto é o desenvolvimento económico das comunidades através da utilização dos recursos naturais.
- O acesso às fontes de energia constitui um problema que assume, no Distrito em geral em toda a região em redor da albufeira de Cahora Bassa, a única fonte de energia é constituída por combustíveis lenhosos, dado que o uso do petróleo e seus derivados é bastante dispendioso. Este facto contribui claramente para a degradação das florestas do Distrito.

- A desflorestação é um problema sensível em todo o Distrito, em particular no posto administrativo de Chinthopo na zona ladeada a R607 e ao longo dos principais acessos dentro do Distrito.
- Consideradas as características ecológicas, a existência de ecossistemas diversificados, a rica biodiversidade, as paisagens cénicas, as espécies de fauna bravia endémicas, torna-se necessário garantir a protecção e conservação dos recursos naturais, dos processos ecológicos e a preservação dos valores naturais.

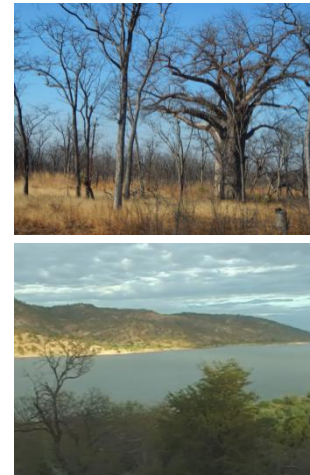


Figura 30 – Floresta Mopane em Daque; Área de Floresta Aberta

- A potencialidade faunística do Distrito está, actualmente reflectida no programa comunitário em curso denominado Tchuma-Tchato o qual vai ser ampliado na sua vertente de conservação da natureza através da criação do Parque Nacional de Mágoè.
- Para além da conservação da fauna bravia existente no Distrito, o Parque Natural de Mágoè vai limitar a pressão exercida sobre os recursos naturais, nomeadamente no que concerne à preservação da sua área florestal (existem áreas em declínio e desflorestação intensiva).



2.2.6.4 Pesca

PESCA

- O Distrito de Mágoè tem condições naturais favoráveis a prática de actividades pesqueiras proporcionadas pela existência da Albufeira de Cahora Bassa.
- A maior parte do peixe capturado é da espécie de Pende e Kapenta, considerados como sendo bastante nutritivos e procurados no mercado nacional e estrangeiro.
- Existem várias associações de pescadores na Albufeira de Cahora Bassa
- Estima-se que o potencial de produtos pesqueiros na albufeira de Cahora Bassa ronde as 20 mil toneladas, sendo os principais recursos a Kapenta (*Limnothrissa miodon*) e a Tilápias (*Oreochromis spp*).
- Na Albufeira de Cahora Bassa pratica-se:
 - Pesca semi-industrial, em que o principal alvo é a espécie exótica Kapenta (*Limnothrissa miodon*);
 - Pesca artesanal, em que as principais espécies capturadas são: Tilápias (Pende), *Hidrocynus* (Peixe Tigre, Nchene), *Distichodus* (Tchenga), Labeos (Tsimbo), *Eutropius* (Nhakandande), Clarias (Mulamba), *Heterobranchus* (Nhume), *Synodontis* (Nkolokolo), *Mormyrus* (Mzio). Os métodos utilizados neste tipo de pesca são: emalhe (mais utilizada), arrasto para terra, redes de cerco, gaiolas, linhas de mão e palangre. Normalmente é efectuada pelos naturais da região, usando canoas de tronco escavado de propulsão a remo em que as artes são rudimentares, dada a fraca rede comercial dos utensílios de pesca.
- A pesca desportiva actividade é maioritariamente desenvolvida por estrangeiros (zimbabueanos, sul africanos, e por vezes portugueses) em grupo ou de forma individual, com auxílio de embarcações a motor. As espécies mais procuradas são o peixe tigre ou N'chene (*Hidrocynus vittatus*) em algumas vezes o peixe Pende (*Tilapia rendalli*) e Nhume/Vunda (*Heterobranchus longifilis*).



Figura 31 – Pesca na Albufeira de Cahora Bassa

- A pesca de carácter artesanal constitui, essencialmente, um reforço da dieta alimentar sendo, por vezes, vendida com vista a adquirir outros produtos de primeira necessidade.
- No quadro seguinte apresenta-se a informação estatística referente á actividade pesqueira no Distrito, de acordo com dados do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala.

Quadro 11 – Sector da Pesca Artesanal

Centros de Pesca	N.º Artes	N.º Pescadores c/ barco	N.º Pescadores s/ barco	N.º Outros profissionais
60	1358	587	2806	2589

Fonte: Censo IDPPE, 2014; IIP e Boletim estatístico Min. Pescas

- A pesca assume-se, em muito agregados familiares, como uma estratégia de sobrevivência face aos problemas derivados da seca e estiagem prolongada. Muitos pescadores saem de barco para a Zâmbia pagando o próprio transporte, seguindo depois de transporte público até Lusaka afim de comprar material de pesca. Ao regressar são obrigados a pagar tarifas aduaneiras sobre o material.
- Ao nível do Distrito, não existe mercado de venda de peixe.
- Ao nível do Distrito e restantes Distritos em redor de Cahora Bassa, o preço de peixe é muito baixo na zona sendo necessário levar o pescado para os mercados da Zâmbia e Zimbabwe, e por vezes para a cidade de Tete, Chimoio ou mesmo a Beira.

2.2.6.5 Indústria Extractiva

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

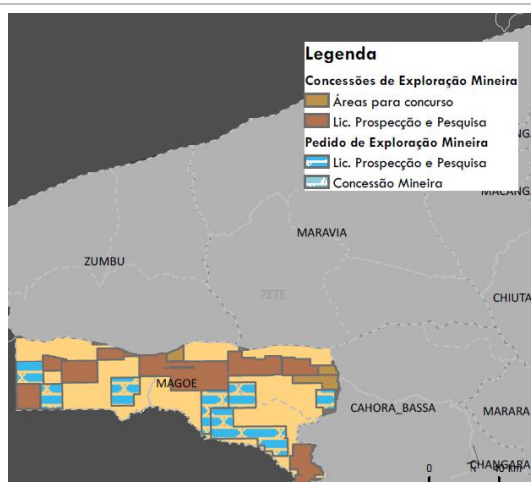


Figura 32 – Indústria Extractiva

- A Indústria Extractiva apresenta relevância no Distrito de Magoé, nomeadamente a relacionada com a extracção de Carvão, Minerais Preciosos e Semipreciosos e Metais. De salientar que no Distrito verifica-se ainda a prática de mineração artesanal.
- O Distrito de Magoé possui cerca de 50,3% do seu território ocupado por títulos mineiros emitidos (32 títulos), dos quais cerca de 29,4% correspondem a Concessões de Exploração Mineira e os restantes 20,97% correspondem a Pedidos de Exploração Mineira, conforme quadro seguinte:

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Quadro 12 – Indústria Extractiva – Concessões de Exploração

Título	N.º	Recurso Mineral	Área (ha)	% do Distrito
Áreas para Concurso	6	Carvão	28813,5	3,4
Licença de Prospecção e Pesquisa	15	Carvão, Minerais Associados, Minerais Preciosos e Semipreciosos, Metais Preciosos, Terras Raras, Bismuto, Cobre, Molibdénio, Chumbo, Titânio, Urânio, Vanádio, Wolafrámio, Zinco, Metais Básicos, Zircão, Ferro,	222652,3	26,0
Total	21	-	251465,8	29,4

Fonte: MIREM

Quadro 13 – Indústria Extractiva – Pedidos de Exploração

Título	N.º	Recurso Mineral	Área (ha)	% do Distrito
Licença de Prospecção e Pesquisa	9	Carvão, Calcário, Minerais Industriais, Urânio, Diatomites, Mármore, Metais Básicos, Minerais Associados	179142,2	20,9
Concessão Mineira	2	Carvão	633,5	0,07
Total	11	-	179775,7	20,97

Fonte: MIREM

2.2.7 Actividades Económicas – Sector Secundário

De uma forma geral, a indústria no Distrito encontra-se muito dependente da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB). Trata-se de uma indústria com algum investimento em termos de capital e que é extremamente importante para a criação de emprego, mas que está muito dependente do financiamento.

2.2.7.1 Indústria Transformadora

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

- A indústria no Distrito de Mágoè é quase inexistente. Não existe a nível local um departamento especializado que tome decisões por este sector.
 - Entre as actividades industriais desenvolvidas no Distrito figura sobretudo a indústria moageira e a extracção de madeira de Chanfuta dirigida por seis carpintarias. Também opera no Distrito uma serralharia da empresa de pesca de Kapenta, cuja principal função é a assistência aos barcos de pesca.
 - Em 2012, o Distrito tinha registado apenas 1 indústria alimentar (INE, 2013).
 - As actividades comerciais praticadas baseiam-se na venda a retalho. Funcionam no Distrito 45 cantinas rurais, contra 39 em relação ao ano de 2004. Estas cantinas são o garante de abastecimento do mercado interno em produtos de primeira necessidade. O número de armazenistas é bastante reduzido, estando a operar apenas um (1) dos quatro (4) que existem.
 - Em 2012, o Distrito não dispunha de um sistema formal de crédito e não está representada em Mágoè nenhuma instituição bancária.
- Este sector encontra grandes limitações ao seu desenvolvimento como a falta de representação do sector no Distrito, a falta de pessoal e infra-estruturas e o deficiente controlo da actividade industrial e comercial no que diz respeito ao licenciamento e fiscalização.



Figura 33 – Banca de Venda de Insumos e Géneros Alimentares

2.2.7.2 Indústria Energética

INDÚSTRIA ENERGÉTICA

- Sobre o rio Zambeze encontra-se erguida a Barragem Hidroeléctrica de Cahora Bassa, com cerca de 164 metros de altura, composta por 5 grupos geradores para uma potência total de 2 075 MW. Esta barragem constitui um dos maiores empreendimentos económicos de Moçambique e da África Austral e está a funcionar desde o ano de 1975. Com a sua construção, surgiu o grande lago artificial, a Albufeira de Cahora Bassa, com um comprimento de 270 km e 30 km de largura máxima.
- O Distrito beneficia da rede nacional de energia eléctrica de Cahora-Bassa. Actualmente, a hidroeléctrica fornece energia eléctrica a habitações, casas de comércio e instituições sociais (centros de saúde, escolas e industria hoteleira informal) da vila sede de Mphende, através da linha que também fornece a vila de Estima (Distrito de Cahora Bassa).

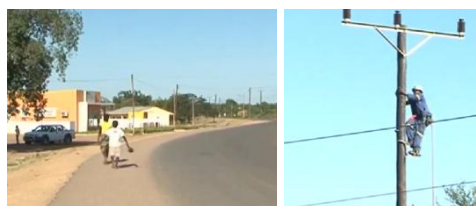
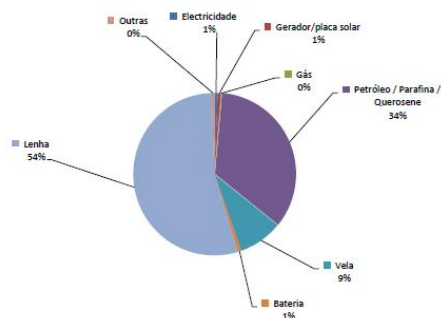


Figura 34 – Distribuição de Energia

- A nova Linha de Distribuição de Energia a partir de HCB vai melhorar o fornecimento aos Distritos de Cahora Bassa e Mágoè e algumas localidades, dentro da política de Responsabilidade Social da empresa.

- O Posto Administrativo de Mukumbura é servido por uma rede de energia eléctrica permanente, vinda da República do Zimbabwe.
- De acordo com os dados do INE 2013, em 2007 só 0,7% dos agregados familiares deste Distrito tinham acesso à energia eléctrica.
- A lenha e o carvão continuam a ser os principais combustíveis domésticos (54,2%).
- A queima de hidrocarbonetos Petróleo/Parafina/Querosene constitui a principal fonte energética para a maioria das famílias do Distrito (34,4%).



Fonte: INE-Departamento das Estatísticas Territoriais, 2012

Figura 35 – Principal Fonte de Energia na Habitação, no ano de 2007

- Estão previstos, para perto dos povoados de Mukumbura e Massala (7/8 km a norte) dois projectos eólicos (200 MW + 1 000 MW).

2.2.8 Actividades Económicas – Sector Terciário

O total aproveitamento da albufeira de Cahora Bassa oferece condições para o desenvolvimento de outros sectores de extrema importância para a economia da região, nomeadamente o turismo associado ao desporto náutico.

No ponto seguinte, apresenta-se uma síntese das principais actividades do sector terciário no Distrito, a saber turismo, serviços sociais e equipamentos (educação, saúde), abastecimento de água e saneamento, vias e redes de transporte e por fim, as telecomunicações.

Se em termos de sector secundário a população activa é diminuta, o mesmo sucede ao nível das actividades do sector terciário.

2.2.8.1 Turismo

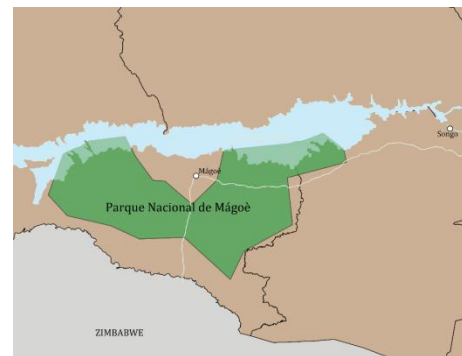
TURISMO

- Mágoè faz parte da mancha faunístico-turística que integra Distritos como Zumbo, Cahora Bassa, Marávia e Changara.
- O Distrito possui um enorme potencial turístico motivado: pela Barragem Hidroeléctrica e Albufeira de Cahora Bassa, área de reserva do antigo projecto Tchuma-Tchato, diversos locais históricos, potencialidades faunística e piscícola que garante a prática de caça e pesca desportiva e comercial e ainda pelos restaurantes e centros sociais existentes.
- A albufeira de Cahora Bassa constitui um *hot spot* de pesca desportiva de peixe tigre albergando torneios internacionais.
- O projecto de base comunitária Tchuma-Tchato, desenvolvido nesta zona atrai um número significativo de safaristas, numa parceria que envolve o Estado como facilitador e impulsionador e as comunidades como co-gestoras e fiscalizadores.
- A desenvolver caça cinegética, operam no Distrito as seguintes empresas: Thuvi Safari (Cazindira, Thuvi), Capimbi Safari (Daque), Africa Hunth Safari and Tours (Daque) e Moçambique Safari (Chinthopo, Baua). A actividade destas empresas consiste na conservação da floresta e animais bravios de todas as espécies (elefantes, búfalos, rinocerontes, cudos, impalas, gazelas, cabrito monte), contribuindo para o desenvolvimento económico do Distrito através das receitas turísticas e de caças.



Figura 36 – Casindira Lodge; Panyame Lodge

- Parque Nacional de Mágoè e respectiva “Zona Tampão” está criado (Decreto n.º 67/2013, de 11 de Dezembro), faltando a sua implementação no terreno. Está previsto um plano de manejo e plano de ordenamento; eventual reassentamento de populações em zona de santuário de fauna). Há um grande objectivo de aproveitar o Parque – os operadores turísticos, e em particular os “safaristas” devem vir a ter organização definida.
- Como locais históricos é de salientar os lugares do Distrito associados aos Massacres de *Caluwe, Camponda, Dowe, Nhamaipa* e *Pote-pore*.



Fonte: Adap. Hansen, Potapov, Moore, Hancher *et al.* (2013)

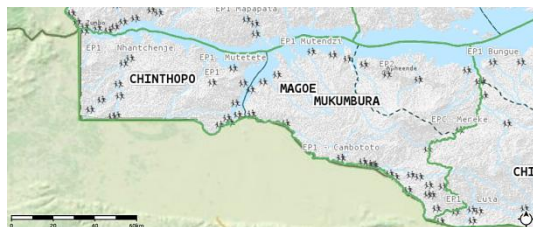
Figura 37 – Parque Nacional de Mágoè

- O Distrito de Mágoè ainda não tem uma estrutura turística suficientemente desenvolvida por forma a albergar toada a acomodação que se perspectiva no futuro próximo e já na actualidade.
- O Governo Distrital anseia a edificação de um hotel na vila sede.
- Em 2012, estavam referenciados apenas 7 unidades de restauração e similares (INE, 2013).

2.2.8.2 Serviços e Equipamentos Sociais

2.2.8.2.1 Educação

- Apesar do crescimento do sector da educação existe, ainda, um baixo grau de escolarização que surge como consequência de uma rede escolar diminuta e um reduzido universo de docentes. Tais factos são agravados por factores socioeconómicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e elevado abandono escolar, em algumas localidades do Distrito.



Fonte: INE (2013)

Figura 38 – Equipamentos de Ensino e Educação

- De acordo com a informação do INE, o Distrito dispunha, em 2013, de uma rede escolar composta por: 17 EPII privadas/comunitárias, 3 ESGI públicas e 2 ESGII públicas.
- Em termos de população estudantil, os valores revelados pelo INE, para 2013, apontavam para um universo de 16 434 estudantes no ensino primário (1º e 2º grau), e de 1 270 alunos no nível secundário (1º e 2º grau).
- Avaliado o número de professores, a mesma fonte verificou que, em 2012: para 327 professores do EPI+EPII, a relação média alunos/professor foi de 48 e para 64 professores do ESGI+ESGII, a relação média alunos/professor foi de 16,2. Foi apurado, para 2013, 322 professores do EPI+EPII e 87 professores do ESGI+ESGII.



Figura 39 – Alunos do Ensino Primário

- Continua a haver muitas crianças que vivem em povoações onde não existem escolas; estas crianças percorrem diariamente longas distâncias para chegar às escolas, acabando muitas delas por deixar de estudar.
- O Programa Mundial de Alimentação (PMA) assegura o fornecimento de lanche escolar aos alunos de algumas escolas do Distrito.
- No Distrito estão presentes 20 Centros de Alfabetização e Educação de Adultos (AEA), congregando um efectivo de 1.540 alfabetizados e educandos; são assistidos por 57 alfabetizadores e educadores de adultos.
- Ainda são vários os constrangimentos no sector da educação: insuficiência de docentes; existência de um número elevado de docentes sem formação; intransitabilidade de vias de acesso; falta de transporte para a supervisão do processo de aprendizagem; insuficiência de fundos para o decurso normal das actividades do sector, e insuficiência de mobiliário escolar.
- Nos últimos anos as instituições de Ensino Superior têm apostado no ensino à distância, no Distrito.

2.2.8.2.2 Saúde

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS - SAÚDE

- No Distrito de Mágoè tem-se verificado um crescimento no sector da saúde, nomeadamente, na melhoria do atendimento aos utentes, resultando num acréscimo no acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde. Apesar da evolução, continua insuficiente face às necessidades do Distrito.
- O Distrito conta com 7 Centros de Saúde em que 1 é Rural do Tipo I (Mágoè, Mphende) e 6 são Rural do Tipo II (Mukumbura, Daque, Mussenguezi, Chinthopo, Cazindira e Chitete). O Distrito tem o apoio de 36 técnicos de saúde.
- De uma forma geral, os Centros de Saúde estão equipados para o atendimento de serviços de saúde tais como consulta externa e PAV/SMI; alguns centros têm maternidade, nomeadamente os Centros de Saúde de Mphende, Daque, Mukumbura e Mussenguezi.
- O Centro de Saúde de Mágoè é o mais completo e funciona com os seguintes serviços: Pediatria, Medicina, Estomatologia, Maternidade, P.A. Vacinação/Saúde Materno Infantil e Serviços de Urgência (consultas externas, internamento e medicina preventiva).
- Quanto ao equipamento o Distrito dispunha, em 2012, de um total de 32 camas gerais e 14 camas de maternidade (INE, 2013).



Fonte: INE (2013)

Figura 40 – Unidades de Saúde

- Dispersos no Distrito estão, ainda, 19 postos de APE e 29 parteiras tradicionais.

- O Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social desenvolve acções em todas as unidades sanitárias do Distrito junto de crianças (vacinação, suplementos vitamínicos, desparasitações) e mulheres em idade fértil (planeamento familiar).
- De momento apenas 3 das três unidades de saúde no Distrito são abastecidas com electricidade e relativamente ao fornecimento de água, apenas o Centro de Saúde de Mphende possui água canalizada. Em Mukumbura recorre-se a uma bomba manual e nos restantes não possuem fontes de água.
- Não obstante as melhorias, a cobertura sanitária no ainda não satisfaz as necessidades da população, sobretudo as do interior. Em média, os agregados familiares têm de se deslocar vários quilómetros para chegar aos centros de saúde.
- As principais causa para atendimentos nas consultas externas nas unidades de saúde derivam de patologias associadas ao HIV/SIDA (24%), ITS (13%) malária (32%) e doenças diarreicas (16%).
- Durante o ano de 2013, a taxa de letalidade no internamento foi de 2.7% (uma evolução relativamente ao ano anterior de 2012 que foi de 4.7%): A mortalidade está quase sempre associada ao HIV/SIDA.
- O progresso alcançado nas acções de sensibilização é demonstrado na redução do número de casos inscritos para o início de TARV, devido à introdução do teste PIMA onde o controlo CD4 já é efectuado localmente.
- A participação comunitária (ONG como a os Médicos Sem Fronteiras da Bélgica) no sector da saúde tem sido fundamental, nomeadamente, na construção de infra-estruturas sanitárias, residências para enfermeiros, campanhas de vacinação e consultas pré-natais.
- Mais recentemente a Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social de Janeiro tem desenvolvido programas de apoio a crianças vulneráveis do Distrito, através de assistência no apoio alimentar, material didáctico, psicossocial e assistência médica e medicamentosa.
- É desejo do Governo Distrital dotar o Distrito de um hospital com bloco operatório, centro de análises e uma morgue (Hospital Rural).

2.2.8.2.3 Abastecimento de Água e Saneamento

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

- O acesso a fontes melhoradas de água continua a ser um problema e, as comunidades abastecem-se com a água dos rios, lagos, poços e alguns furos de captação. As fontes de água potável existentes estão, ainda, aquém de satisfazer as necessidades das populações (deslocações até 7 km).
- Existem no Distrito 2 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA), em Mphende e Mukumbura e cerca de 69 Comitês de água e Saneamento no Distrito (PNA/PRONASAR, 2012). A origem de água dos PSAA é subterrânea e servia um total de 14852 habitantes (6 fontenários e apenas 2 ligações domésticas).
- Segundo dados fornecidos pelo INE, em 2007, 43,9% das famílias do Distrito de Magoè obtinham água directamente dos rios/lagos e lagoas (fontes não seguras), 26,8% recorriam a poços sem bomba (céu aberto) e 21,9% era abastecido por poços/furos protegidos. A água canalizada representava, apenas, 0,1 % dentro de casa e 0,2 % fora de casa, concentrados no PA de Mphende.
- Um dos principais problemas no Distrito diz respeito à existência de técnicos qualificados na manutenção e conservação de bombas (sobretudo ao nível do SDPI de Magoè).



Figura 41 – Abastecimento de Água

- Por norma incube às mulheres a tarefa de procurar e transportar água para a família. A distribuição espacial dos pontos de água obriga a grandes deslocações e nas alturas de estio as distâncias a percorrer são enormes.
- O abastecimento público de água no Distrito está fortemente condicionado pelo tipo de povoamento - pequenos aglomerados rurais dispersos.
- De acordo com dados de 2012 (PNA/PRONASAR) existiam no Distrito cerca de 101 fontes de água protegidas, das quais 39,6% seriam furos (60 poços e 1 nascente).

- De referir que o abastecimento de água na vila sede é efectuado apenas em algumas horas do dia.
- Em matéria de saneamento, a utilização de latrinas é claramente reduzida. Dados do Censo 2007 (INE), apontavam para uma taxa de cobertura do saneamento de 20,7 %, contando as latrinas tradicionais (17,2 %), tradicionais melhoradas (2,7 %), melhoradas (0,7 %) e convencionais com fossa séptica (0,1 %).



Figura 42 – Latrina Tradicional e Melhorada

- Ao nível das escolas do Distrito, das 28 escolas registadas em 2012, apenas 1 teria abastecimento a partir de furo. Em termos de saneamento, 17 escolas estariam dotadas de latrina tradicional e apenas 10 com latrina melhorada.
- Ao nível de equipamento de saúde, apenas o Centro de Saúde de Mphende e o Posto de Saúde de Mukumbura estavam ligados ao PSAA. Das 7 unidades, apenas 4 possuíam latrina melhora, as restantes com latrina tradicional. Nenhuma delas estaria dotada com fossa séptica.
- Associado a este problema, constata-se a falta de hábito no uso da latrina por parte da maioria dos residentes, principalmente na zona rural. O fecalismo a céu aberto é, ainda, prática comum e uma preocupação.
- Apesar dos investimentos efectuados, a conservação e reabilitação das infra-estruturas quer de abastecimento quer de saneamento não é suficiente.
- O Governo Distrital conta com o apoio de vários organismos públicos, entidades de parceiras que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, sendo de destacar a CARE, a Igreja Menonita, o PRONASAR e o Banco Mundial.

2.2.8.2.4 Vias e Redes de Transportes

- A rede viária do Distrito de Magoé comporta estradas secundárias e terciárias, parcialmente classificadas, numa extensão total de cerca de 550 km. Contempla as seguintes infra-estruturas principais:
 - ER 601 – vem de Cahora Bassa (de Macacate), passa por Mphende e termina junto à albufeira, na zona de Catsweta;
 - ER 602 - parte da R601 na zona de Mphende, para sul até Mukumbura.
 - ER 607 – parte da N303, perto do Zumbo dirigindo-se para Camponhongo.



Figura 43 – Rede Viária (R601)

- Em geral, o estado das estradas é precário em que muitas delas são intransitáveis na época das chuvas. Há necessidade de se construir pontes sobre os rios Daque e Mussenguezi, reabilitação das estradas Mukumbura-Chinthopo e Mukumbura-Luia.
- Algumas localidades do PA de Chinthopo ficam bloqueadas na época das chuvas o que obriga a população a deslocar-se ao Zimbabue.
- A reabilitação das estradas tem um impacto importante no desenvolvimento do Distrito, nomeadamente no transporte de ajuda alimentar, no acesso a novas terras para a agricultura e na participação comunitária na reconstrução de infra-estruturas.
- O transporte de pessoas e bens é feito através do transporte rodoviário e fluvial.

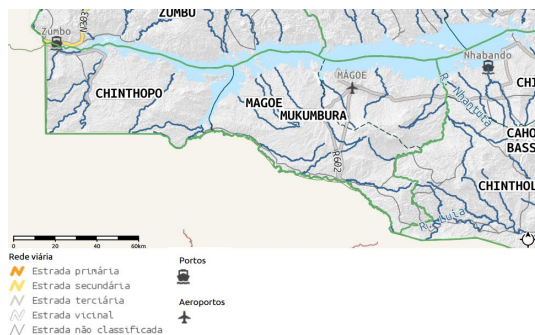


Figura 44 – Rede de Transportes

- Não existem transportadores licenciados, os que exercem esta actividade são provenientes da cidade, que fazem o transporte de mercadoria e passageiros da cidade capital da província para Mukumbura, fronteira com a República do Zimbabue, passando por Mphende.
- Os transportadores locais exercem esta actividade em carrinhas abertas, transportando pessoas em cima de mercadorias e sem a mínima segurança.
- O transporte fluvial é realizado pela associação KUZA, garantindo a ligação interdistrital entre Cahora Bassa, Magoé, Marávia e Zumbo através da albufeira de Cahora-Bassa, sendo o meio de transporte mais rápido e eficaz na ligação dos referidos Distritos.
- Prevê-se alocar um batelão para a travessia do rio Mussenguezi. As mineradoras e outras empresas da região utilizam um batelão para o transporte de grandes dimensões.



Figura 45 – Transporte Fluvial

- Um sistema de transportes fluvial de passageiros e mercadorias estruturado promoverá a acessibilidade interdistrital, com reduções significativas ao nível dos tempos de percurso.
- O Distrito possui uma pista de aterragem de avionetas, localizada no bairro Mphende, que é usada com pouca frequência. A pista é de terra natural, não tem manutenção de rotina e está a ser invadida por habitações e saque de terras em seu redor para fabrico de tijolos.

2.2.8.2.5 Telecomunicações

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS – TELECOMUNICAÇÕES

- No Distrito de Mágoè, já foi beneficiado com o surgimento da telefonia móvel (operam as empresas Mcel, Vodacom e Movitel) ainda que não na totalidade do Distrito (a cobertura é muito limitada principalmente nas proximidades das principais vias de acesso).
- Existem seis rádios distribuídos pelas Administrações de Mukumbura e Chinthopo, Comando Distrital da P.R.M., D.D.A.D.R, Partido da Frelimo e ADRM.
- Não existe rede de telefone nem correios.
- O povoado de Baua, no Posto Administrativo de Chinthopo, dispõe de uma Radio Comunitária.



Figura 46 – Antena de Comunicações



Fonte: Telecomunicações de Moçambique (TDM)

Figura 47 – Rede de Telecomunicações

- As tecnologias de informação e comunicação ainda se revelam pouco acessíveis aos agregados familiares, nomeadamente o uso de computador e internet e a posse de telemóveis.



3 PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

Neste ponto são identificados, para cada sector considerado, os **planos**, **projectos** e **compromissos** que se encontram em desenvolvimento e/ou que existem intenções de virem a ser desenvolvidos no Distrito de Mágoè.

Nesta análise foram considerados os seguintes sectores:

- **Agricultura;**
- **Pecuária;**
- **Florestas;**
- **Pescas;**
- **Conservação da Natureza;**
- **Mineração;**
- **Energia;**
- **Indústria (Indústria-transformadora);**
- **Água (Água e Saneamento);**
- **Turismo;**
- **Transportes.**

A leitura do presente capítulo deve ser complementada com a consulta do Anexo 2, onde são cartografados os Planos, Projectos e Compromissos Conhecidos, sobre os quais foi possível obter informação cartográfica, bem como a localização simbólica de alguns compromissos que, embora não tenha sido possível obter informação mais detalhada, torna possível indicar a sua existência.

Na análise da referida cartografia (Carta de Planos, Projectos e Compromissos Conhecidos), devem ser tidas em conta as necessárias compatibilizações efectuadas, aquando da sua elaboração, decorrentes das:

- diferentes fontes de informação utilizadas;
- diferentes escalas de representação, na origem da informação;
- e diferentes datas de produção das referidas cartografias.

Apesar das limitações identificadas, esta cartografia revela-se de grande utilidade enquanto ferramenta de apoio à decisão, assente na informação existente e evidenciando as necessidades da sua revisão e actualização, a constarem nas futuras revisões do PAD.

3.1 Sector Agricultura

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

- O Governo da Província de Tete, considerou ser importante a agilização e melhoria das trocas comerciais entre a zona Norte e Sul do rio Zambeze, de modo a satisfazer a zona Sul, (mais afectada por secas) com diversos produtos agrícolas de primeira necessidade, assim como promovendo a comercialização de gado para a zona Norte (mais abundante nos Distritos do Sul). Para tal a aposta deve estar centrada na valorização cadeia de produção e comercialização de carne (numa óptica de mercado interno e exportação) na estratégia de processamento dos diversos tubérculos (Mandioca, Batata-reno, Batata-doce, Inhame, entre outros, para além de promover a produção de frangos em toda a Província de Tete;
- Ao nível do Distrito até 2014 houve um forte investimento em pequenos projectos de geração e renda relacionados com a aplicação do Fundo “7 Milhões” através do Fundo do Desenvolvimento Distrital (FDD). Esses fundos destinaram-se à constituição de pequenos negócios para comercialização de produtos agrícolas locais e supressão de bolsas de fome no Distrito.
- O Programa Mundial de Alimentação implementou no Distrito o Programa “Comida pelo Trabalho”. O PMA, através dos parceiros de implementação executou programas como Comida pelo Trabalho, Assistência Geral aos Vulneráveis e Rede de Segurança Comunitária. Os principais promotores dos programas de assistência alimentar gratuita ou comida pelo trabalho são o INGC e os agentes implementadores (ex. JAM, Concern, Kulima, Ajuago, e outros).
- Não foram reportados quais projectos em carteira de índole pública ou privada com impacto no fomento da actividade numa perspectiva mais empresarial.

AGRICULTURA

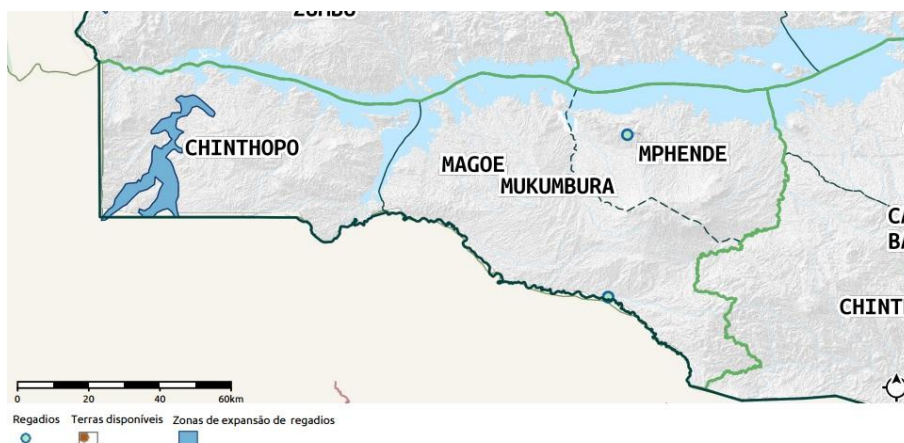


Figura 48 – Regadios e Zonas Expansão de Novos Regadios

3.2 Sector Pecuária

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

PECUÁRIA

- De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Tete 2012-2021 (PED TETE 2012-2021), o programa de electrificação rural conjugado com os efeitos multiplicadores do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local e a revitalização do sector agro-pecuário como base de sustento, criam condições para a diversificação do tecido económico nos Distritos, resultando o auto-sustento, postos de trabalho e uma maior contribuição dos Distritos no crescimento e desenvolvimento económico da Província.
- Um dos objectivos estratégicos presentes no PED TETE 2012-2021 consiste na exploração dos recursos agro-pecuários de forma sustentável, preservando o meio ambiente. Esse enfoque é traduzido no PILAR I. Promoção do Crescimento Económico, o qual contempla a ainda procura e captação de investimento para o sector agrário;
- O PED TETE 2012-2021 refere ainda como acções prioritárias a Intensificação do fomento e repovoamento pecuário e melhoramento genético, bem como o reforço da prevenção e controlo das principais doenças do gado, através de programas de vacinação obrigatória e de banhos carracidas, e a delimitação de áreas de pastagem;
- Apesar de um conjunto de pequenos projectos financiados ao abrigo do FDD, não foram salientados projectos marcantes ao nível da actividade pecuária, numa vertente mais comercial ou industrial.



Figura 49 – Gado Bovino em Mphende (R601); Tracção Animal em Chinthopo (R602)

3.3 Sector Floresta

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

- Não foram adiantados projectos específicos na área florestal apenas salientada a existência de pequenos operadores de licenças simples (renováveis por cinco anos e não renováveis) no Distrito;
- O principal projecto com impacto na conservação da área florestal está relacionado com a constituição do Parque Nacional de Mágoè;
- Ao nível provincial, o sector florestal assume um papel importante no desenvolvimento futuro. Assim, o sector florestal está contemplado ao nível do *PILAR I. Promoção do Crescimento Económico*, cujo *Objectivo Especifico 2* consiste na elevação da produtividade das actividades agrárias em toda a sua cadeia de valor e assegurar o uso sustentável dos recursos florestais. As acções estratégicas relativas a esse objectivo incluem:
 - Promoção do uso sustentável da terra, floresta e fauna;
 - Protecção, conservação, utilização e desenvolvimento os recursos florestais e faunísticos para os benefícios sociais, ecológicos e económicos da presente e futuras gerações;
 - Garantia de implementação da estratégia de gestão do conflito homem-fauna bravia;
 - Promoção da apicultura nas comunidades;
 - Reforço da capacidade de fiscalização no âmbito de reforestamento.

FLORESTA



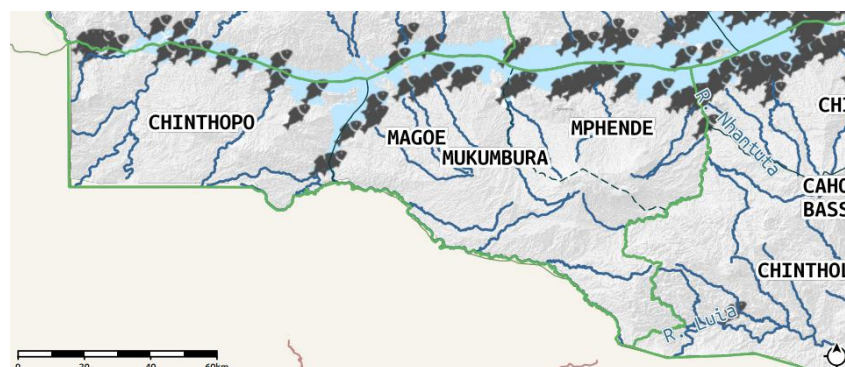
Figura 50 – Coberto Florestal

3.4 Sector Pescas

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

- Para além da componente turística os principais *lodges* que se desenvolvem em redor da albufeira de Cahora-Bassa desenvolvem actividades complementares no domínio da pesca desportiva;
- O Plano Director das Pescas 2010-2019 (PDP II) não contempla medidas específicas para a pesca no Distrito.
- O Diploma Ministerial n.º 160/2014, de 1 de Outubro aprovou o Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de Cahora Bassa para o período de 2014 a 2018 o qual contempla um conjunto de procedimentos que vão beneficiar o ordenamento da actividade pesqueira na albufeira;
- Ao nível do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Tete 2012-2021 (PED 12-21), assim o PED 12-21 no *PILAR I. Promoção do Crescimento Económico*, mantêm-se o objectivo de cativar investimento para o sector das pescas. No *Objectivo Específico 3* indica expressamente:
 - A promoção da actividade da pesca artesanal semi-industrial, nos centros de pesca vinculados aos mercados internos e de exportação, através da introdução de artes de pesca melhoradas, sobretudo nos Distritos abrangidos pelo Rio Zambeze, bem como a piscicultura.
 - Contribuição na melhoria da segurança alimentar e nutricional em pescado para a população;
 - Como Acções Estratégicas o Objectivo Estratégico 3 contempla:
 - Promover sinergias em apoio ao desenvolvimento sustentável da aquacultura.
 - Melhorar as artes e métodos tradicionais que vão proporcionar resultados acrescentados.
 - Incentivar a organização de pescadores artesanais e aquicultores em associações, visando aumentar a produção e produtividade e facilitar o acesso ao crédito.
 - Reforçar a capacidade de fiscalização das actividades pesqueiras.
 - Apoiar o desenvolvimento sustentável da cadeia de valor da produção artesanal.
- No PES 2015 na Prioridade V: Assegurar a Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente contempla a implementação de medidas de gestão das pescarias ao nível da albufeira de Cahora Bassa.

PESCAS



Fonte: Ministério das Pescas

Figura 51 – Centros de Pesca

3.5 Sector Conservação da Natureza

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

- Neste Distrito existe uma Área de Conservação – o Parque Nacional (PN) de Magoé. Como se trata de uma Área de Conservação Total bastante recente, a mesma ainda não se encontra operacionalizada, esperando-se que tal aconteça num futuro próximo. Destaca-se ainda a presença de uma IBA (Important Bird Area): a IBA da Cabeceira da Barragem de Cahora Bassa. Esta área destaca-se pelo seu elevado valor ecológico, mas carece de protecção a nível nacional.
- Neste Distrito está ainda prevista a instalação de uma nova Coutada Oficial, que deverá localizar-se em Chinthopo. A demarcação das áreas que serão abrangidas por esta Coutada não são ainda conhecidas à data de finalização do presente perfil.
- Tendo em conta que a área classificada actualmente como IBA apresenta um elevado valor ecológico, tanto do ponto de vista ornitológico, quer em termos de presença de elefantes, leão, mabeco, etc., que carece de protecção a nível nacional. Assim, propõe-se que a mesma seja classificada como Área de Conservação de uso sustentável, por exemplo como Coutada Nacional (Figura seguinte). Tendo em conta a sua importância para aves, esta Coutada, poderia também ser vocacionada para o turismo ornitológico.
- Salienta-se ainda que esta área proposta foi também identificadas pelos participantes do Workshop Interactivo do Uso do Solo em Songo (04-05-2015) como áreas ambientalmente sensíveis e com potencial para o eco-turismo.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

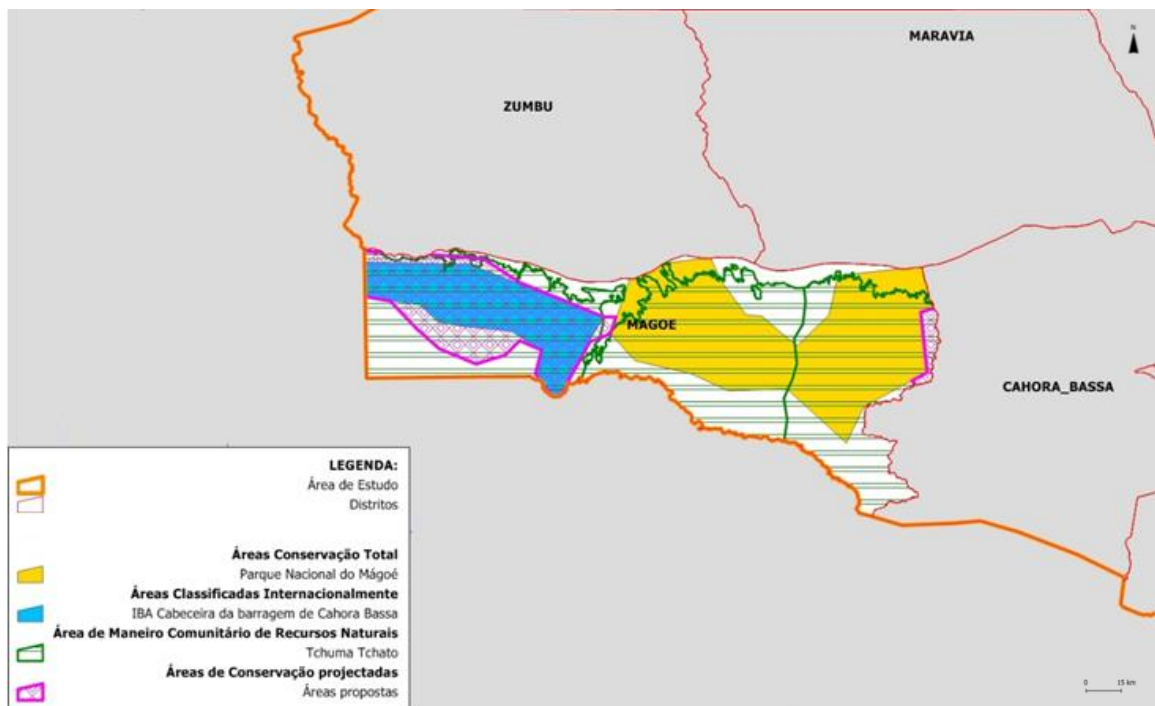
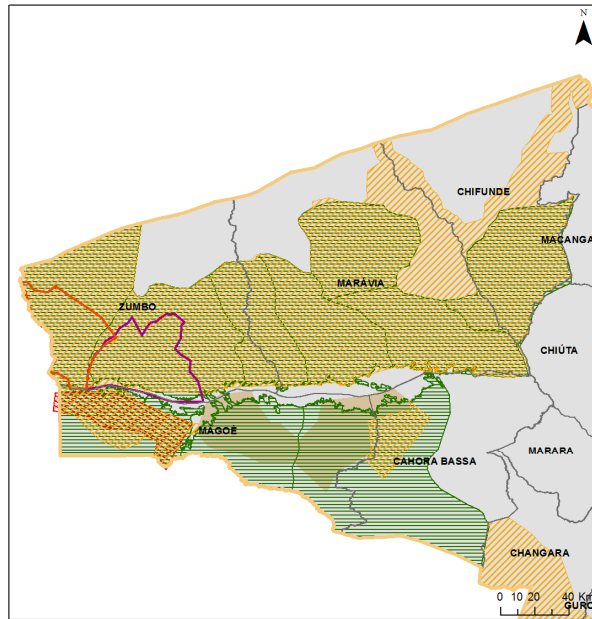


Figura 52 - Áreas de conservação existentes e potenciais para o Distrito de Magoé



- LEGENDA**
- Limite do Distrito
 - Área de Estudo
 - Áreas de Conservação Total**
 - Parque Nacional do Magoé
 - Áreas de Maneio Comunitário de Recursos Naturais**
 - Tchuma Tchatu
 - Áreas de Conservação de Uso Sustentável**
 - Coutada Chawalo
 - Coutada Muze
 - Áreas Classificadas Internacionalmente**
 - IBA Cabeceira da barragem de Cahora Bassa
 - Áreas de Conservação Projectadas**
 - Áreas Conservação Propostas

Figura 53 - Enquadramento das Áreas de Conservação existentes e potenciais

3.6 Sector Mineração

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

- Para além das áreas com títulos de concessões de exploração de minério atribuídos, existem áreas com pedidos de licenças para prospecção e pesquisa de minérios, com destaque para Carvão, Calcário, Minerais Industriais, Urânio, Diatomites, Mármore, Metais Básicos, Minerais Associados

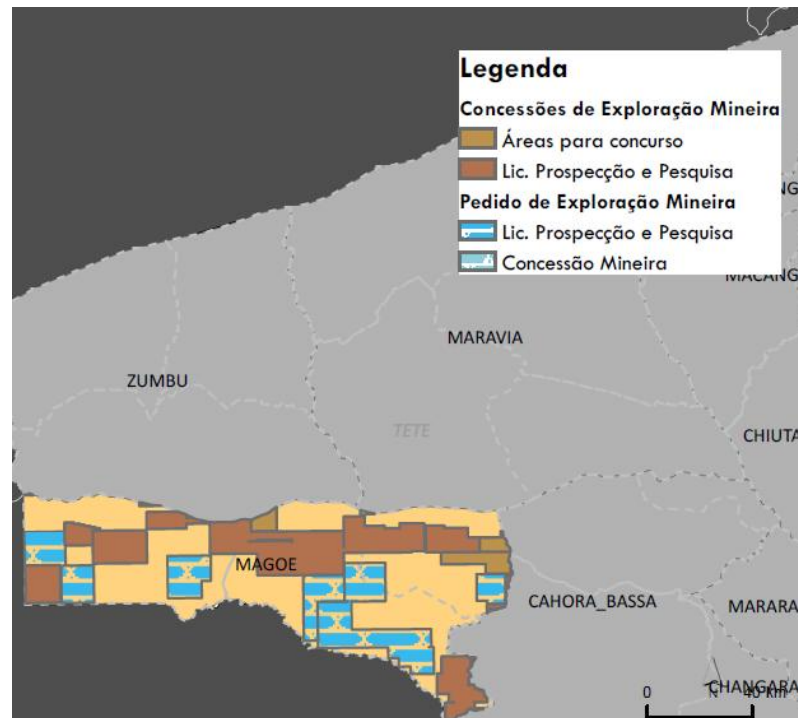


Figura 54 – Áreas Sujeitas a Concessões de Exploração e Pedido de Pesquisa de Minério

- O Distrito de Magoè integra áreas delimitadas de blocos de concurso para concessão de áreas para pesquisa e prospecção de hidrocarbonetos.

MINERAÇÃO

3.7 Sector Energia

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

- O principal projecto em matéria de produção de energia eléctrica com impacto no Distrito diz respeito ao Aproveitamento Hidroeléctrico de Cahora Bassa e sobretudo o reforço de potência que decorre ao nível do abastecimento ao Distrito, concretamente à sede Mphende e extensão do abastecimento a Mukumbura;
- Não foram adiantados projectos em termos de produção de energia para o Distrito;
- Ao nível do PED 12-21, no seu *Pilar I Promoção do Crescimento Económico*, o *Objectivo Especifico 9. Garantir o acesso à energia e combustíveis à população, mobilizando investimentos para a sua produção, transporte e distribuição*, considera como Acções Estratégicas, as seguintes:
 - Continuar a expandir o acesso à energia, através do alargamento da rede de transporte e distribuição para os postos administrativos, localidades e povoações;
 - Incentivar a pesquisa, uso e disseminação de energias novas e renováveis na Província, estimulando o desenvolvimento de tecnologias para a produção e instalação da energia solar, eólica e outras;
 - Potenciar o aproveitamento do carvão mineral para a produção de energia eléctrica na base de centrais térmicas;
 - Aumentar e expandir a capacidade de provisão de combustíveis para o consumo na Província,;
 - Promover o uso doméstico do carvão mineral,
 - Promover o uso de novas tecnologias da energia de Biomassa.
- Por seu turno o Objectivo Especifico 10 (*Assegurar a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, promovendo a construção e manutenção de infra-estruturas hidroeléctricas que garantam a disponibilidade de água para responder as necessidades básicas da população, produção de energia eléctrica, irrigação e a mitigação dos impactos de cheias e secas*) contempla as seguintes Acções Estratégicas:
 - Incentivar a instalação dos sistemas eólicos para bombeamento de água e instalação de aerobombas para irrigação;
 - Prosseguir o mapeamento dos recursos hídricos, instalação de barragens e de sistemas hídricos de pequena escala;
 - Modernizar e expandir os sistemas de aviso prévio de cheias, através das redes de observação agro e hidro meteorológicas.

ENERGIA

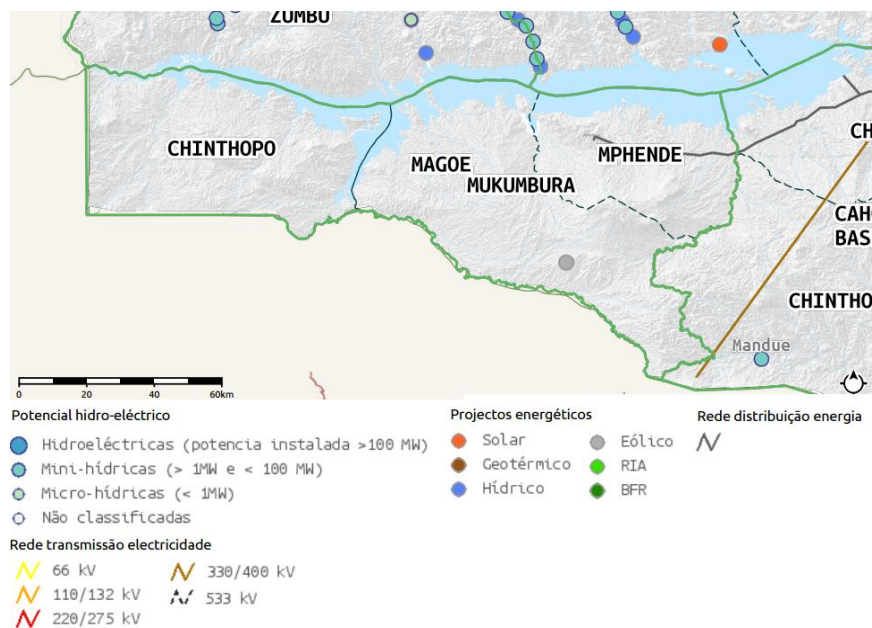


Figura 55 – Projectos de Produção de Energia



3.8 Sector Indústria – Indústria Transformadora

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

- Não foram apresentados planos ou projectos em carteiras de índole pública ou privada no sector da indústria transformadora para o Distrito, apenas a intenção de continuar a apoiar o sector comercial no seguimento das medidas que foram sendo aplicadas com o Fundo de Desenvolvimento Distrital. Há intenção por parte do Governo Distrital em instalar um estaleiro mecânico e de construção civil e o reforço ao nível da formação técnica;
- Não foram adiantos projectos de índole empresarial que incidam fundamentalmente na indústria transformadora;
- Um dos objectivos estratégicos presentes no PED TETE 2012-2021 consiste na exploração da indústria transformadora de forma sustentável, preservando o meio ambiente. Esse enfoque é traduzido no *PILAR I. Promoção do Crescimento Económico*, o qual no *Objectivo Específico 1* contempla a ainda procura e captação de investimento para o sector. Esse desiderato pressupõe um conjunto de *Ações Estratégicas* genéricas, a saber:
 - Promover as micro finanças, garantindo a sua expansão à escala Provincial e Distrital;
 - Promover o surgimento e desenvolvimento de empresas de micro, pequena e média dimensão através do Fundo de Desenvolvimento Distrital;
 - Desenvolver novas frentes de negócios, através da pesquisa e fundamentação económica de novas oportunidades de investimento, estudos e projectos.
- Por sua vez o *Objectivo Específico 4 (Promover o desenvolvimento sustentável e a expansão da actividade industrial para os pontos estratégicos de disponibilidade de recursos, incentivando a participação das indústrias de micro, pequena, média e de grande dimensão)* considera como *Ações Estratégicas*, as seguintes:
 - Incentivar a participação de investidores nacionais e estrangeiros promovendo a criação de parcerias e ligações empresariais;
 - Promover o desenvolvimento e a expansão da actividade industrial para os pontos estratégicos de disponibilidade de recursos para minimizar os custos de produção e dinamizar o desenvolvimento rural;
 - Incentivar investimentos na indústria transformadora na base da utilização da energia eléctrica e térmica para maximizar a absorção da matéria-prima agregando maior valor;
 - Promover a indústria alimentar e de bebidas, agro-processamento e produção de embalagens e a de transformação de outros recursos;
 - Incentivar a intervenção do sector empresarial, com capacidade técnica e financeira na exploração racional dos recursos disponíveis.
 - Incentivar o estabelecimento da indústria extractiva para exploração do potencial mineiro
 - Incentivar e facilitar o estabelecimento de indústrias de equipamentos e acessórios para micro, pequena, média dimensão e pequenas e médias empresas.



3.9 Sector Água e Saneamento

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

ÁGUA E SANEAMENTO

- O principal projecto estruturante em curso diz respeito ao reforço do número de furos para abastecimento ao nível da vila sede, ainda na continuidade da aposta que o Governo Distrital tem vindo a desenvolver;
- Ainda ao nível do abastecimento há intenção por parte do Governo Distrital de dotar o Distrito com um carro-cisterna;
- Ao nível do saneamento não foram adiitados quaisquer projectos;
- Ao nível do Distrito há clara intenção de prosseguir com novos projectos para abastecimento e saneamento nos restantes Postos Administrativos, nomeadamente ao nível de PSAA (Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água), dada a existência de Comitês de Água no Distrito;
- Ao nível do PED 12-21, o *Pilar 3 Acesso, Qualidade e Cobertura dos Serviços Sociais Básicos*, contempla o aumento dos níveis de cobertura de abastecimento de água e saneamento, o acesso de todos a uma habitação condigna. Por sua vez o Objectivo Especifico 3 (*Aumentar a provisão e acesso à água potável e saneamento básico com enfoque para as zonas rurais*) considera como Acções Estratégicas as seguintes:
 - Promover o aumento do número de ligações domiciliárias e de fontanários públicos;
 - Desenvolver e expandir novas abordagens para o saneamento nas zonas urbanas e rurais;
 - Promover a participação das comunidades e dos artesãos nas actividades de saneamento;
 - Continuar com a construção, reabilitação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água.
 - Promover a criação de aterros sanitários para a gestão correcta e adequada dos resíduos sólidos e efluentes.

3.10 Sector Turismo

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

- Não foram referidos projectos turísticos de cariz privado ou público para o Distrito, apesar de existirem referências a alguns locais com inegável interesse histórico e um conjunto de práticas e ritos tradicionais que importa valorizar;
- Relativamente a projectos ligados à albufeira de Cahora Bassa ou de actividades relacionadas com a caça, ou pesca desportiva, não há referência a novos pedidos por parte de eventuais investidores;
- A área circundante da albufeira de Cahora Bassa está inserida na Zona de Turismo de Cahora Bassa (APIT tipo B) e encontra-se inserida na Rota Centro (Rota dos Lagos);
- A implementação definitiva do Parque Nacional de Mágoè e a sua infra-estruturação em termos de equipamentos turísticos vai ser o motor do desenvolvimento de todo o Distrito, dada a importância que desempenha para o turismo na margem sul da albufeira quer para a Província de Tete.
- Ao nível do PED 12-21, o *Pilar 1* contempla a necessidade de captar investimento para o turismo, como sector importante para o desenvolvimento socioeconómico. No *Objectivo Especifico 7 (Promover o desenvolvimento de um turismo sustentável, bem como melhorar a qualidade da provisão de produtos e serviços turísticos, assegurando a conservação e protecção da biodiversidade)* são adiantadas Acções Estratégicas, a saber:
 - Promover o investimento nacional e estrangeiro para a exploração das potencialidades turísticas;
 - Promover a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos;
 - Prosseguir com a reabilitação das áreas de conservação e a protecção da biodiversidade, incentivando o envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos naturais; (parque pode caber aqui)
 - Garantir a implementação da Estratégia de Gestão do conflito Homem/Fauna Bravia;
 - Promover e assegurar a realização de festivais e outros eventos culturais e turísticos na Província.
 - Capitalizar o património histórico-cultural como atractivo turístico.
 - Criar um Parque Nacional na Província.
 - Promover a construção de empreendimentos turísticos e hoteleiros;
- Por sua vez, no *Pilar 5. Assuntos Transversais* consideram-se vários Objectivos Específicos ligados á necessidades de captar o interesse da juventude para o tema Turismo.

TURISMO

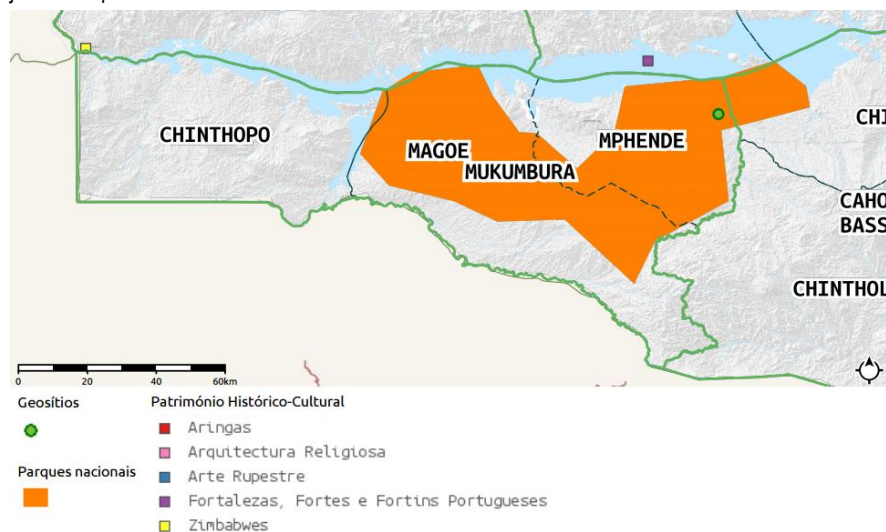


Figura 56 – Evidências Patrimoniais/ Arqueológicas

3.11 Sector Transportes

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS

TRANSPORTES

- Uma das obras com maior impacto no Distrito em termos de acessibilidades diz respeito á reabilitação por parte da Administração Nacional de Estradas (ANE) das estradas R601 entre Estima e Maroeira e a R602 entre Mphende e Mukumbura. Ao nível do investimento público é de realçar PII 2014-2017 já previa intervenções na estrada R602 (via terciária) mas com uma importância fulcral em termos de ligação ao vizinho Zimbabwe;
- A maioria das estradas encontra-se deficitária em termos de transitabilidade e a necessitar de obras de manutenção. Está ainda prevista a reabilitação de algumas pontes e pontes novas no Distrito;
- Ao nível do PED 12-21 no *Pilar 1 Promoção do Crescimento Económico*, o *Objectivo Específico 8 (Alargar e melhorar as infra-estruturas de transportes e comunicações para as tornar competitivas, sustentáveis e atractivas ao investimento na Província)* considera algumas Acções Estratégicas
 - Promover o transporte aéreo e ferroviário de passageiros e carga;
 - Promover o desenvolvimento dos sectores postal e de telecomunicações;
 - Fortalecer a capacidade institucional para o exercício de fiscalização da navegação fluvial;
 - Melhorar a rede de comunicações e sistemas de salvamento nas águas ao longo do rio Zambeze e outros;
 - Promover o transporte intermodal ligado ao ferroviário;
- Por sua vez, o *Pilar 2 do PED 12-21 (Infra-estruturas de Suporte para o Desenvolvimento Económico e Social)* considera a construção e reabilitação de infra-estruturas que promovem o desenvolvimento económico e social da Província constituem prioridade de investimento público e privado. Neste período o enfoque vai para infra-estruturas de produção, transportes e comunicações, energia, água e saneamento, estradas e pontes, barragens e regadios.



Figura 57 – Trabalhos de Conservação Troço Nhamdando –Mphende (R601) e Mphende - Mukumbura (R602)



4 POTENCIALIDADES, OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS

Decorrente do desenvolvimento dos pontos 2. e 3., respectivamente, análise da situação actual e sistematização dos planos, projectos e compromissos conhecidos para cada sector, no Distrito, são agora identificadas as **potencialidades, oportunidades e constrangimentos** ao seu desenvolvimento, entendendo-se por:

- **Potencialidades** – as potencialidades de desenvolvimento para cada sector, com destaque para as relacionadas com a disponibilidade de recursos naturais ou de mão-de-obra;
- **Oportunidades** – as oportunidades que se perspectivam para cada sector, decorrentes designadamente de políticas, estratégias e programas, necessidades de mercado ou projectos perspectivados que criem sinergias (como novos acessos);
- **Constrangimentos** – as restrições que se colocam ao desenvolvimento de cada sector como as derivadas da falta de organização institucional, infra-estruturas, mão-de-obra qualificada, ou promovidas pela concorrência e/ou pressões de usos, dos outros sectores/actividades.

Nesta análise foram considerados os seguintes sectores:

- Agricultura;
- Pecuária;
- Florestas;
- Pescas;
- Conservação da Natureza;
- Mineração;
- Energia;
- Indústria (Indústria-transformadora);
- Água (Água e Saneamento);
- Turismo;
- Transportes.



4.1 Sector Agricultura

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
AGRICULTURA	<ul style="list-style-type: none">– Zona de expansão para o desenvolvimento de novos regadios (projectos de irrigação em pequena escala e grandes regadios);– Disponibilidade de recursos hídricos, sobretudo a partir da albufeira de Cahora Bassa;– Investimento público e privado direccionado para agricultura irrigada (diversificação da economia);– Proximidade geográfica com o Zimbabwe e Zâmbia;– Extensas áreas com potencial para a agro-pecuária;– Disponibilidade de força de trabalho.	<ul style="list-style-type: none">– Existência de comprometimento do Governo através de um conjunto importante de documentos estratégicos para a aposta no subsector agro-pecuário;– Boas condições para a produção de culturas de rendimento (através do incremento o associativismo agrícola) para produção de culturas de rendimento, como tabaco, algodão, batata-reno e para culturas de subsistência como hortícolas, mandioca, mapira, sobretudo no vale do rio Panhame e na zona norte do Distrito na orla da albufeira de Cahora Bassa.– A irrigação nas baixas aluvial do Distrito de com potencial para a produção forragens e silagens para alimentação animal, desde que associadas a projectos de construção e pequenos açudes e represas;– À medida que a camada dos produtores emergente crescer, também crescerá o sector de subsistência (maioritário) visto que se vai apoiar de algumas intervenções no primeiro sector, tais como a criação de postos de trabalho e a transferência de tecnologia;– Sistemas de produção em pequena escala continuam sendo importantes, particularmente para regiões marginais e com carências várias;– Fomento da mecanização como alavancar da produção agrícola de suporte à pecuária;– A instalação de pequenas motobombas a energia solar em algumas associações de agricultores.	<ul style="list-style-type: none">– Não existe um sistema de informação de mercado que providencie informação exacta, tendências e oportunidades de mercado a nível distrital;– Não existem silos, instalações de empacotamento e/ou processamento (com capacidade para fazer face à produção potencial no Distrito). A capacidade instalada de frio é insuficiente;– A produção de excedentes ainda é escassa face ao potencial;– Fraca capacidade de investimento por parte da maioria dos produtores agrícolas e produtores pecuários e falta de apoio técnico e de extensão;– Sistemas de produção ainda demasiado dependentes da mão-de-obra com baixos níveis de incorporação de tecnologia e mecanização agrícola;– Preço elevado dos insumos e equipamentos, apesar da disponibilidade e apoios providenciados pelo Governo e Organizações Parceiras;– A dificuldade das ligações à margem esquerda da albufeira e de acessibilidades, sobretudo na época das chuvas prejudicam o transporte de produtos e, insumos;– As elevadas taxas de juro e a restrição do acesso ao crédito são outras das dificuldades com que são confrontados os agricultores;– Clima seco e árido limita a produção agrícola e implica em muitas situações perdas elevadas na produção;– Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas (p. ex., lagarto espinhoso), a seca, a falta ou insuficiência de sementes melhoradas. Práticas agrícolas pouco consentâneas com a conservação de água e do solo, nomeadamente instalação de machambas em vertentes com maior declive constituem problema;– O conflito Homem fauna bravia é entendido como um desastre na região. As autoridades distritais estimam que perto de metade do milho plantado nas baixas para a Campanha 2008/09 foi perdido devido à acção dos elefantes.



4.2 Sector Pecuária

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
PECUÁRIA	<ul style="list-style-type: none">– Existência de condições agro ecológicas favoráveis para a criação de gado de diferentes espécies e vocações, por forma a criar esquemas de produção vertical e clusters agro-industriais;– Extensas áreas de pradaria;– Proximidade geográfica com o vizinho Zimbabwe e Zâmbia;– Existência de tradição na exploração pecuária no Distrito, sobretudo gado caprino e bovino.	<ul style="list-style-type: none">– Existe comprometimento do Governo através de um conjunto importante de documentos estratégicos para a aposta no sector agro-pecuário dos quais se destacam o PEDSA 2010-2020, Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA); Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI); Programa do Governo; Estratégia da Revolução Verde; Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) ou a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN);– Incremento na procura de alimentos no mercado regional e nacional e regional (nomeadamente Zimbabwe e Zâmbia) que importa suprir, nomeadamente ao nível de carne e ovos;– O ambiente macroeconómico propício ao investimento no sector agro-pecuário;– A abertura ao mercado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), no caso concreto a tradição com o comércio com o Zimbabwe, constitui uma oportunidade que deve ser explorada mas deve ser dada primazia ao mercado interno;– As raças locais encontram-se bem adaptadas às condições edafoclimáticas (nomeadamente às condições de aridez) e o seu cruzamento com raças mais produtivas (sobretudo para vocação de carne) pode constituir uma mais-valia em termos de produção aumento da produtividade e do peso das carcaças.	<ul style="list-style-type: none">– Não existe um sistema de informação de mercado que providencie informação exacta, tendências e oportunidades de mercado a nível distrital nem infra-estruturas financeiras;– Não existe um matadouro distrital nem uma rede de infra-estruturas de frio que possibilitem a conservação das carcaças e/ou processamento da carne;– A rede de extensão agrária e serviços veterinários apresentam lacunas em termos de meios humanos e materiais (nomeadamente rede frio para condicionamento de fármacos e inseminação artificial);– Não existem silos, instalações de empacotamento e/ou processamento com capacidade para fazer face a um aumento da produção no Distrito. A capacidade instalada de frio é insuficiente;– A produção de excedentes ainda é escassa face ao potencial não devidamente explorado, associada à fraca capacidade de investimento por parte da maioria dos produtores agrícolas;– Preço elevado dos insumos e equipamentos, apesar da disponibilidade e apoios providenciados pelo Governo e Organizações;– A mosca tsé-tsé, endémica nesta área limita a produção bovina;– As campanhas de vacinação não abrangem a totalidade do universo dos efectivos pecuários o que associado à elevada mobilidade e falta de controlo sanitário dificulta o estabelecimento de zonas tampão e áreas sob sequestro;– Reduzido associativismo no sector pecuário;– Falta de locais de abeberamento de gado no Distrito e deficiências ao nível das instalações e equipamentos das explorações (mau acondicionamento ambiental);– Estiagem acentuada;– Acesso ao crédito limitado num Distrito, em que a procura de financiamento ainda não motivou a instalação de mais instituições financeiras– O conflito Homem-Fauna Bravia dificulta actividade agrícola e pecuária em algumas áreas com maior concentração de fauna bravia.



4.3 Sector Floresta

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
FLORESTA	<ul style="list-style-type: none">– Existência de áreas com potencial florestal e faunístico e existência de áreas aptas para o reforestamento e programas de retenção de carbono;– Extensão de floresta nativa com uma grande variedade de espécies florestais de grande valor económico;– Condições edafoclimáticas propícias para a produção florestal, nomeadamente a instalação de povoamentos de espécies exóticas de rápido crescimento (p. ex., eucalipto, acácia, pinheiro e teca);– Proximidade geográfica com os países vizinhos do Zimbabwe e Zâmbia.– Parque Nacional de Mágoè.	<ul style="list-style-type: none">– Existência de recursos florestais, com variedades de espécies de madeiras procuradas internacionalmente, nomeadamente madeiras preciosas e de 1ª e 2ª categoria;– O Parque Nacional de Mágoè vai possibilitar uma maior defesa da integridade dos ecossistemas terrestres existentes numa grande área do Distrito e a recuperação de extensas zonas de floresta sujeitas actualmente a uma desflorestação acelerada.– Plantações florestais com espécies de crescimento rápido oferecem oportunidade para que pequenos e médios produtores possam, em paralelo com a produção alimentar, desenvolver plantações comercializáveis em 5-7 anos;– Oportunidade para implementação de projectos de retenção de carbono, designadamente Projectos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+);– A existência de áreas sujeitas a erosão pode ser combatida ou mitigada através da instalação de áreas florestais (p. ex., com espécies exóticas);– A gestão sustentável da floresta (implica reforestação) como um factor de potencial de geração de empregos em zonas deprimidas e de revitalização do tecido económico local e regional;– Instalação de novas florestas comunitárias;– Espécies de crescimento rápido como suporte para fins de lenha e carvão em substituição da floresta nativa;– Área florestal diversificada com capacidade para a produção melífera.	<ul style="list-style-type: none">– Inexistência de Concessões Florestais– A aplicação do Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia ainda suscita muitas dúvidas e interpretações erróneas nas comunidades;– As comunidades locais não se organizam para a gestão florestal e não concorrem ao estabelecimento de concessões florestais;– Fraca formação dos Comités de Gestão de Recursos Naturais;– Elevado índice de desmatamento e queimadas descontroladas;– A fiscalização dos contractos relativos a licenças simples pouco eficaz o que se traduz na quase inexistência de planos efectivos de reforestação (a reforestação nem sempre é efectuada de acordo com a legislação em vigor);– Não existe um viveiro florestal distrital com dimensão e capacidade para absorver as reais necessidades do Distrito;– Organização ao nível das comunidades locais para cumprir na íntegra as exigências para beneficiarem das taxas de exploração florestal;– Faltam infra-estruturas de combate a incêndios (tanques; reservatório, açudes, outros);– A expectável tendência de aumento do número de incêndios e alargamento do seu período de ocorrência ao longo do ano em resultado das alterações climáticas, sobretudo numa zona caracterizada pela aridez;– Aumento do interface agricultura/floresta/coutadas causa pressão sobre os espaços disponíveis para as actividades agrárias e exploração florestal;– Acesso ao crédito limitado num Distrito, em que a procura de financiamento ainda não motivou a instalação de mais instituições financeiras– Acessibilidades ao Parque Nacional com sérios problemas podem colocar em causa alguns dos objectivos que fundamentaram a sua constituição.



4.4 Sector Pescas

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
PESCAS	<ul style="list-style-type: none">– Diversidade de recursos pesqueiros;– Existência de áreas disponíveis e condições para a instalação de aquacultura em tanques de terra– Existência de várias associações de pescadores e centros de pesca, num Distrito em que a pesca assume uma importância fundamental para as comunidades ribeirinhas;– Existência do Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de Cahora Bassa 2014 – 2018;– Albufeira de Cahora-Bassa	<ul style="list-style-type: none">– Aposta do Governo Distrital e Provincial na diversificação e melhoria da actividade pesqueira tradicional e semi-industrial;– Elevada procura quer ao nível do mercado interno (Mercado de Tete, Chimoio e Beira) quer para a exportação (comércio com o Zimbabwe e Zâmbia);– Possibilidade de instalação de tanques e instalações para aquacultura no Distrito e estabelecimento de consociação com outras actividades agrícolas;– Possibilidade na instalação de empresas provedoras de material de pesca e insumos para pesca semi-industrial e desportiva;– Melhor aproveitamento da albufeira de Cahora Bassa para a aquacultura em água doce;	<ul style="list-style-type: none">– Falta de mecanismo de monitorização das embarcações de pesca;– Aumento do esforço de pesca e falta de determinação do limite do esforço de pesca tradicional;– Conflito no exercício de pesca entre semi-industriais e artesanais na mesma área;– Uso de artes nocivas (redes mosquiteiras, arrasto para terra, proliferação de uso de redes monofilamentos) prejudiciais ao meio aquático;– Incapacidade das autoridades distritais exercerem de forma efectiva a sua responsabilidade no domínio da administração (fraco controlo de acesso a pesca artesanal e fraco registo de dados de capturas) e fiscalização de artes artesanais;– Mapeamento incompleto das áreas potenciais para aquacultura;– Destruição de stocks reprodutivos devido de uso de malha menor por pescadores artesanais em zonas de procriação dos peixes.– Falta de pessoal qualificado para área de pescas– Deficientes condições de acesso ao crédito– Baixo nível de abastecimento de pescado no mercado interno;– Fraca disponibilidade de insumos, nomeadamente rações (necessidade de importar da Zâmbia a Zimbabwe com custos elevados);– Inexistência de infra-estrutura para a conservação do pescado no Distrito;– Dificuldade no acesso ao crédito no caso dos pequenos pescadores/aquicultores;– Faltam de cais de embarque com condições;– Distância á unidade da delegação da ADNAP mais próxima;– Acesso ao crédito limitado num Distrito, em que a procura de financiamento ainda não motivou a instalação de mais instituições financeiras;– Conflitos Homem/fauna-bravia sobretudo com crocodilos e hipopótamos;– Possibilidade de ocorrência de poluição decorrente da actividade de indústria extractiva (artesanal e mineira) com efeitos ao nível da qualidade da água e da manutenção da fauna aquática;



4.5 Sector Conservação da Natureza

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	<ul style="list-style-type: none">– Existência de áreas com elevado valor ecológico (Parque Nacional de Mágoè). Esta área possui já estatuto de classificação como Área protegida;– Existência de áreas de grande valor ecológico cuja classificação como área de Conservação se encontra projectada e em tramitação mas cujos limites são ainda desconhecidos (Coutada Oficial);– Existência de áreas com potencial para serem classificadas, devido à existência de áreas muito importantes para elefante, à presença de leão e mabeco e à presença de avifauna com estatuto, principalmente em áreas que tenham estado afectas ao programa Tchuma Tchato e áreas sobrepostas com a IBA da Cabeceira da Barragem de Cahora Bassa;– Existência de áreas com elevado potencial turístico a nível do ecoturismo e turismo de natureza e cinegético.	<ul style="list-style-type: none">– Criação de novas áreas de conservação, ou adaptação dos modelos de gestão existentes no sentido de proteger os corredores ecológicos entre áreas já existentes– Anexação de áreas sensíveis ou áreas classificadas internacionalmente a áreas de conservação já estabelecidas (p.e. a criação de uma área de conservação na zona da IBA da cabeceira da barragem de Cahora Bassa).– Neste Distrito existem bastantes florestas comunitárias (97) (dado da consulta pública).– Criação de postos de trabalho, relacionados com uma economia local baseada no ecoturismo e na operacionalização das áreas de conservação, tendo toda a zona envolvente à barragem de Cahora-bassa sido identificado pelos participantes do Workshop de Songo como sendo ambientalmente sensível, com grande potencial para do ponto de vista turístico onde poderá ser promovido:<ul style="list-style-type: none">• O turismo ecológico associado à existência do Parque Nacional de Mágoè e à IBA da Cabeceira da Barragem de Cahora Bassa (safaris, <i>birdwatching</i>), garantindo a conservação das espécies e seus habitats e evitando os impactos negativos adicionais• O turismo piscatório sustentável relacionado com a pesca recreativa e com passeios de barco na albufeira de Cahora Bassa, garantindo a monitoria das populações no sentido de definir limites de pesca sustentáveis• Promoção de projectos de reflorestação (p.e. com base no projecto presidencial "uma árvore um líder"), garantindo a utilização de espécies autóctones adaptadas às características de cada área e a autossustentabilidade dos recursos. A reflorestação irá ainda contribuir para reduzir a problemática associada à erosão.• Criação de viveiros florestais (para produção de espécies autóctones), promovendo a criação de emprego na área florestal• Certificação de produtos locais (agrícola, artesanato, etc), obtidos de forma sustentável• Promoção de projectos de aquacultura (em áreas com potencial para actividade) no sentido de reduzir a sobre-exploração pesqueira• Exploração sustentável do seu potencial florestal, com reposição da floresta cortada através de plantação de espécies autóctones	<ul style="list-style-type: none">– A aposta no turismo (e consequente proliferação de instâncias turísticas nas margens do Zambeze) poderá constituir uma ameaça à qualidade de água do Zambeze;– Desflorestação acentuada de extensas áreas de floresta de mopane, acentuada pela ocorrência de queimadas descontroladas– A mineração, em especial as minas industriais, contribuem para a fragmentação de habitats e ameaçam a biodiversidade. Neste momento estão atribuídas neste Distrito 6 áreas para concurso e 15 licenças de prospeção e pesquisa. Existem ainda requerimentos em apreciação de 2 concessões mineiras e 9 licenças de prospeção e pesquisa.– A prospeção e/ou futura exploração de hidrocarbonetos poderá comprometer a qualidade do habitat assim como a conservação de espécies mais sensíveis devido a possíveis derrames e/ou outras formas de poluição– Expansão de áreas de actividade agrícola essencialmente junto à fronteira, com possível aumento do conflito Homem-fauna bravia– Caça furtiva, que está ainda relacionada com a ocorrência de queimadas descontroladas



4.6 Sector Mineração

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
MINERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">– Existência de recurso mineral para explorar;– Existência de áreas delimitadas de blocos de concurso para concessão de áreas para pesquisa e prospecção de hidrocarbonetos;– Disponibilidade de recursos humanos para trabalharem nas explorações.	<ul style="list-style-type: none">– Criação de emprego, directo e indirecto (subcontratações) e reforço da capacitação;– Criação de novas infraestruturas, nomeadamente ferroviárias;– Melhoria de serviços sociais (saúde, abastecimento de água e educação);– Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas (PME) locais para fornecer bens e serviços;– Fomento de <i>clusters</i> de indústrias laterais de apoio e de indústrias de transformação a jusante.	<ul style="list-style-type: none">– Existência de licenças atribuídas para prospecção, pesquisa e reconhecimento, que sendo meras manifestações de interesse, constituem um ónus sobre o território durante o seu período de validade e uma possível condicionante, ainda que transitória, para o desenvolvimento de outras actividades;– Desenvolvimento de mineração e de garimpo artesanal na área consagrada a conservação (Parque Nacional de Mágoè);– A prática de mineração (quer a artesanal, quer a de grande escala), pelas técnicas utilizadas, pode causar danos ambientais graves, tais como a poluição dos rios e a extinção de fauna aquática.



4.7 Sector Energia

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none">– Elevado potencial para a produção de energia eólica (ventos com velocidade superior a 5 m/s) em quase toda a área do Distrito, com especial relevo para a zona oeste do Distrito, o mesmo sucedendo com o potencial para a produção de energia solar sobretudo no Posto Administrativo de Mukumbura (superior a 2 109 kWh/m²/ano).	<ul style="list-style-type: none">– O sector da energia constitui uma das prioridades para o Executivo Provincial;– O recurso a energias alternativas constitui uma oportunidade para a instalação de empresas que operem no sector;– Desenvolvimento da actividade económica (agro-indústria) e exploração mineira completamente dependente da existência e produção de energia;– Construção da Central de Cahora Bassa Norte e do Aproveitamento Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa vão reforçar a importância de Moçambique como potência produtora de energia no contexto da SACD e propiciar o maior aproveitamento económico na região;– A electrificação rural em curso, com projecto para a expansão às principais localidades, abre novas perspectivas para o desenvolvimento económico no Distrito.	<ul style="list-style-type: none">– Maioria das localidades não está ligada à rede nacional, havendo com soluções pontuais baseadas em painéis solares e geradores;– Elevado tempo de inoperactividade de algumas instalações eléctricas devido a restrições orçamentais e falta de mão-de-obra especializada;– Quebras no fornecimento de energia devido a constrangimentos vários implicam perdas económicas (a localização dos problemas é uma tarefa morosa);– O desenvolvimento de novas fontes de geração está dependente da capacidade de investimento público e privados;– Rede de distribuição só abrange a vila sede Mphende e Mukumbura.



4.8 Sector Indústria – Industria Transformadora

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	<ul style="list-style-type: none">– Produção pecuária no Distrito;– Existência de recursos florestais;– Existência de uma pequena indústria já instalada (moageiras);– Ligação à Rede Eléctrica Nacional;– Proximidade geográfica com os vizinhos Zimbabwe e Zâmbia.	<ul style="list-style-type: none">– Áreas agrícolas e a exploração florestal com capacidades para a médio/longo prazo suportarem indústria agro-alimentar;– Produção pecuária constitui um filão a desenvolver numa perspectiva agro-industrial;– Futura reabilitação da R601 e R602 abrem boas perspectivas para o incremento das trocas económicas com os Distritos circundantes e como o Zimbabwe;– Áreas agrícolas e a exploração florestal podem suportar a instalação a médio prazo de uma indústria agro-alimentar;– Navegabilidade da albufeira até á fronteira com a Zâmbia.	<ul style="list-style-type: none">– A cobertura da rede eléctrica e acessibilidades limita a instalação e dispersão de indústrias no Distrito;– Fraca cobertura em termos de postos de combustível no Distrito;– Produção agrícola apresenta produtividades relativamente reduzidas sobretudo em anos de seca e estio prolongado, o que dificulta o estabelecimento de infra-estruturas agro-indústrias sem garantia de abastecimento de produção;– Acesso ao crédito limitado num Distrito, em que a procura de financiamento ainda não motivou a instalação de mais instituições financeiras– Falta de pessoal especializado em termos de produção industrial no Distrito;– Falta de direccionamento dos investimentos.– Ausência de pólos de desenvolvimento industrial no Distrito;– Dificuldade de acesso da mulher ao mercado laboral.



4.9 Sector Água e Saneamento

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
ÁGUA E SANEAMENTO	<ul style="list-style-type: none">– Riqueza em recursos hídricos no Distrito, sobretudo o potencial oferecido pela albufeira de Cahora Bassa;– Iniciativas de índole comunitária no abastecimento de água e reabilitação de acessos com boa adesão;– Investimento no abastecimento na vila sede de Mphende.	<ul style="list-style-type: none">– A definição dos objectivos do Governo Provincial e Distrital no que diz respeito ao Abastecimento Rural;– Existência de princípios orientadores e políticas sectoriais progressivas e reconhecidas internacionalmente (nomeadamente a necessidade de atingir as metas em termos de abastecimento definidas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénium (ODM);– A carência de infra-estruturas nos principais aglomerados populacionais constitui um mercado por explorar para as empresas do sector (dependente de financiamento);– Envolvimento das comunidades no processo de alargamento da cobertura de abastecimento de água;– Existência de ONG e Organizações Civas que actuam na área do abastecimento e saneamento no Distrito;– Novas opções tecnológicas para o abastecimento de água em meio rural;– Electrificação rural do Distrito com impacto no abastecimento de água.	<ul style="list-style-type: none">– Falta de organização e capacitação junto dos dos Comités de Gestão de Água;– Falta de calendário para a verificação e manutenção dos equipamentos e controlo de qualidades das fontes de água potável (sobretudo a existência de peças sobresselentes);– A falta de estudos hidrogeológicos limita o funcionamento de alguns furos em condições hidrogeológicas adversas, salinidade derivada do fundo geoquímico em algumas regiões;– Deficiente distribuição das bombas para abastecimento de água para consumo sobretudo nos bairros de periferia e nas principias localidades do Distrito;– Custos elevados de importação de equipamentos e materiais de construção limitam o investimento no sector; associada á falta de manutenção dos equipamentos.– Carência ao nível do saneamento, visível pelo facto de existire ainda muitas infra-estruturas sem latrinas melhoradas ou soluções que passem por fossas sépticas;– Grau de tratamento dos efluentes domésticos pouco consentâneos com os melhores padrões internacionais;– Recolha de RSU sem uma estratégia bem definida ao nível distrital;– Cheias repentinas e irregulares são um óbice á manutenção da integridade qualquer infra-estrutura de abastecimento e saneamento;– Problemas relacionados com a ameaça de animais (crocodilos e hipopótamos).



4.10 Sector Turismo

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
TURISMO	<ul style="list-style-type: none">– Riqueza em termos de património arquitectónico e histórico importantes;– Turismo como indutor do desenvolvimento rural, aproveitando a oferta do turismo cinegético (fundamental) e de observação;– Turismo de montanha;– Albufeira de Cahora Bassa APIT tipo B;– Projectos turísticos âncora;– Herança do projecto Tchuma-Tchato.	<ul style="list-style-type: none">– Rio Zambeze como factor de atracção para actividades ligadas à pesca (p. ex., <i>boat safaris</i>) e natureza (p. ex., <i>birdwatching</i>) turismo de montanha (<i>backpackers</i>), coutadas de caça;– A abundância piscícola da albufeira de Cahora Bassa, que já é um <i>hot spot</i> de pesca desportiva de <i>tiger fish</i>, albergando torneios internacionais.– Manutenção da herança etnográfica e cultura tradicional;– Turismo como indutor do desenvolvimento rural, aproveitando a beleza do território e a importância da albufeira;– A extensa linha de fronteira com os países vizinhos, nomeadamente com o Zimbabwe) cria condições propícias para o estabelecimento projecto transfronteiriços, que entre outros objectivos, promovem a colaboração e cooperação transnacional;– Oportunidade para novos investimentos para o desenvolvimento de safaris e projectos ligados à protecção da natureza.– A importância de Cahora Bassa (dado o envolvimento) no contexto da Área de Conservação Transfronteiriça (ACTF) ZIMOZA. A ACTF ZIMOZA tem por objectivo estabelecer um santuário de fauna bravia na confluência dos rios Zambeze e Luangwa, abrangendo Distritos de Kanyemba e Gurube em Zimbabwe, Luangwa em Zâmbia e Zumbo em Moçambique.	<ul style="list-style-type: none">– Falta de investimento em estabelecimentos de alojamento turístico e restauração do sector privado;– Fraca ou nenhuma divulgação das potencialidades turísticas do Distrito;– Existência de forte concorrência de <i>lodges</i> (sobretudo na Zâmbia, Zimbabwe e outros cantos de Moçambique) noutras regiões com uma máquina promocional bem desenvolvida e com melhores acessibilidades;– A proliferação de instâncias turísticas nas margens do Zambeze poderá constituir ameaça na qualidade da água do Zambeze se não devidamente acautelada;– Inexistência de uma rede de transportes organizada a partir de Tete;– Comércio local desorganizado e escassa oferta em termos de serviços para turistas com qualidade;– Inexistência de postos de turismo na região ou de serviços de informação, promoção ou de animação no Distrito;– Baixa taxa de cobertura em termos de sistemas de abastecimento de água/saneamento e energia eléctrica nas zonas com potencial turístico;– Queimadas descontroladas e existência de caça-furtiva em regiões transfronteiriças;– Problemas a o nível da fiscalização pelos SPFFB e ANAC;– Comunidade e empresários com pouca experiência e formação no turismo.



4.11 Sector Transportes

	POTENCIALIDADES	OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none">– Navegabilidade da albufeira de Cahora Bassa;– Proximidade geográfica com a Zâmbia (sobretudo Lusaka) e Zimbabue.	<ul style="list-style-type: none">– A ligação à fronteira em Mukumbura (Zimbabue), e Zâmbia estratégicas para o desenvolvimento económico do Distrito;– Ligação à margem norte, aos Distritos vizinhos e à Zâmbia, sempre com uma perspectiva de protecção ambiental e compatibilização entre actividades);– As melhorias das acessibilidades entre o Norte e Sul podem terminar com o relativo isolamento que se sente em algumas zonas no Distrito;– Eventual construção de uma linha férrea a partir de Magoè até ao Porto da Beira (dependente de financiamento privado e muito dependente da evolução do comércio mundial de minérios, sobretudo o carvão);– A melhoria das acessibilidades funciona com um boost para o desenvolvimento do mercado e economia local (a título de exemplo, a efectiva exploração da pesca na barragem de Cahora Bassa está condicionada devido a ausência de uma boa rede rodoviária, em particular a via de acesso Tete - Bindura que é vista como a mais viável para o escoamento da Kapenta e que reduziria a actual distância via Cuchamano em ca. 50% da extensão).	<ul style="list-style-type: none">– Elevada densidade da rede viária, quase exclusivamente em terra batida, demasiado susceptível a eventos climáticos;– Limitado desenvolvimento de infra-estruturas de acesso para os centros de comercialização (p. ex., algumas áreas que carecem de acesso nomeadamente, Mukumbura, Chipoco para Mbaua);– O elevado potencial de Turismo existente em Mukumbura, que está contudo condicionado pelas condições deficientes de acesso;– Degradação acelerada da rede viária (sobretudo pontes) devido a fracas intervenções de manutenção (na maioria das situações não envolve alterações de fundo como constituição e aterros e camada de betuminoso);– Dificuldade no transporte de passageiros e de mercadoria (exploração de carvão condicionada pela capacidade de carga da rede terciária e vicinal);– Inexistência de uma rede de transporte público;– Inexistência de uma ponte cais de embarque com boas condições para a as actividades que se desenvolvem na albufeira;– Infra-estrutura aeroportuária muito limitada e com problemas em termos de pressão urbanística.– Dificuldade de acesso de mercadorias entre as margens da albufeira e no Distrito, bem como dificuldades de acesso à fronteira com a Zâmbia.– Elevada distância a Tete e Chimoió.



5 SENSIBILIDADES AMBIENTAIS E SOCIAIS

Neste ponto sintetizam-se as sensibilidades ambientais e sociais que deverão ser devidamente consideradas por forma a garantir o desenvolvimento sustentável de Magoé, minimizando a ocorrência de impactos ambientais ou sociais negativos e maximizando benefícios.

Desflorestação	<ul style="list-style-type: none">– A desflorestação (sobretudo floresta de Mopane) tem sido mais intensa ao longo das estradas R601 e R602, na zona fronteiriça e em zonas declivosas em redor da albufeira de Cahora Bassa, essencialmente para abertura de novas machambas, para além do consumo de lenha e produção de carvão vegetal.
Erosão	<ul style="list-style-type: none">– Magoé é caracterizado por um clima árido e semi-árido, onde as chuvas estão concentradas em poucos meses mas com características torrenciais. Solos expostos por desflorestação ficam susceptíveis à erosão, principalmente quando em zonas declivosas.– O Plano de Acção para a Prevenção e Controlo da Erosão de Solos (2008 - 2018) define um conjunto de acções específicas para o Distrito de Magoé, mais concretamente, o cultivo seguindo as curvas de nível com culturas com culturas de área foliar grande por exemplo alface, couve, etc, construção de gabiões, barreiras, diques e valas de drenagens e plantar capim Vetiver a montante para estabilizar as ravinas, consciencialização e sensibilização das comunidades através de palestras, programas radiofónicos, educação ambiental orientadas por secretários dos bairros, autoridade tradicional envolvendo as comunidades.– Na sede do Distrito, zona do Centro de Saúde, há problemas de erosão bem como no vale do rio Mussenguezi, devido à intensa desflorestação para abertura de machambas.
Disponibilidade hídrica	<ul style="list-style-type: none">– O principal curso de água permanente no Distrito de Magoé é o rio Zambeze, que desagua no Oceano Índico (foz do Chinde). Para além deste rio existem outros rios com caudal permanente como é o caso dos rios Mphanhame e Mussenguezi, no Posto Administrativo de Chinthopo.– O Distrito é banhado pelas águas da Albufeira de Cahora Bassa em toda a sua costa norte, que constitui fronteira com os Distritos vizinhos da Marávia e do Zumbo, sendo uma referência que atrai pescadores nacionais e estrangeiros.– Apesar da ocorrência de aquíferos, há limitações ao nível da extracção e água, principalmente nas zonas montanhosas.
Riscos naturais e antrópicos	<ul style="list-style-type: none">– O distrito de Magoé tem um risco elevado de ocorrência de secas, principalmente no Posto Administrativo de Chinthopo.– O Distrito está situado numa região em que é de contar com a possibilidade de ocorrência de sismos de intensidade moderada a elevada.
Mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none">– As previsões indicam que na região se possa verificar um aumento da temperatura, um aumento da inconstância da pluviosidade (com mudanças nos inícios das épocas de chuvas, épocas de chuvas mais húmidas e épocas secas mais secas) e um agravamento dos riscos de secas, que irão constituir cada vez mais uma condicionante ao desenvolvimento socio-económico, requerndo a implementação de medidas de adaptação.
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none">– A vegetação de Magoé é bastante diversa e possui diversos tipos de habitats, sendo o mais comum no seu território a floresta de mopane. Em mosaico com estas formações arbóreas é possível ver outros habitats, como florestas e matas secas, florestas de miombo e matagal de acácia, em áreas mais ou menos extensas. Podem ainda observar-se áreas de savana e vegetação ripícola ao longo das linhas de água aí existentes.– No distrito ainda existem áreas naturais preservadas, de grande riqueza em termos de biodiversidade, albergando diversas espécies de fauna, incluindo grandes mamíferos.



Biodiversidade

- Dada a riqueza em fauna bravia, o distrito está abrangido pelo **Projecto “Tchuma Tchato”** de maneio comunitário de recursos naturais, que ocupa 55,7% da área do Distrito de Mágoè.
- A existência de ecossistemas frágeis e sensíveis relativamente preservados, que albergam espécies importantes como a palanca-cinzenta, elefante, leão e o mabeco levou à criação em 2013 do **Parque Nacional do Mágoè** (Área de Conservação Total). O PN Mágoè ocupa 38,4% da área total do distrito de Mágoè, nos postos administrativos de Mphende e Mukumbura.
- No extremo Oeste do distrito, junto à albufeira existe uma área classificada internacionalmente como de grande importância para aves – **IBA da Cabeceira da barragem de Cahora Bassa**, o que é reveladora da importância desta área para a biodiversidade.
- Encontra-se também projetada para este Distrito, nomeadamente para Chinthopo, a criação e operacionalização de **novas Coutadas Oficiais**, desconhecendo-se para já a dimensão e localização exacta das mesmas.
- Entre as espécies com estatuto de conservação desfavorável, segundo a IUCN (2014), contabilizam-se: 1 peixe - Tilápia de Kariba, 9 aves Garça-do-lago, Grou-coroado-austral, Calau-gigante, Falcão de Taita, Abutre-de-dorso-branco, Abutre-de-capuz, Águia-marcial, Secretário e o Abutre-real e 6 mamíferos - Hipopótamo, Elefante-africano, Mabeco, Leão e o Pangolim.
- Estudos recentes confirmam a presença de **elefante, mabeco e leão** no distrito.
- Ocorre **caça furtiva** relacionada sobretudo com o **abate de elefantes** e o tráfico de marfim, atingindo níveis preocupantes. Regista-se ainda a caça de outras espécies por parte da população local (como o Kudu e a impala) para suprir as carências alimentares e geração de rendimento.

Vulnerabilidade das comunidades

- O povoamento concentra-se sobretudo em áreas de boa aptidão agrícola, ao longo da fronteira com o Zimbabwe, na orla da albufeira e ao longo dos principais acessos (R601 e R602 e R607), destacando-se as vilas de Mágoè e de Mukumbura. O interior está relativamente despovoado, mas a implementação do Parque Nacional de Mágoè vai implicar o reassentamento de algumas comunidades que vivem na região. Existe algum nomadismo associado à agricultura itinerante e à necessidade de procura de pastos para os efectivos pecuários.
- Há dificuldade de acesso da parte Sul do Distrito à parte Norte e a Chinthopo.
- O **modo de vida** é baseado na agricultura familiar, praticando-se essencialmente culturas de subsistência, essencialmente em regime de sequeiro com consociação de culturas de variedades locais. Geralmente é realizada uma única época agrícola, havendo culturas de 2ª época apenas em zonas baixas dos principais cursos de água. O sistema de produção agrícola é complementado por pecuária e pesca artesanal, no caso de comunidades residentes ao longo da costa e dos rios, para além da venda de madeira, lenha, caniço, carvão e caça. Há portanto uma **forte dependência dos recursos naturais**.
- O **abastecimento de água** e sobretudo o saneamento ainda com muitas carências. 2 Existem Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA), em Mphende e Mukumbura. Segundo dados fornecidos pelo INE, em 2007 apenas cerca de 23% das famílias do Distrito de Mágoè era abastecida por poços/furos protegidos e cerca de 44% dos agregados obtinham água directamente dos cursos de água (fontes não seguras).
- Ao nível do **saneamento**, a utilização de latrinas é relativamente reduzida. Dados do Censo 2007 (INE), apontam para uma taxa de cobertura do saneamento (essencialmente latrinas) de apenas 21%. A falta de hábito no uso da latrina por parte da maioria dos residentes, principalmente na zona rural. O fecalismo a céu aberto é, ainda, prática comum e uma preocupação com consequência em termos de saúde pública.
- O **perfil epidemiológico** é caracterizado basicamente por ocorrência de doenças epidémicas que praticamente se tornaram endémicas, é disso exemplo a **malária e o HIV/SIDA**. Surgem, recorrentemente, surtos de doenças gastrointestinais associadas a maus hábitos de higiene, má qualidade da água potável e inexistência de saneamento adequado, que são agravados em situações de pobreza e carência alimentar, nomeadamente a desnutrição grave e crónica.



Vulnerabilidade das comunidades	<ul style="list-style-type: none">– A oferta educativa é quase limitada ao ensino primário, existem apenas 2 escolas secundárias do 2º grau e a possibilidade de continuidade dos estudos por ensino à distância. A taxa de analfabetismo é ainda muito elevada, bem como o domínio do português, o que limita o desenvolvimento do capital humano.– A baixa capacidade de provisão de alimentos básicos (< 6 meses) no distrito cria dependência do abastecimento no mercado para compensar a escassez de produtos. A falta de capacidade monetária e baixa transitabilidade na maior parte do distrito gera situações de bolsas de pobreza, principalmente em situações de estiagem prolongada. As frutas silvestres, em especial a maçanqueira desempenham um papel importante nas estratégias de sobrevivência em períodos de maior carência devido a secas prolongadas.– O mercado desempenha um papel importante na compra de alimentos provenientes de zonas de produção excedentária, mas não garante o fluxo de alimentos para as zonas de produção deficitária especialmente as zonas remotas devido a factores incluindo a fraca estrutura do mercado, fracas vias de acesso, e de baixo poder de compra das populações– De acordo com o Mapeamento de Pobreza em Moçambique (2002) o Distrito de Magoè tem um índice de incidência da pobreza elevado (0,76), sendo superior no Posto Administrativo de Chinhopo (0,83).– No distrito de Magoè surgem questões de desigualdade de género. A sociedade é patriarcal, a mulher é responsável pelas tarefas domésticas, procura e transporte de água e lenha e pelo trabalho na machamba, ficando com pouco tempo para despender em outras actividades, nomeadamente a educação, pelo que a taxa de analfabetismo mais elevada na população feminina. Cerca de 20% dos agregados familiares do tipo monoparental é chefiado por mulheres, resultando numa maior vulnerabilidade social.
Conflitos Homem – Fauna Bravia	<ul style="list-style-type: none">– Segundo a Direcção Nacional de Terras e Florestas no ano de 2013 foram registados cinco mortos e três feridos resultantes do ataque de crocodilos, havendo também o registo de culturas destruídas por elefantes e hipopótamos.
Potenciais conflitos de uso da terra	<ul style="list-style-type: none">– Há potenciais conflitos de uso da terra entre:<ul style="list-style-type: none">– Conservação da Natureza, nomeadamente nas áreas de conservação;– Agricultura, dada a aptidão agrícola;– Mineração, existindo parcelas do território registadas no Cadastro Mineiro, com licenças para prospecção e pesquisa, que se sobrepõem a áreas agrícolas e de conservação.– O desenvolvimento de novos projectos, nomeadamente projectos ocupando vastas áreas utilizadas pela população local podem gerar conflitos de uso da terra, ao limitar o acesso das comunidades a estas áreas, afectando o seu modo de vida e estratégias de sobrevivência.
Poluição	<ul style="list-style-type: none">– Dadas as condições de aridez do distrito é de referir a contaminação da qualidade do ar pelas queimadas, que têm implicações significativas na qualidade do ar nas épocas mais secas do ano, com a agravante de se ocorrer em extensas áreas e de forma generalizada.– Outra importante fonte de degradação da qualidade do ar resulta do arraste natural de poeiras pelo vento durante a estação seca, quando o solo se apresenta seco e exposto.



6 LACUNAS DE INFORMAÇÃO

Tendo em conta a análise efectuada nos pontos 2. Situação Actual e 3. Planos, Projectos e Compromissos assumidos, são apresentados nos pontos seguintes as lacunas de informação identificadas por cada sector, na elaboração do PAD de Magoè.

Estas lacunas de informação poderão ser colmatadas mediante a realização de estudos complementares, que terão necessariamente, âmbitos e tempos para a sua realização, que transcendem o contexto programático do presente Estudo (Avaliação Ambiental Estratégica, Plano Multisectorial, Plano Especial de Ordenamento Territorial do Vale do Zambeze e Modelo Digital de Suporte a Decisões).

O PAD deve ser considerado um documento individual, autónomo e dinâmico, que constitui uma ferramenta à disposição dos decisores e de todos os interessados, cuja actualização deve ser contínua, apoiando os processos de planeamento e gestão. Com a periodicidade possível, deverá ser integrada a informação com maior actualidade ou a resultante dos referidos estudos complementares.

6.1 Sector Agricultura

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

AGRICULTURA

- Falta informação sobre a produção agrícola discriminada por Distrito ou por Posto Administrativo;
- A informação estatística existente ao nível da Província carece de actualização já que reporta ao Censo Agro-pecuário 2009;
- Falta informação actualizada relativamente a máquinas e alfaias agrícolas adstritas ao trabalho agrícola nem o nível de consumos de adubos e sementes melhoradas nos diferentes postos administrativos do Distrito;
- A informação disponibilizada relativa a DUAT de grandes explorações apenas identifica a entidade e área não especificando o tipo de produções, sistemas implementar, etc.;
- Falta informação sobre o circuito de comercialização dos produtos agrícolas e compra de insumos e maquinaria;
- Falta informação sobre as actividades de extensão agrária que são efectuadas no Distrito.



6.2 Sector Pecuária

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

PECUÁRIA

- Os dados disponibilizados não contemplam informações ao nível dos efectivos e produtividades discriminados por Distrito ou por Posto Administrativo, comprometendo em certa medida uma caracterização mais rigorosa das explorações pecuárias do Distrito;
- Falta informação sobre os circuitos de comercialização de insumos para a pecuária;
- Falta de informação relativa a instalações e equipamentos dos serviços sanitários, acções e programas implementados;
- Falta de registo georreferenciado das explorações pecuárias (de maior dimensão) e sua caracterização;
- Falta de informação relativa a casas de matança ou outros matadouros, uma determinação aproximada dos animais abatidos, origem e destino das carcaças;
- Falta de controlo sobre o número de efectivos pecuários no Distrito (os dados referem-se apenas a estimativas resultantes de inquéritos que carecem de actualização permanente);
- Não existe informação sistematizada ao nível dos preços praticados no Distrito, e a lógica de formação dos preços tem uma elevada subjectividade e está dependente sobretudo dos angariadores rurais e intermediários.

6.3 Sector Floresta

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

FLORESTA

- Não foi facultado registo quantidades de madeira extraída, registo do n.º de serrações e empresas ou particulares que operem na fileira florestal, e respectivos circuitos de comercialização;
- Falta de um registo das acções de reforestação nas áreas de coutadas de caça, e áreas sujeitas a licenças simples ou em áreas com problemas de erosão;
- Falta informação geográfica sobre as áreas que actualmente são confrontadas com problemas de erosão e fluvial;
- Falta de um inventário actualizado da ocupação florestal no Distrito (os dados mais recentes reportam ao Inventário Nacional de 2007);
- Não existe registo com localização geográfica de operadores e empresas a operar no sector, nomeadamente serrações, fábricas de mobiliários, viveiros florestais, outras;
- Não existe registo nem localização do n.º de operadores que actuam ao nível da produção de carvão vegetal, respectivas áreas de actuação, nem um registo das quantidades produzidas;
- Falta informação sobre a produção melífera no Distrito;
- Falta informação sobre as actividades de fiscalização.



6.4 Sector Pescas

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

PESCAS

- Falta informação actualizada relativamente a capturas e registo de espécies (pesca tradicional e pesca semi-industrial; aquacultura);
- Não foi recolhida informação relativa a preços de mercado no sector;
- Não foram adiantados períodos temporais de inactividade na pesca nem das zonas onde está interdita a pesca na albufeira de Cahora Bassa;
- Não foram recolhidos horários de pesca junto das associações;
- Não foram recolhidos dados sobre a utilização de artes de pesca, embarcações ou formas ilegais registadas;
- Falta informação sobre o perfil da população que opera no sector das pescas;
- Não foram indicados planos/projectos que estejam ligados à conservação e controlo dos *stocks* de recursos pesqueiros;
- Falta informação pormenorizada sobre aquacultura doce no Distrito.



6.5 Sector Conservação da Natureza

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- Falta de informação actualizada e sistematizada sobre os ecossistemas, habitats e espécies;
- Os inventários de fauna e flora são raros, e os que existem dizem respeito a pesquisas pontuais (e não programas de inventários/monitorização nacionais) que estão dispersos por diferentes instituições;
- A nível das fauna-bravia e gestão de conflitos, verifica-se a existência de deficiente informação referente às populações de espécies mais problemáticas (e.g. elefante);
- Existe muito pouca informação sobre a parte aquática, nomeadamente a caracterização ecológica do Rio Zambeze e seus tributários, nomeadamente o estado de conservação dos vários rios, o seu papel enquanto corredores ecológico, o stock existente tanto de espécies com interesse comercial como das espécies de peixes sem interesse comercial;
- Falta de informação sobre espécies invasoras, nomeadamente ao nível das espécies de flora terrestre, as quais podem ter consequências adversas ao nível económico (p.e. na África do sul este é um dos principais problemas de conservação, com impacto negativo não só na biodiversidade mas também a nível económico);
- Falta de informação sobre os principais corredores ecológicos existentes no Distrito, essenciais para garantir a conectividade entre áreas de conservação;
- Falta de informação cartográfica actualizada sobre os limites da Área de Maneio Comunitário de Recursos Naturais “Tchuma Tchato”, assim como locais onde estejam a ser implementadas medidas, quais as medidas implementadas e quais os resultados específicos do programa;
- Falta de informação sobre áreas florestais bem conservadas e não exploradas pela indústria florestal ou outras actividades (excepto turismo ecológico), localização, área ocupada e espécies presentes
- Ausência de planos de manejo das Áreas de Conservação existente no Distrito: Parque Nacional de Mágoè;
- Falta de informação cartográfica sobre a área concreta para instalação da nova Coutada Oficial, projectada para Chinthopo (Mágoè), ou outras.

6.6 Sector Mineração

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

MINERAÇÃO

- Os depósitos minerais identificados carecem de trabalhos de investigação geológica complementares, com vista à sua aprofundada avaliação;
- Falta de actualização dos títulos mineiros emitidos bem como entidades envolvidas;
- Falta informação sobre os volumes, capacidade de extracção e destinos da produção.



6.7 Sector Energia

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

ENERGIA

- Falta um esquema actualizado da rede de distribuição de energia do Distrito (nomeadamente ao nível das Vila de Mukumbura e Mphende, com as principais instalações existentes (nomeadamente, centrais de transformação, pontos de interligação, equipamentos solares, outros);
- Falta um registo das localidades e infra-estruturas com abastecimento de energia eléctrica e tipologia das soluções existentes (informação possivelmente existente no Fundo Nacional da Energia - FUNAE ou nos Serviços Distritais);
- Não foi adiantado um valor concreto sobre as necessidades em energia no curto médio prazo ao nível do Distrito, tendo presente os projectos existentes e previstos;
- Não foram apresentados dados sobre alternativas em termos de fornecimento de energia;
- Não foram apresentados dados relativos à comunicação de falhas de fornecimento.

6.8 Sector Indústria Transformadora

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

INDUSTRIA TRANSFORMADORA

- Não foram adiantados dados relativos à produção das principais unidades a operar no Distrito, sua localização e características e informações gerais de índole estatística;
- Não existem dados quantitativos e qualitativos fiáveis, sobre a indústria que opera na fileira dos produtos florestais (p. ex., dados relativos a metros cúbicos de madeira processada nas serrações, informação sobre a capacidade das moageiras, informação relativa ao fabrico de mobiliário ou outros produtos);
- Falta informação sobre circuitos de mercado e preços de mercado;
- Não foi indicada nenhuma associação empresarial a operar no Distrito, ou evidenciados projectos de cariz industrial previstos para o Distrito.



6.9 Sector Água e Saneamento

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

ÁGUA E SANEAMENTO

- A informação relativa a sistemas rurais e urbanos não se encontra actualizada, nomeadamente não existe informação técnica sobre pequenos sistemas de abastecimento ou saneamento (indicação dos povoados onde já existem latrinas melhoradas ou instalação de fossas sépticas);
- Faltam registos de análises á água consumida no Distrito;
- Não foi facultado um registo das origens de água actualizado nem planos/projectos concretos em execução;
- Falta informação actualizada relativa ao sistema de abastecimento (localização de poços, furos, reservatórios, nascentes, locais de recolha de água da chuva);
- Não foi obtida informação sobre os fundos de ONG ou Agências de Cooperação (*off-budget*) que entram para o orçamento distrital, nem foi apurado o descritivo das suas actividades ou outras inseridas no plano distrital de ASR (Águas e Saneamento Rural);
- Não foi obtido o cadastro em termos de meios disponíveis pelo Distrito, nomeadamente o levantamento de provisão de bombas manuais/mecânicas e peças sobressalentes, nem outros existentes nos serviços distritais;
- Informações actualizadas sobre acções de ordenamento territorial e urbanização, especialmente em redor da albufeira de Cahora Bassa com repercussões em termos de avaliação dos sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- Falta informação sobre o destino dos efluentes e resíduos produzidos ao nível dos aglomerados populacionais e das instalações industriais.

6.10 Sector Turismo

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

TURISMO

- Faltam dados actualizados relativamente á oferta hoteleira, nomeadamente n.º de estabelecimentos, tipologia, número de camas e serviços prestados ou dormidas, nos últimos anos;
- Não foram referidos planos/projectos turísticos para o Distrito de Magoé quer ao nível do Governo Distrital quer do MINATUR;
- Informação actualizada sobre as Coutadas de Caça/Fazendas de Bravio/Criação de crocodilos, nomeadamente serviços prestados, condições e alojamento e acessibilidades;
- Listagem e localização cartográfica do património histórico e cultural no Distrito (com especial relevância para o património recente ligado à Luta de Libertação).





6.11 Sector Transportes

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

TRANSPORTES

- Faltam dados relativos a tempos de deslocação entre as principais localidades no Distrito;
- Falta um registo de estradas actualmente alvo de intervenção bem como o registo de estradas normalmente submersas em alturas de cheias (bem como percursos alternativos ou eventuais planos de contingência);
- Falta informação sobre o número de transportes colectivos privados (p. ex., chapas) a operar no Distrito ou de carreiras que atravessem o Distrito;
- Faltam dados relativos a programas de conservação da rede viária (e respectiva periodicidade) a cargo do Governo Distrital ou da ANE;
- Faltam dados relativos à sinistralidade rodoviária, nomeadamente a existência de pontos negros (locais/troços de estrada) com elevado número de sinistros rodoviários.

6.12 Riscos e Alterações Climáticas

LACUNAS DE INFORMAÇÃO

RISCOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Consta-se a inexistência de estudos de avaliação dos riscos de ruptura das barragens construídas no rio Zambeze, (concretamente ruptura de Kariba e os efeitos que poderá ter na albufeira e barragem de Cahora - Bassa) que quantifique a probabilidade de ocorrência de situações catastrófica desse tipo e as previsíveis consequências da propagação das ondas de cheias ao longo do vale a jusante (ou seja, que efectue o cálculo das cheias induzidas e produza os correspondentes mapas de inundação, conduzindo a um zonamento de risco), fornecendo subsídios para a gestão territorial e para a definição das medidas de protecção civil a adoptar.
- De acordo com o Artigo 7º da Lei nº 15/2014 de 20 de Junho, que estabelece o Regime Jurídico da Gestão das Calamidades (RJGC), compete aos governos provinciais e ao representante do Estado na autarquia definir, no prazo de 180 dias após a entrada em vigor da Lei, as zonas de risco de calamidades nas respectivas áreas de jurisdição, onde é interdita a construção de habitações, mercados e outras infra-estruturas, excepto mediante aplicação de tecnologias de construção adequadas. Tal definição ainda não existe.
- Analogamente, de acordo com o Artigo 14º, o Governo deverá garantir a demarcação das zonas de risco susceptíveis de serem afectadas por calamidades, bem como as medidas de prevenção e de mitigação dos respectivos efeitos. Tal demarcação não se encontra ainda efectuada.
- Não se conhece a existência de um levantamento actualizado das situações de erosão ao nível do Distrito e dos Postos Administrativos. Um tal levantamento revestir-se-ia da maior importância para a gestão dos riscos associados aos fenómenos erosivos e, designadamente, para a definição das medidas correctivas que se imponham.



7 ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO FUTURA DO PERFIL AMBIENTAL

Tendo em conta que um dos objectivos do PAD é a implementação de uma futura monitorização e actualização em contínuo, a ser efectuada pelos técnicos do Distrito, pretende-se neste ponto dar orientações/sugestões para a futura actualização dos conteúdos do Perfil considerando, nomeadamente, as lacunas de informação identificadas no ponto 6.

Nos pontos seguintes são apresentadas, para cada sector considerado, orientações para utilização e actualização futura do PAD de Mágoè.

Nesta análise foram considerados os seguintes sectores e temas:

- **Agricultura;**
- **Pecuária;**
- **Florestas;**
- **Pescas;**
- **Conservação da Natureza;**
- **Mineração;**
- **Energia;**
- **Indústria (Indústria-transformadora);**
- **Água (Água e Saneamento);**
- **Turismo;**
- **Transportes;**
- **Riscos e Alterações Climáticas.**



7.1 Sector Agricultura

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

AGRICULTURA

- Transposição para o PAD da informação relevante do sector do Plano Distrital do Uso da Terra (PDUT) de Mágoè após a sua aprovação e publicação;
- Informação relativa a áreas objecto de desmatamento para o estabelecimento de pastagens e a produção de alimentos (particularmente biocombustíveis ou outras culturas de rendimento);
- Indicação e divulgação de projectos agro-pecuários de sucesso (eventuais projectos âncora existentes ou a instalar);
- Indicação de áreas exclusivas para o estabelecimento de explorações agrícolas (criação e uma base cartográfica actualizada das terras disponíveis juntamente como MINAG e Serviços Provinciais);
- Análise mais aprofundada sobre os circuitos comerciais e funcionamento do mercado agrícola;
- Inclusão de dados existente ao nível de ONGs e outras entidades privadas que promovem serviços de extensão e aconselhamento como informação susceptível de enriquecer a base de dados ao nível distrital;
- Informação complementar a incluir no PAD:
 - Inclusão de informação mais pormenorizada sobre os regadios existentes;
 - Áreas sujeitas a inundações frequentes para a delimitação mais rigoroso das zonas de baixa com limitações em termos de produção;
 - Infra-estruturas de rega danificadas e/ou a necessitar de reabilitação.



7.2 Sector Pecuária

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

PECUÁRIA

- Transposição para o PAD da informação relevante do sector do PDUT de Magoé, após a sua aprovação e publicação;
- Elaboração de um estudo que possibilite a definição do encabeçamento ideal para as zonas com aptidão para a pecuária em função da produtividade das pastagens. O maior potencial produtivo obtido pelo cruzamento de raças ou pelo melhoramento genético/selecção dos rebanhos deve estar sempre associado à melhoria da qualidade alimentar disponibilizada;
- Implementação de um sistema de identificação e controlo dos efectivos pecuários à semelhança do que é efectuado em diversos países e que possibilite a identificação do animal e criação de bases de dados, a incluir no PAD (p. ex., seguindo os critérios da OIE) com informações zootécnicas e sanitárias importantes (a identificação animal permite o rastreio e localização de animais e é crucial como medida de controlo da sanidade animal e segurança alimentar). A identificação pode ser efectuada através de brincos, microchips, outros (esta medida implica necessariamente a criação de legislação e regulamentação específica sendo uma medida que só é efectiva se for implementada ao nível nacional). Este registo possibilita a criação de uma base de dados contendo informação sobre:
 - Identificação animal e rastreabilidade dos efectivos;
 - Programação de planos de vacinação;
 - Zonamento e compartimentação de efectivos;
 - Implementação de sistemas de vigilância, resposta precoce e de notificação;
 - Controlo de movimento dos animais;
 - Inspeção, certificação, boas práticas no comércio;
- Em opção, poderá ser efectuado o registo de efectivos animais, através da localização geográfica (e inclusão da informação em base dados) de áreas com maior concentração de animais e/ou explorações bem como um registo das explorações e infra-estruturas actualizado (este registo pode ser efectuado pelos Serviços Distritais das Actividades Económicas -SDAE de Magoé, em colaboração com os serviços sanitários provinciais);
- Deve existir um registo de acções sanitárias o qual deve ser do conhecimento e divulgação do Governo Distrital;
- Concertação das acções a cargo de ONGs, entidades privadas cooperantes e instituições ao serviço do Estado devem ser concertadas com as entidades (provinciais e distritais) de forma a existir um pleno conhecimento das áreas de actuação, planeamento das acções, objectivos e metas atingidas;
- Realização de estudos relativos à gestão de resíduos das explorações pecuárias (pressupões existência de registos actualizados), serem incluídos no PAD.



7.3 Sector Floresta

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

FLORESTAS

- Transposição para o PAD da a informação relevante do sector do PDUT de Mágoè, após a sua aprovação e publicação;
- Acesso da informação geográfica e documental respeitante aos Direitos do Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), previstos para os Distritos;
- Identificação do registo quantidades de madeira extraída, espécies, registo do n.º de serrações e empresas ou particulares que operem na fileira florestal;
- Informação complementar a incluir no PAD:
 - Áreas com maior incidência de actividades ligadas à produção de carvão vegetal, o qual poderá contar com a colaboração da ADEL Tete, organizações da sociedade civil e com os Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia;
 - Locais com maior incidência de queimadas no Distrito e zonas com maior incidência/actuação para o comércio de carvão vegetal;
 - Elaboração de um levantamento de locais com condições adequadas para a eventual instalação de viveiros florestais.

7.4 Sector Pescas

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

PESCAS

- Transposição para o PAD da informação relevante do sector do PDUT de Mágoè, após a sua aprovação e publicação;
- Informação complementar a incluir no PAD:
 - N.º de centros de pesca, n.º de pescadores e de embarcações e artes de pesca, bem como informação sobre tanques de aquacultura e projecto de produção semi-industrial existentes na albufeira de Cahora Bassa;
 - inquéritos para averiguar os principais problemas que afectam a classe, soluções para os problemas relacionados com a faina pesqueira e infra-estruturas;
 - estudo referente aos ecossistemas, habitats e espécies, através realização de inventários direccionados à biodiversidade existente e centralização da informação numa base de dados de carácter nacional;
 - estudos ecológicos de base para os vários cursos de água do Distrito, focando tanto ictiofauna com interesse comercial como sem interesse comercial que sejam mais relevantes (recolha de informação sobre peixes continentais);
 - estudos sobre as espécies invasoras presentes, nomeadamente inventário, sua ecologia, formas de propagação e formas de controlo;
 - Localização dos projectos existentes de aquacultura doce, produção, destino de produção, etc.



7.5 Sector Conservação da Natureza

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- O forma a colmatar as lacunas existentes e anteriormente identificadas, considera-se pertinente a recolha da seguinte informação e inclusão no PAD:
 - Actualização da informação referente aos ecossistemas, habitats e espécies, através da realização de inventários direccionados à biodiversidade existente e centralização da informação numa base de dados de carácter nacional;
 - Definição de programas de monitoria direccionado a populações de espécies mais problemáticas em termos de conflito Homem-fauna bravia, no sentido de se identificar/confirmar as áreas com maiores densidades e onde podem existir maiores problemas. Esta informação será bastante relevante para os planos de uso de terra, a fim destes poderem projectar um desenvolvimento mais integrado evitando áreas problemáticas, e desta forma reduzir futuros conflitos. Esta informação será ainda essencial para colocação de sinalização e/ou colocação de barreiras/vedações em locais problemáticos (p.e. junto do rio) para defender a população dos crocodilos e hipopótamos (sugestões dada pelos participantes do workshop realizado em Songó);
 - Realização de estudos ecológicos de base para os vários cursos de água do Distrito (Rio Zambeze e seus tributários), focando tanto na ictiofauna com interesse comercial como sem interesse comercial que sejam mais relevantes (recolha de informação sobre peixes continentais);
 - Realização estudos sobre as espécies invasoras presentes, nomeadamente inventário, sua ecologia, formas de propagação e formas de controlo;
 - Realização de estudos detalhados sobre os principais corredores ecológicos existentes no Distrito, bem como sobre áreas florestais em bom estado de conservação, inventariação de espécies presentes e cartografia através de técnicas apropriadas;
 - Realização de estudos/trabalhos de levantamento cartográfico dos trabalhos realizados/áreas exploradas e continuar a recolher informação junto das entidades responsáveis pelo Área de Maneio Comunitário de Recursos Naturais "Tchuma Tchato";
 - Conceção, divulgação e/ou operacionalização do plano de maneio das Áreas de Conservação presentes no Distrito de Cahora Cassa
- O PAD de Mágoè deve ser revisto em contínuo e sempre que se considere oportuno, analisando-se e acrescentando-se ao texto, informação que se considere pertinente, tais como :
 - Registo de novas presenças de espécies de fauna ou flora com elevado estatuto de conservação (e.g. Elefante-africano (*Loxodonta africana*)).
 - Definição de novas Áreas de Conservação total, segundo a classificação definida pela Lei nº 16/2014, de 20 de Junho: i) reserva natural integral; ii) parque nacional; e iii) monumento cultural e natural.



7.6 Sector Mineração

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

MINERAÇÃO

- Transposição para o PAD da informação relevante do sector do PDUT de Mágoè, após a sua aprovação e publicação;
- Actualização dos títulos mineiros atribuídos, sejam pedidos ou concessões;
- Realização de trabalhos de investigação geológica, quer por técnicos do estado, quer recorrendo a investigadores privados, tendo em vista a avaliação dos depósitos de minerais identificados;

7.7 Sector Energia

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

ENERGIA

- Transposição para o PAD da informação relevante do sector do PDUT de Mágoè, após a sua aprovação e publicação;
- Identificação do esquema completo da rede de distribuição e transporte de energia actualizado, contemplando a localização das principais infra-estruturas de transformação e produção de energia do Distrito;
- Localização das localidades e/ou edifícios com soluções de abastecimento relacionadas com energias alternativas (através da informação existente ao nível do SDPI);
- Elaboração de um estudo para a determinação das necessidades em termos de potência eléctrica para o Distrito, numa perspectiva de médio-longo prazo.

7.8 Sector Indústria Transformadora

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

- Transposição para o PAD da informação relevante do sector do PDUT de Mágoè, após a sua aprovação e publicação ;
- Localização actualizada e caracterização das unidades industriais a operar no Distrito;
- Indicação da informação relativa à produção em termos qualitativos e quantitativos bem como a percentagem de incorporação da produção efectuada no Distrito em termos de matérias-primas;
- Informação complementar a incluir no PAD:
 - N.º de empregados activos/temporários, com distinção clara sobre a percentagem de incorporação de mão-de-obra local;
 - Destino da produção (mercado interno, exportação);
 - Lista de beneficiários pela SDAE de fundos de investimento locais (ou outros como o FDD) ou crédito para a compra de maquinaria tendo em vista à industrialização rural;
 - Informação sobre a gestão de resíduos nas unidades fabris.



7.9 Sector Água e Saneamento

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

ÁGUA E SANEAMENTO

- Transposição para o PAD da informação relevante do sector do PDUT de Mágoè, após a sua aprovação e publicação;
- Informação complementar a incluir no PAD:
 - Pontos de águas existentes no Distrito, com a indicação da tipologia (furo; poço; linha de água), características como profundidade, forma de extracção (mecânico, manual, artesiano), caudal (estimado), população abrangida, principais limitações de uso;
 - Localização de infra-estruturas de armazenamento existentes no Distrito (reservatórios, cisternas, charcas, lagoas, açudes, outros) e respectivas características (p. ex., criação e uma carta de equipamentos colectivos com as respectivas localizações e caracterização das suas valências e áreas de influência;
 - Localidades/povoações com abastecimento de água e/saneamento (latrinas tradicionais/latrinas melhoradas/ sem soluções ao nível do saneamento);
 - Dados sobre a qualidade da água para abastecimento público caso existam, ou na sua ausência a criação de um mecanismo ao nível do Governo Provincial (Direcção Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos) para a criação de uma rede de recolha de água para monitorização;
 - Delimitação da rede dos dois Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água e principais características (desenvolvimento, materiais, infra-estruturas principais de extracção, distribuição, bombagem, tratamento e armazenamento);
 - Áreas com maiores carências ao nível do abastecimento de água e indicação de locais alternativos para a implantação de origens de água no Distrito;
 - Áreas/locais onde foram efectuados investimentos ao nível de abastecimento de água e saneamento a cargo de ONG, entidades privadas, no âmbito de projectos/plano nacionais como o PESA-ASR 2006-2015 (Plano Estratégico do Sector de Águas – Água e Saneamento Rural) com indicação da tipologia do investimento e montante investido;
 - Meios humanos e materiais disponíveis ao nível do Distrito para a abertura de poços/furos;
 - Definição de programas ao nível do Distrito relacionados com a promoção da prática de controlo local da qualidade da água das fontes dispersas (kits de utilização local e inspecção comunitária) e disseminação de métodos simples e práticos de fervura/filtragem e desinfecção de água para abastecimento;
 - Mapeamento hidrogeológico a uma escala útil para o Distrito, com recolha da informação sobre locais com artesianismo negativo e positivo, para definir o potencial de poços e furos.



7.10 Sector Turismo

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

TURISMO

- Transposição para o PAD da informação relevante do sector do PDUT de Mágoè, após a sua aprovação e publicação;
- Informação complementar a incluir no PAD:
 - Inventário/listagem (preferencialmente georreferenciada) de geossítios, locais com interesse histórico, património histórico no Distrito (nomeadamente informação histórica moderna): O conhecimento do património natural e a sua integração em sistemas e informação são suportes essenciais para a sua conservação e gestão;
 - Listagem actualizada de infra-estruturas (preferencialmente georreferenciada) de apoio turístico como hotéis, pensões, restaurantes, lodges, ou outros, serviços fornecidos, e capacidade hoteleira instalada;
 - Listagem de tradições existentes no Distrito, locais onde se realizam as cerimónias mais representativas e caracterização de cada evento;
 - Número de fiscais ao serviço da Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, infra-estruturas e/ou pessoal afecto ou da dependência do Ministério da Cultura e Turismo no Distrito, e respectivas instalações (caso existam);
 - Áreas com maior densidade de fauna bravia e indicação de percursos habituais;
 - Locais com potencial para prática de actividades de caça (definição de percursos), observação de avifauna, para a prática de pesca (fly fishing, catch & release) e canoagem no rio Zambeze e albufeira de Cahora Bassa;
 - Cadastro dos habitats naturais existentes no Distrito.

7.11 Sector Transportes

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

TRANSPORTES

- Transposição para o PAD da informação relevante do sector do PDUT de Mágoè, após a sua aprovação e publicação;
- Inclusão da informação georreferenciada mais recente da Administração Nacional de Estradas, com os traçados, tipo de via, condições de transitabilidade, características do traçado, tráfego e projectos;
- Definição inequívoca da responsabilidade ao nível da conservação e manutenção de cada via e obras de arte existentes;
- Informação complementar a incluir no PAD:
 - Localização das principais obras de arte existente (pontes/viadutos/outras) e respectivo estado de conservação;
 - Indicação dos cais existentes ou a instalar, ao longo da rede fluvial do Distrito e definição dos percursos principais dentro da albufeira de Cahora Bassa;
 - Indicação dos principais locais de travessia existentes na rede hidrográfica, meios para a travessia, capacidade de carga (em veículos, pessoas, tonelagem), respectiva periodicidade e limitações de funcionamento;
 - Indicação das pistas de aviação existentes no Distrito, extensão, limitações em termos de transporte aéreo;
 - Existência de planos de planos de emergência em situações de cheias prolongadas (definição das rotas alternativas para as populações; locais de encontro de populações; delimitação das povoações normalmente isoladas, etc.).



7.12 Riscos e Alterações Climáticas

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO PERFIL AMBIENTAL

RISCOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Levar a cabo e actualizar periodicamente (por exemplo a cada 2 anos e incluir no PAD) a definição das zonas de risco de calamidades e a demarcação das zonas de risco, tal como previsto nos artigos 7º e 14º da Lei 15/2014, de 20 de Junho.
- Uma vez levados a cabo (ao nível da bacia do Zambeze), os estudos de avaliação dos riscos de ruptura das barragens, incorporar os respectivos resultados na definição e demarcação das zonas de risco referidas no parágrafo anterior.
- Proceder a um levantamento das situações de erosão ao nível do Distrito e dos Postos Administrativos, o qual deverá ser actualizado a cada 2 anos e inclui-lo no PAD.
- Garantir que todos os projectos de investimento e processos de planeamento de base sectorial ou territorial e projectos de infraestruturas a desenvolver no Distrito contêm uma análise de risco climático, na qual se avalie em que medida tais planos ou projectos
 - Contribuem para o esforço nacional de mitigação das mudanças climáticas mediante a adopção de um modelo de desenvolvimento sustentável com benefícios ao nível das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) mas também de eficiência geral de utilização dos recursos;
 - Incluem intervenções vulneráveis ou que podem aumentar a vulnerabilidade das populações às alterações climáticas e as correspondentes necessidades de medidas de adaptação.



ANEXOS





ANEXO 1

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR CONSERVAÇÃO DA NATUREZA



FLORA

Habitats terrestres

FLORESTAS DE MOPANE

São matas dominadas pela espécie arbórea *Colophospermum mopane*, que coloniza áreas quentes, baixas do sul da África tropical (Werger and Coetzee, 1978). A vegetação é relativamente densa (50 a 80% de cobertura), sendo possível observar essencialmente os estratos arbustivo e arbóreo (Timberlake, 2002). Além da espécie dominante, *Colophospermum mopane*, incluem-se aqui *Acacia nigrescens*, *A. nilotica*, *A. robusta*, *Adansonia digitata*, *Azizelia quanzensis*, *Cadaba kirkii*, *Carphalea pubescens*, *Combretum apiculatum*, *C. eleagnoides*, *C. mossambicensis*, *C. zeyheri*, *Dalbergia melanoxylon*, *Dichrostachys cinerea*, *Diospyros quiloensis*, *Gardenia resiniflua*, *Grewia bicolor*, *Karomia tettensis*, *Markhamia zanzibarica*, *Sclerocarya birrea*, *Sterculia africana*, *Terminalia prunioides* e *Ximenia americana* (Timberlake, 2002; Falcão, 2013).

Observa-se uma crescente pressão humana sobre estas áreas e um conseqüente declínio das florestas de mopane, devido à maior procura dos seus recursos (Musvoto *et al.*, 2007), o que altera a composição e estrutura destas florestas (Mapaure and Ndeinoma, 2011). Estes recursos incluem madeira para construção, ferramentas, esculturas e utensílios de cozinha, lenha, corda, goma, tanino, medicamentos e resina e a muito procurada Larva do Mopane (*Gonimbrasia belina*) (Musvoto *et al.*, 2007; Makhado *et al.*, 2009).

FLORESTAS E MATAS SECAS

São florestas e matas secas e normalmente caducas que podem ter diferentes densidades de plantas, desde muito fechadas e densas até relativamente abertas (entre 40 a 100% de cobertura de espécies lenhosas) (Hoare *et al.*, 2002; Timberlake, 2002). Em termos florísticos a composição pode também ser muito variável, desde comunidades muito diversas até áreas quase monoespecíficas (Timberlake, 2002), no entanto a espécie *Xylia torreana* encontra-se sempre presente nestes locais.

As espécies mais comuns nestas florestas são *Acacia ataxacantha*, *A. nigrescens*, *A. nilotica*, *A. robusta*, *A. tortilis*, *Adansonia digitata*, *Azizelia quanzensis*, *Albizia anthelmintica*, *Berchemia discolor*, *Boscia mossambicensis*, *Cassia abbreviata*, *Colophospermum mopane*, *Combretum apiculatum*, *C. collinum*, *C. zeyheri*, *Commiphora mollis*, *C. mossambicensis*, *Cordyla africana*, *Croton longipedicellatus*, *Dalbergia melanoxylon*, *Dichrostachys cinerea*, *Diospyros kirkii*, *Diplorhynchus condylocarpon*, *Friesodielsia obovata*, *Holarrhena pubescens*, *Julbernardia globiflora*, *Kirkia acuminata*, *Markhamia obtusifolia*, *Meiostemon tetrandus*, *Philenoptera violacea*, *Pseudolachnostylis maprouneifolia*, *Pteleopsis myrtifolia*, *Pterocarpus antunesii*, *P. brenanii*, *Solanum incanum*, *Sterculia africana*, *Strychnos madagascariensis*, *Terminalia brachystemma*, *Vangueria infausta*, *Xeroderris stuhlmannii* e *Xylia torreana* (Timberlake, 2002).

A importância deste Habitat não reside necessariamente na riqueza de espécies, mas no conjunto de espécies aí observado: espécies com distribuição restrita, espécies raras e espécies cuja sobrevivência pode depender deste habitat, tais como *Xylia torreana*, *Meiostemon tetrandus* e *Zanthoxylum lepriurii* (Hoare *et al.*, 2002). A maior ameaça a este habitat é a abertura de espaços na copa das árvores e, conseqüentemente, a existência de maior quantidade de luz ao nível do solo. Estes espaços são frequentemente abertos por populações humanas, principalmente em áreas próximas de populações humanas, nomeadamente devido à realização de queimadas, para realização de cultivos agrícolas (Hoare *et al.*, 2002).

MATAGAL DE ACÁCIA

Trata-se de matagais de folha caduca que fazem a transição entre as áreas de floresta seca e as comunidades de savanas mais abertas, estando por isso também presentes em todos os Distritos considerados. São habitats geralmente com menos de 15 m de altura, com densidade e composição de espécies variável. As espécies dominantes são normalmente *Acacia polyacantha*, *Acacia xanthoploea* e *Combretum imberbe*, no entanto o elenco florístico pode incluir outras espécies, como *Acacia mellifera* subsp. *detinens*, *A. robusta*, *A. welwitschii*, *Albizia harveyi*, *Allophylus africanus*, *Bridelia micrantha*, *Carphalea pubescens*, *Cleistochlamys kirkii*, *Combretum eleagnoides*, *Dalbergia melanoxylon*, *Drypetes mossambicensis*, *Grewia bicolor*, *G. inaequilater*, *Manilkara mochisia*, *Monodora junodii*, *Maytenus senegalensis*, *Reissantia buchananii*, *R. indica*, *Spirostachys africana*, *Xylotheca tettensis*, e *Zizphus mucronata*. Nestas matas é também possível encontrar sub-coberto herbáceo, embora este tenha uma cobertura moderada. Algumas das espécies herbáceas mais usuais são *Digitaria* spp., *Hyperthelia dissoluta*, *Hyparrhenia rufa*, *Sporobolus* spp. (Timberlake, 2000; Beilfuss *et al.*, 2001).

As maiores ameaças a este habitat passam pela existência de queimadas descontroladas à exploração de madeira e outros recursos e à conversão de áreas marginais em zonas agrícolas (Timberlake, 2000; Cunliffe, 2002; Mungói, 2008).



FLORESTAS DE MIOMBO

São reconhecidos vários tipos de florestas de miombo, tendo em conta a sua estrutura, composição de espécies e o grau de dominância de espécies caducifólias (Mackenzie, 2006). A distribuição dos diferentes tipos depende das condições bióticas e abióticas do meio (tipo e profundidade do solo, quantidade de chuva anual, etc), assim como do uso humano e ocorrência de fogos (Mackenzie, 2006). As espécies presentes são maioritariamente caducifólias e além das espécies dominantes *Brachystegia spp.* e *Julbernardia paniculata*, podem aqui ser observadas *Burkea africana*, *Combretum spp.*, *Commiphora mossambicensis*, *Dalbergia melanoxylon*, *Diospyros kirkii*, *Diplorhynchus condylocarpon*, *Julbernardia globiflora*, *Lannea discolor*, *Ormocarpum kirkii*, *Pteleopsis myrtilifolia*, *Pterocarpus angolensis*, *P. brenanii*, *Swartzia madagascariensis*, *Terminalia spp.* (Timberlake, 2002; Soto, 2007).

O sub-coberto é essencialmente composto por espécies arbustivas e a presença de espécies herbáceas é normalmente baixa, estando este estrato mais desenvolvido em áreas mais abertas (Timberlake, 2000). As áreas de floresta de miombo não perturbadas podem ter uma densidade de árvores superior a 150 árvores/ha, mais de 80% de cobertura e até 20m de altura (Mackenzie, 2006). Apesar da espécie maioritariamente dominante *Brachystegia spp.* não possuir um elevado valor comercial, existem outras, tais como *Pterocarpus angolensis*, *Swartzia madagascariensis* e *Azelia quanzensis*, cuja exploração ilegal pode por em causa a conservação destas florestas (Mackenzie, 2006).

Em algumas zonas observa-se uma elevada pressão humana devido à existência de diversas populações, o que leva à degradação de algumas áreas de miombo, uma vez que as populações têm uma grande dependência dos recursos naturais e a necessidade de criar novas áreas para agricultura e pecuária (Soto, 2007; Timberlake & Chidumayo, 2011), o que muitas vezes leva à ocorrência de queimadas descontroladas (MICOA, 2007).

SAVANA

São áreas de pradaria com árvores e arbustos mais ou menos dispersos. As espécies mais comuns nas áreas de savana são *Combretum sp.*, *Acacia sieberiana*, *A. xanthophloea* e *A. polyacantha* (Timberlake, 2000). Outras espécies que aparecem frequentemente nestas áreas são *Albizia harveyi*, *Annona senegalensis*, *Colophospermum mopane*, *Dalbergia melanoxylon*, *Diplorhynchus condylocarpon*, *Kirkia acuminata*, *Parinari curatellifolia*, *Pterocarpus brenanii*, *Ptilostigma thonningii*, *Strychnos spinosa*, *Syzygium guineense*, *Uapaca kirkiana*, *U. sansibarica*, *Vitex doniana* e *V. payos*. Nas áreas de pradaria associadas podem observar-se ainda *Digitaria milanjian*, *Heteropogon contortus*, *Hyperthelia dissoluta*, *Pogonarthria squarrosa*, entre outras (Beilfuss *et al.*, 2001; SWECO, 2004; COBA, 2011).

A maior ameaça a este habitat diz respeito à utilização de algumas das espécies dominantes deste habitat por parte das populações humanas e a conversão de áreas de savana em zonas agrícolas, principalmente em áreas com maior ocupação humana (Timberlake, 2000; Bento & Dutton, 2001; Beilfuss & Brown, 2006).





Habitats ribeirinhos

FLORESTAS RIBEIRINHAS

Correspondem a florestas representadas pela franja de vegetação que coloniza as margens de linhas de água. Distinguem-se das restantes comunidades ripícolas devido à dominância clara de espécies arbóreas, mas quando bem desenvolvida é possível observar diversos estratos (arbóreo, arbustivo, herbáceo) (Timberlake, 2002). O seu valor ecológico é elevado, uma vez que constituem o habitat de diversas espécies de elevado valor conservacionista e são uma fonte de alimento para diversas espécies de fauna, nomeadamente primatas, aves frugíferas e herbívoros de grande porte (Beilfuss & Brown, 2006).

São habitats de água doce, tolerantes à ocorrência de cheias anuais (Beilfuss & Brown, 2006). Estão presentes ao longo de grande parte das linhas de água da área de estudo, sendo que em áreas mais interiores e secas da Província de Tete a vegetação está adaptada à existência de períodos de cheia menos intensos e prolongados, necessitando no entanto de presença de humidade no solo durante todo o ano (Timberlake, 2002). Assinala-se no entanto que esta vegetação não se encontra presente nas margens das grandes barragens (e.g. Cahora Bassa), provavelmente devido às oscilações anuais do nível da água (Timberlake, 2000).

Algumas das espécies presentes são: *Acacia albida*, *A. galpinii*, *A. nigrescens*, *A. polyacantha*, *A. robusta*, *A. schweinfurthii*, *A. sieberana*, *A. torilis*, *Allophylus africanus*, *Balanites maughamii*, *Bauhinia tomentosa*, *Breonadia salicina*, *Bridelia cathartica*, *Combretum imberbe*, *C. paniculatum*, *Cordia goetzei*, *C. sinensis*, *Cordyla africana*, *Diospyros senensis*, *D. squarrosa*, *Dombeya kirkii*, *Ficus spp.*, *Garcinia livingstonei*, *Gardenia resiniflua*, *Grewia flavescens*, *Mimusops zeyheri*, *Premna senensis*, *Schrebera trichoclada*, *Sterculia appendiculata*, *Tapura fischeri*, *Terminalia sanbetsiaca* e *Vitex doniana* (Timberlake, 2002; COBA, 2011). A degradação deste habitat deve-se sobretudo à ocorrência de fogos (provavelmente devido a queimadas descontroladas), à alteração do regime hídrico da região, à exploração de madeira e outros recursos bem como à conversão de áreas marginais em zonas agrícolas (Timberlake, 2000; Cunliffe, 2002; Mungói, 2008).

FAUNA

PEIXES

- Tilápia de Kariba (*Oreochromis mortimeri*), uma vez que, segundo a IUCN (2014), o seu risco de extinção está classificado como “Criticamente em Perigo” (CR). Esta espécie pode ocorrer na bacia hidrográfica do Rio Zambeze, mais especificamente a montante da barragem de Cahora-Bassa, como tal no Distrito de Mágoè (IUCN 2014). A principal ameaça a esta espécie é a competição com espécies exóticas invasoras, como é o caso da tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*);



AVES

- Garça-do-lago (*Ardeola idae*) classificada na categoria “Em Perigo” (EN). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. É uma espécie que pode ocorrer como invernante em zonas ribeirinhas e/ou massas de água. As ameaças à sua conservação fazem-se sentir nas áreas de reprodução, o que não acontece no Distrito;
- Grou-coroado-austral (*Balearica regulorum*) classificada na categoria “Em Perigo” (EN). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. É uma espécie residente em Moçambique que pode ocorrer em zonas ribeirinhas ou massas de água. As principais ameaças à conservação da espécie são a perda ou degradação de zonas húmidas devido à implantação de barragens, áreas de cultivo de arroz, drenagem etc.;
- Calau-gigante (*Bucorvus leadbeateri*) classificada na categoria “Vulnerável” (VU). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. Espécie residente que pode ocorrer em áreas de floresta e de savana presentes no Distrito. As ameaças à conservação desta espécie são a perda de locais de nidificação devido à expansão agrícola e à ocorrência de incêndios;
- Falcão de Taita (*Falco fasciinucha*) classificada na categoria “Vulnerável” (VU). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. Este falconídeo pode ocorrer e nidificar nas zonas de escarpas presentes no Distrito de Mágoè. O uso de pesticidas é a maior ameaça à conservação desta espécie;
- Abutre-de-dorso-branco (*Gyps africanus*) classificada na categoria “Em Perigo” (EN). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. Pode ocorrer nas áreas de savana presentes ao longo do Distrito. As principais ameaças são o aumento das áreas agropastoris o que provoca um decréscimo de ungulados selvagens e, conseqüentemente, de carcaças disponíveis, caça ilegal para comércio, perseguição e envenenamento;
- Abutre-de-capuz (*Necrosyrtes monachus*) classificada na categoria “Em Perigo” (EN). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. É residente em Moçambique, podendo ocorrer no Distrito de Mágoè. Pode ocorrer em áreas de pastagens, de savana e ambientes costeiros. As principais ameaças à espécie são a captura para a medicina tradicional e para o consumo da carne, assim como o envenenamento indirecto;
- Águia-marcial (*Polemaetus bellicosus*) classificada na categoria “Vulnerável” (VU). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. Pode ocorrer em savana ao longo de todo o Distrito. As maiores ameaças a esta espécie são a captura, morte por tiro e envenenamento indirecto;
- Secretário (*Sagittarius serpentarius*) classificada na categoria “Vulnerável” (VU). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. Espécie residente que pode ocorrer em zonas de pastagens, savana e agrícolas. Os fogos nas áreas onde ocorrem podem reduzir o número de presas o que conseqüentemente podem levar a uma redução das populações;
- Abutre-real (*Torgos tracheliotos*) classificada na categoria “Vulnerável” (VU). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. A espécie pode ocorrer nas áreas de savana. O envenenamento indirecto é a principal ameaça à conservação da espécie;



MAMÍFEROS

- Hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*) classificada na categoria “Vulnerável” (VU). Ocorre ao longo de toda a bacia hidrográfica do Rio Zambeze. Segundo a Agreco (2010), na área de estudo que consideraram, a qual abrange um troço do Rio Zambeze na Província de Tete (incluindo a barragem de Cahora-Bassa), existem cerca de 1600 indivíduos. As principais ameaças a esta espécie são a caça ilegal para carne e marfim presente nos caninos. Esta é uma espécie que gera situações de conflito homem-animal sobretudo devido à destruição de machambas junto aos rios e lagos onde a espécie está presente (Anderson e Pariela 2005), o que ocorreu em 2013 segundo o DNTF.;
- Elefante-africano (*Loxodonta africana*) classificada na categoria “Vulnerável” (VU). É uma espécie que ocorre no Distrito. Atualmente as suas populações encontram-se fragmentadas devido a diferentes ações humanas ao longo da história (Ntumi *et al.* 2009). Segundo Ntumi (2012), há dois Distritos no Vale do Zambeze que são importantes refúgios de elefantes, nomeadamente de Mágoè e Marromeu. Os elefantes podem ocorrer em vários habitats. As principais ameaças à conservação desta espécie são a caça ilegal para obtenção de carne e marfim assim como a fragmentação de habitat. Para os Distritos de Mágoè, Cahora-Bassa e Changara, na Província de Tete, estima-se que ocorrem cerca de 2000 elefantes (Agreco 2010). No Distrito de Mágoè detectaram-se rotas de deslocações de elefantes próximo das localidades de Mphende e Mussenguezi (Agreco 2010). Esta é uma espécie que gera conflitos homem-animal, sobretudo na Província de Tete, em que devido à escassez de água nas épocas secas os elefantes destroem machambas para aceder ao ponto de água (Anderson e Pariela 2005), o que ocorreu em 2013 segundo o DNTF. Nesta mesma Província ocorre também um índice elevado de caça furtiva para obtenção de carne e marfim (Anderson e Pariela 2005);
- Mabeco (*Lycyon pictus*) classificada na categoria “Em Perigo” (EN). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. Esta espécie pode ocorrer nas áreas de pastagens e de savana presente no Distrito. A principal ameaça à conservação desta espécie é a fragmentação de habitat;
- Leão (*Panthera leo*) classificada na categoria “Vulnerável” (VU). Esta espécie pode ocorrer em todo o Vale do Zambeze, havendo uma maior probabilidade de ocorrência neste Distrito. É uma espécie que pode frequentar vários tipos de habitat. As principais ameaças à sua conservação são a morte indiscriminada (para proteger a vida humana e o gado) e a diminuição das populações de presas. Esta é uma espécie que gera situações de conflito homem-animal sobretudo na Província de Tete (Anderson e Pariela 2005). Segundo estes autores a espécie ataca o gado e mais raramente pessoas gerando perdas significativas. No entanto, como na Província de Tete ainda existe uma população consideravelmente elevada de antílopes, os conflitos são em menor escala quando comparados com outras regiões de Moçambique (Anderson e Pariela 2005);
- Pangolim (*Smutsia temminckii*) classificada na categoria “Vulnerável” (VU). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. Pode ocorrer nas áreas de savana presentes neste Distrito. As principais ameaças à sua conservação são a caça ilegal para obtenção de carne, partes corporais utilizadas em medicina tradicional, superstições, etc;

Refere-se ainda a presença histórica das seguintes espécies:

- Chita (*Acinonyx jubatus*) classificada na categoria “Vulnerável” (VU). A caça a esta espécie é proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho. É uma espécie que frequenta habitualmente áreas de pastagens e de savana. A sua possibilidade de ocorrência no Distrito de Mágoè é, no entanto, baixa. A perda ou fragmentação do habitat são as principais causas para o decréscimo da população;
- Rinoceronte (*Diceros bicornis*), espécie classificada na categoria “Criticamente em Perigo” (CR) pela IUCN, sendo que estudos recentes realizados a nível nacional (ex: Belfiuss 2010, Agreco 2011, Couto 2014), não detectaram a sua presença em áreas com habitat favorável à sua ocorrência. Assim, esta espécie está considerada extinta em Moçambique. Como causa desta extinção aponta-se a caça furtiva intensiva que aconteceu ao longo das últimas décadas apesar da mesma ser proibida segundo o Decreto nº 12/2002, 6 de Junho (Couto 2014). A principal ameaça à ocorrência desta espécie nos locais onde ainda sobrevive, fora de Moçambique, continua a ser a caça ilegal, para comércio dos seus cornos. Refere-se no entanto que atualmente esta espécie ocorre no Zimbábue, distribuindo-se até próximo da fronteira com Moçambique, nomeadamente no Distrito de Mágoè (Couto 2014).



ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

PARQUE NACIONAL DO MÁGOÊ

O Parque Nacional do Mágoê foi criado pelo Decreto nº 67/2013, de 11 de Dezembro, com o intuito de garantir a gestão ambiental numa Província com actividade de prospeção mineira. Assim, pretende desempenhar um papel fulcral na conservação de solos e outros recursos naturais renováveis e essenciais para a vida. Neste contexto, um dos principais objectivos do parque é a protecção da palanca-cinzenta (*Hippotragus equinus*), espécie animal cuja distribuição é limitada, ocorrendo apenas nesta área. Esta área de conservação é também muito importante para diversas espécies de fauna, como o elefante (*Loxodonta africana*), o leão (*Panthera leo*) e o mabeco (*Lycan pictus*). O parque tem também como objectivos a conservação dos ecossistemas frágeis e sensíveis ao longo da Albufeira de Cahora-Bassa e da Serra Comboio, sendo que nesta área não existem populações.

ÁREA DE MANEIRO COMUNITÁRIO DE RECURSOS NATURAIS DE "TCHUMA TCHATO"

O projecto "Tchuma Tchato" é um projeto de manejo comunitário de recursos naturais iniciado em 1995 e financiado pela Fundação Ford. Inicialmente o projecto foi implementado no Distrito de Mágoê, mais especificamente no Vale do Rio Zambeze. Ao longo do tempo o projecto estendeu-se aos Distritos de Zumbu, Cahora Bassa, Marávia, Changara, Chifunde, Chiúta, Marara e Macanga. Refere-se no entanto que, aparentemente, o projecto tem estado menos activo nos últimos anos. O turismo cinegético e ecológico é a principal actividade desenvolvida na área do Tchuma-Tchato, havendo aqui diversas empresas que exploram de forma sustentável os recursos existentes e criando também emprego local, nomeadamente:

- Safaris de Moçambique: opera desde 1987 no Posto Administrativo de Chintopo, Distrito de Mágoê a desenvolver caça cinegética, com uma área cerca de 2500 km².
- África Hunt and Tour: opera desde 2001, na Localidade de Daque nos Distritos de Mágoê e Cahora-Bassa, a desenvolver caça cinegética, com uma área cerca de 6000 km².
- Sable Hills Moçambique (Thuvi Safaris): opera desde 2006 na Localidade de Cazindira, no Distrito de Mágoê a desenvolver caça cinegética, com uma área cerca de 1.600 km².

IBA CABECEIRA DA BARRAGEM DE CAHORA-BASSA

A Birdlife International, instituição que resulta de uma parceria global entre diversas entidades que ambicionam a conservação das aves, dos seus habitats e da biodiversidade global, identifica mundialmente locais que cumpram estas premissas. Estas locais são designados como Áreas Importantes para as Aves ou IBAs (do inglês Important Bird Areas). Como tal as IBAs são locais importantes para a conservação das aves e dos seus habitats, sendo assumidas internacionalmente e identificadas através da aplicação de critérios científicos. São também consideradas pontos estratégicos para a observação de aves, com enorme potencial ao nível do turismo de natureza, nomeadamente para observação de aves (birdwatching).

A IBA Cabeceira da barragem de Cahora-Bassa, criada em 2001, localiza-se entre a confluência dos Rios Luangwa e Mussangezi com o Rio Zambezi, na cabeceira da albufeira formada pela barragem de Cahora-Bassa, ocupando uma área de 150000 ha. A área em questão encontra-se reconhecida a nível internacional, apesar de não ter estatuto de protecção nacional segundo a Lei nº 16/2014, de 20 de Junho. Localiza-se integralmente no Distrito de Mágoê, na Província de Tete. Os principais habitats incluem campos de herbáceas inundáveis, savana de palmeiras, floresta ribeirinha, floresta semiárida com Imbondeiros (*Adansonia digitata*) e encostas arborizadas.

A principal ameaça detectada nesta IBA pela Birdlife International (2014) é o crescente aumento de assentamentos ao longo das áreas ribeirinhas, aumentando as áreas agrícolas presente, ocorrendo uma consequente perda de habitat para as espécies de aves ali ocorrentes.

A criação desta IBA foi motivada pela presença de 6 espécies de aves que se enquadram no critério A3 - presença de espécies restritas a determinados biomas, das quais 5 têm estatuto de Pouco Preocupante (LC) na lista vermelha da IUCN (Falcão-de-Dickinson *Falco dickinsoni*, Rolieiro-cauda-de-raquete *Coracias spatulatus*, Estorninho-metálico-rabilongo *Lamprotornis mevesi*, Chasco de Arnott *Myrmecocichla arnoti*, Beija-flor-de-barriga-branca *Nectarinia talatala*) e uma com estatuto de Quase Ameaçado (NT) (Pássaro-de-amor de Lilian *Agapornis lilianae*). Todas estas espécies têm fenologia residente, embora não existam estimativas populacionais.





ANEXO 2

PLANOS, PROJECTOS E COMPROMISSOS CONHECIDOS